

cadernos do

terceiro mundo

Mensal • Setembro 1983 • Esc 100\$00 • Kz 65. • Mt 80\$ • PG 80\$00 • CV 80\$00 • Cr\$ 450 • Ano VI • n.º 56

ARMÊNIA
em sonho proibido

CHILE: A CONTAGEM REGRESSIVA



Palestina
revelações
exclusivas
do Prefeito
de Nazaré



**nosso petróleo
onde
é necessário...**

Sociedade Nacional
de Combustível de Angola

SONANGOL

rua duarte pacheco pereira, 8
c.p. 1316 - Luanda
telex 3148 3260

O refluxo das ditaduras

As notícias provenientes do Chile encheram de esperança milhões de pessoas que, em diferentes partes do mundo, apoiam e se solidarizam — a seu modo e na medida das suas possibilidades — com as forças da resistência chilena. O tão esperado começo da contagem regressiva parece estar em curso. Pinochet enfrenta a pior crise dos seus dez anos de ditadura. Na oposição, convergem a esquerda e a direita, desde os camionistas que ajudaram a derrubar Allende até à igreja e aos mineiros do sector do cobre. Nunca houve maior unanimidade a favor de uma mudança no Chile e esse consenso está penetrando progressivamente até no próprio coração das forças armadas.

Mas as alternativas que se apresentam não são unânimes. Há sectores políticos que limitam a sua oposição à figura de Pinochet, aos aspectos mais gritantes das violações aos direitos humanos e à Constituição; e no plano económico, aos desmandos em relação ao capital monopolista. Mas alimentam ilusões de uma possível saída para a crise implementando um modelo reformista ao estilo do que caracterizou a gestão do presidente Frei, por exemplo. Outros grupos, em troca, mantêm como ponto de referência as linhas programáticas do período de Salvador Allende. Por fim, há algumas correntes que incorporam as experiências do passado como referências para todas as tarefas futuras, mas sem subordinar-se a elas como receitas atemporais e esquemáticas.

A brecha que hoje aparece na ditadura de Pinochet obriga a que se comecem a estudar plataformas económicas e projectos políticos alternativos. Os dez anos que passaram tiveram um custo social muito alto e por isso não seria desejável cair em improvisações. Na presente edição, começamos a abordar alguns dos problemas que se apresentarão aos futuros governos democráticos no Cone Sul, análise à qual daremos continuidade em próximas edições.

Editor e Director: Artur Baptista
Propriedade:
Tricontinental Editora, Ld.*
Redacção e Sede da Administração:
Calçada do Combro, 10-1.*
tel. 320650 1200 Lisboa
telex 42720 CTM TE P
Tiragem desta edição: 36.000 exemplares
Número de registo do Serviço de Depósito
Legal: 789/82

Editor Geral
Neiva Moreira

Editores Associados
Pablo Piacentini e Beatriz Bissio

Conselho Editorial Internacional
Darcy Ribeiro - Juan Somavia
Henry Pease Garcia
Aquino de Bragança
Wilfred Burchett

Edições em português

**ANGOLA - CABO VERDE
GUINÉ-BISSAU - MOÇAMBIQUE
PORTUGAL - S. TOMÉ E PRÍNCIPE**

Redacção
Baptista da Silva
Carlos Pinto Santos
Alice Nicolau
Guimar Belo Marques

Paginação
Helena Salvador
José Santa-Bárbara

Revisão
Estevam Reis

Documentação e Arquivo
Cristina Assis

Serviços Comerciais
José C. Figueiredo

Publicidade
José Ferreira
Cristina Campos
Maria João Macedo

Composição e Impressão
Jornal do Comércio e Gráfica Europam

Distribuição
CDL Central Distribuidora SARL

Representantes
Angola
Luís Henriques: C.P. 3593. Luanda
Moçambique
Elevado Hipólito e João Escadinha
Rua Kongwa. 153, Maputo
tel. 25140

BRASIL

Director Administrativo
António Neiva

Director Administrativo
Altair L. Campos

Secretário de Redacção
José C. Godim

Arte
Samaral (editor de arte)
Sónia Freitas

Revisão
Cláudia Guimarães

Documentação e Arquivo
Lidia Freitas

Composição
Eunice H. Senna

Distribuição e Assinaturas
Ronaldo Fonseca

Divulgação
Inácio D. Santos
Maria José S. Santos

Henrique Menezes

Representantes
Clóvis Sena (Brasília)
Paulo Cannabrava Filho (São Paulo)
Caixa Postal 60086 - CEP 05033
Beatriz Schiller (Estados Unidos)
18 East, 18th Street apt. 3E
Nova York - NY 10003
Tels: (212) - 691-9142/929-5783

Fotolito e Impressão
Ebano Gráfica e Editora Ltda.
Rua do Senado, 349
Tels: 250-2505/232-0123

editora terceiro mundo ltda.
Rua da Glória, 122 - grupo 105/106
Tel.: 242-1957/Telex: 2133054CTMB/BR
CEP20.241 - Rio de Janeiro - RJ
Registro na Junta Comercial do Estado
do Rio de Janeiro n.º 33.200.306.291
C.G.C. (MF) n.º 30.876.783/0001-32
Inscrição Estadual n.º 81.341.400
Registro no INPI n.º 013.539
Registro no SCDP/SR/DPF
n.º 2.195 - P. 209/73

Edições em espanhol

**MÉXICO - AMÉRICA CENTRAL
AMÉRICA DO NORTE E CARAÍBAS**

Editor
Roberto Remo
Gerente Geral
Gerônimo Cardoso
editora periodistas del tercer mundo a.c.
calle California, 98A - Coyacacán
México, 21 DF - telephone: 689-1740
Correspondência: Apartado Postal, 20 572
México, 20, DF

**BOLÍVIA - CHILE - COLÔMBIA
EQUADOR - PERU - VENEZUELA**

(Edição andina)
Publicada por DESCO: centro de Estudios y
Promoción del Desarrollo
Avenida Salaverry, 1945
Lima, 14 Peru - Telephone 724-712

Edições em inglês

**ESTADOS UNIDOS - CANADÁ
EUROPA E PAÍSES DE LÍNGUA
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO**

Editor
Fernando Molina
Editor Consultivo
Cedric Belfrage
Apartado Postal, 20.572 b- México, DF.

Circulação em 70 países

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: **ANGOP** (Angola), **AIM** (Moçambique), **INA** (Irã), **IPS** (Inter Press Servic), **SHIHATA** (Tanzânia), **Wafa** (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas **Nueva** (Equador), **Novembro** (Angola), **Tempo** (Moçambique) e com o jornal **Daily News** de Dar-es-Salaam (Tanzania).

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL - Empresa Distribuidora Luvira UEE, Avenida Luis de Camões, 111, Luanda. **BELIZE:** Cathedral Book Center, Belize City. **BOLÍVIA:** Tecnolibros S.R.L., Casilla de Correo 20268, La Paz. **BRASIL:** Fernando de Sa naglia Distribuidora S.A., Rua Teodoro de Sa naglia, 907 - Rio de Janeiro. **CABO VERDE:** Instituto Cabo-Verdiano do Livro, Rua 5 de Julho, Praia. **CANADÁ:** Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto - The Bob Miller Book Room, 180 Block St. West, Toronto. **COLÔMBIA:** Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 n.º 23-13, Bogotá. **COSTA RICA:** Semanário Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 N.º 1157, San José. **CHILE:** Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago. **EQUADOR:** Edicionesociales, Córdoba 801 y Menduburo, Guayaquil - RAYD de Publicaciones, Av. Colombia 248, of. 205, Quito. **EL SALVADOR:** Ediciones Tercer Mundo, Jaramillo Arteaga, Tel. 517590, Reg. Sencip Pte 1258. **ESTADOS UNIDOS:** Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois - New World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois - Libreria Las Americas, 152 East 20th Street, New York, N.Y. 10010 - Third World Book, 100 Worcester St. Boston, Mass 02118 - Libreria del Pueblo, 2121 St. New Orleans, LA 70130 - Papyrus Booksellers, 2915 Broadway at 114th St. New York, N.Y. 10025 - Tom Mooney Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 - Book Center, 518 Valencia St. San Francisco, CA - Red and Black, 4736 University Way, Seattle - Groundwork Bookstore, U.C.S.D. Student Center B-023, La Jolla, CA. **FRANÇA:** Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. **GRÁ-BRETANHA:** Latin American Book Shop, 28 Wellington Park Street, London. **GUINÉ-BISSAU:** Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional de Cultura. **HOLANDA:** Athenaeon Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. **HONDURAS:** Libreria Universitaria - José Trinidad Ruyes - Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. **ITALIA:** Pans Nuovi, Piazza de Montecitorio 59/60, Roma - Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Roma - Ansa Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma - Spagnoli, Via Monserrato, 35/6, Roma - Uscita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. **MÉXICO:** Unión de Expedidores y Vocadores de Periódicos Humbolt N.º 47, México 1, D.F. - Distribuidor Sayrol de Publicaciones, S.A., Mier y Pesado N.º 130, México 12, D.F. - Librerías México Cultural, Mier y Pesado N.º 128, México 12, D.F. - Metropolitana de Publicaciones, Librería de Cristal e 100 librerías em todo o país. **MOÇAMBIQUE:** Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. **NICARAGUA:** Ignacio Briones Torres, Reparto Jardines de Santa Clara, Calle Oscar Pérez Casas N.º 80, Quinta Soledad, Managua, Nicaragua. **PANAMÁ:** Librería Cultural Panameña, S.A., Ave España 18, Panamá. **PERU:** Distribuidora Runamar, Graman 878, Lima 1. **PORTUGAL:** CDL, Av. Sant' Dumont, 57, 1000 Lisboa. **PORTO RICO:** Librería La Terulia, Amalia Marin Esq. Ave González, Río Piedras - Pensamiento Crítico, P.O. Box 29918, 85th Inf. Station, Río Piedras, P.R. 00925. **REPUBLICA DOMINICANA:** Centro de Estudios de la Educación, Juan Sanchez Ramirez 41, Santo Domingo - DESVIGNE, S.A., Ave Bolívar 354, Santo Domingo. **REPUBLICA FEDERAL DA ALEMANHA:** Gunther Hopfenmüller, Jeringer 155, 2102 Hamburg. **S. TOMÉ E PRÍNCIPE:** Ministério de Informação e Cultura Popular. **SUECIA:** Wenngren-Williams AB, S-10425 Stockholm. **VENEZUELA:** Publicaciones Españolas, S.A., Ave México Lechoza e Pte. Boca Caracas.

- 4 **Cartas**
-
- 6 **Panorama Tricontinental**
-
- 12 **Editorial: O espectro do Vietname**
-

América Latina

- 17 **Argentina:** Rumo à democracia... por um campo minado, *Horacio Verbitsky*
- 23 **Chile:** Na hora da mudança
- 25 A crise do autoritarismo, *Alvaro Quiroga*
- 31 **Uruguai:** A teimosia dos militares, *Alberto Alonso*
- 39 **Porto Rico:** "Precisamos do apoio dos latino-americanos", entrevista com Rubén Berrios, *Cláudia Neiva*

Médio Oriente

- 46 A luta pela terra
- 48 **Palestina:** Nazaré; dois mil anos depois de Cristo, *Beatriz Bissio*

África

- 54 **Alto Volta:** O regresso de Thomas Sankara, *Alice Nicolau*
- 58 **Egipto:** Uma plataforma para o Pentágono
- 59 **Malawi:** Assassínio e eleições no país de Banda

Ásia

- 61 **Nepal:** Mudança na guarda real

Economia

- 63 As "miragens" do modelo baseado na exportação, *André Gunder Frank*

Cultura

- 68 A descolonização da arte, *Walter Esteves*
- 73 Notas de Cultura
- 75 Livros

Comunicação

- 79 A imprensa alternativa na África do Sul

Minorias

- 81 **Arménia:** Uma organização para uma pátria perdida, *Agustín Castaño*
- 83 "Arménia... um sonho proibido!", *Alberto B. Mariani*
- 91 Reagan e os índios: as boas intenções do "cowboy"

Humor: Wasserman



O presidente palestino da Câmara de Nazaré



Thomas Sankara, o novo líder do Alto Volta

A questão palestina

Li no n.º 55 uma carta enviada pela sra. Elciane Mendonça, alusiva ao confronto Israel/Palestina. Apesar da leitora se definir contra o actual governo israelita, diz sentir inclinação dos *cadernos* para o lado palestino. "uma tendência anti-sionista". Inicialmente, gostaria de deixar claro que o anseio da remetente "pela verdade absoluta, para formar uma boa consciência crítica" me pareceu sincero. (...) Partamos para uma análise objectiva. Um sector da imprensa, que é a maioria, está efectivamente comprometido — e é algumas vezes o próprio porta-voz — com os interesses imperialistas. (...) e refuta as manifestações dos povos oprimidos. Um outro sector é aquele cuja função é a de esclarecer o povo e transmitir o grito de defesa daqueles que estão a ser espoliados. Neste sector enquadra-se *cadernos*. (...) que não precisa lançar mão de sofismas nem de ocultar notícias para mostrar o imperialismo com o seu verdadeiro rosto, pois para isso basta que relate com precisão os acontecimentos. (...) Não deturpa, informa. (...) A realidade dos ditos "países do Terceiro Mundo" é a que vem estampada em *cadernos*, não a outra. (...) Portanto, *cadernos* não possui uma tendência anti-sionista. (...) Ocorre que o sionismo está a servir de mercenário e ponta-de-lança do imperialismo norte-americano, para levar a cabo o projecto do "Grande Israel", do Nilo ao Eufrates. O governo de Begin não é precursor desta corrente, mas apenas a sua manifestação mais furibunda. O sionismo é uma concepção chauvinista, racista e imperialista, e é em seu nome que os governantes de Israel vêm cometendo toda a gama de crimes. (...) Não devemos portar-nos contra o semitismo, o que seria racismo, mas devemos combater tenazmente o sionismo por tratar-se de uma expressão reaccionária e fascista. *Waldir L. Júnior, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.*

O Líbano

Venho por meio desta pedir que publiquem uma matéria de capa sobre o Líbano, pois este país deve ter muito para se contar sobre as guerras constantes. Espero ansiosamente pela referida matéria. *Monir S. M. Ghadieh, Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil.*

Publicámos frequentemente artigos sobre o Líbano, que foi matéria de capa do n.º 46. Mais informações, também nos ns. 47 e 48.

N.ºs atrasados sobre América Latina

(...) Chamou-me a atenção o realce dado

à América Latina. Preocupado como estou com este assunto, recorro aos amigos no sentido de me fornecerem todas as informações dos títulos já publicados. *José Armando Paschoal, Porto Alegre, RS, Brasil.*

Por falta de espaço enviaremos a relação dos títulos directamente ao leitor.

"Che" Guevara

(...) Venho pedir-lhes, se for possível, que realizem uma reportagem biográfica do grande mártir da luta e libertação da nossa América, que é o comandante Ernesto "Che" Guevara. (...) Gostaria também de ver realizada uma entrevista com Luís Carlos Prestes, pois é uma das pessoas que mais se destacaram e se destacam na luta pela democracia e independência no Brasil. *Vitor R. A. Vargas, São José dos Campos, SP, Brasil.*

Programa sobre o Terceiro Mundo

Estamos a organizar um programa sobre "Panorama do Terceiro Mundo" no qual não pode faltar a principal publicação editada em espanhol sobre o Terceiro Mundo, que é sem dúvida a vossa. Portanto, agradeceríamos muito que nos remetessem, de forma regular e permanente, exemplares de *cadernos*. À espera das vossas remessas, estou à disposição e espero iniciar desta forma uma estreita e mutuamente benéfica relação de imprensa. *Rubén Luraschi, Radio Fortaleza — CW 132 — Rocha, Uruguai.*

Sistema cooperativista

(...) Ainda não tivemos oportunidade de encontrar em *cadernos* reportagens e análises sobre o movimento cooperativista na área das nações pobres, razão porque sentimos e constatamos muita falta de conhecimento acerca desse assunto. (...) As informações que temos a este respeito, assinalam que todos os países de regime socialista adoptam o sistema cooperativista como forma de desenvolvimento sócio-económico, com resultados bastante positivos; enquanto noutros o cooperativismo não tem a mesma dimensão, ou seja, revela-se incapaz de atender às necessidades colectivas. (...) Em consequência, sugerimos reportagens a este respeito. *A. de Melo Freire, Natal, RN, Brasil.*

Intercâmbio

Troco ou compro selos postais, principalmente os de língua portuguesa espanhola.

● *J. Pedro da Rocha*
Estrada de Jacarepaguá, 7544/Apto. 303
22700 — Rio de Janeiro — RJ — Brasil

Sou coleccionador de selos, moedas e cédulas.

● *Arno José Pellenz*
Rua Ten. Jung., 802 — Centro
98960 — Santo Cristo — RS — Brasil

Gostaria de me corresponder em português, para fins de amizade, troca de selos e postais.

● *Isabel Cristina Borotto*
Av. São Geraldo, 1160
Araraquara — SP — CEP 14800
Brasil

● *Rubismar Marques Galvão*
Rua Epifânio Sobreira, 61
Cajazeiras — PB — CEP 58900
Brasil

● *Sônia Maria Santagnéli*
Caixa Postal 299 — Araraquara
SP — CEP 14800
Brasil

● *Domingos Kessongo*
Caixa Postal 163 — Huila
Lubango — Angola

● *Jorge Luiz C. Andrade*
Caixa Postal 90354
Petrópolis — CEP 25600
RJ — Brasil

● *Gianpaolo Dorigo*
Rua Pires da Mota, 647/ap. 32B
São Paulo — SP — CEP 01529
Brasil

● *Ivanilton Tristão Pereira*
R. Mario Carpenters, 83/ap. 202
CEP 20750 — Pilares — Rio de Janeiro
RJ — Brasil

● *João Pedro D. Lunualo*
C.P. 232 — Uíge
R. P. de Angola

● *José Lumbo*
C. P. 741 — Namibe
R. P. de Angola

● *Manuel Ganga Chino*
C.P. 10566 — Luanda
R. P. de Angola

● *Artur Bastos Correia da Silva Neto*
C.P. 251
Wako Kungo, Ceta
R. P. de Angola

SOBRE A UNIDADE NO PENSAMENTO DE AMILCAR CABRAL

Sérgio Ribeiro



Sobre a unidade no pensamento de Amílcar Cabral

Sérgio Ribeiro

Interpretação de um dos temas fundamentais do pensamento de Amílcar Cabral

Prefácios de Alfredo Moura
e Vasco Cabral

EL SALVADOR O caminho dos guerrilheiros

Carlos Gil



El Salvador O caminho dos guerrilheiros

Carlos Gil

Quinze dias com os guerrilheiros da Frente Farabundo Martí
Vinte páginas de fotos da guerrilha
A história recente da luta do povo salvadorenho
Os principais documentos da revolução

Prefácio de
José Cardoso Pires

Guia do terceiro mundo



guia do terceiro mundo 1983

Três edições
Tricontinental Editora

Preços especiais para assinantes

N.º 56/Setembro 1983

México

Duras críticas à política de Israel na América Central

□ O embaixador israelita no México, Israel Gur Arie, afirmou que a meta do seu governo na América Central é "a cooperação e não a venda de armas". No entanto, os factos desmentem as suas palavras.

Uma reportagem da rede de televisão norte-americana ABC, que cita fontes de informação em Washington, afirma que Israel colabora com a Agência Central de Informações (CIA) nas suas operações contra a Nicarágua.

Por outro lado, o diário *El Nacional*, que expressa a opinião do governo mexicano, recolheu informações procedentes de Telavive, que denunciam a crescente actividade de mercenários israelitas ao serviço dos governos de direita na América Central.

A denúncia foi publicada em *Televive* no diário *Haaretz*, pelo decano dos correspondentes militares israelitas Zeev Schiff, que disse que "sargentos das forças de pára-quedistas e veteranos instru-

tores de armas do exército israelita foram à região (América Central) para oferecerem os seus serviços".

Schiff ainda identificou um agente israelita de sobrenome Spielberg, ligado ao traficante de armas Marcus Katz, estreitamente relacionado com o ex-ministro da Defesa, general Ariel Sharon, como assessor dos elementos somozistas.

Por sua vez, o diário *El Dia*, também da capital mexicana, publicou uma denúncia proveniente da Costa Rica, que envolve oficiais israelitas na aquisição de terras na fronteira entre as Honduras e a Nicarágua, para o estabelecimento de bases de operações da contra-revolução anti-sandinista.

O embaixador Gur Arie negou tudo isto, e assegurou que o governo de Menahem Begin, apenas mantém relações comerciais e culturais na região. Apontou como exemplo, que quase mil estudantes bolsistas centro-americanos viajaram para Israel em 1979 e 1982.

Entre eles, 88 de El Salvador, 85 das Honduras e 164 da Guatemala. "É política do meu governo não falar das suas vendas de armas", disse Gur Arie quando lhe lembraram a visita de Sharon às Honduras em Dezembro do ano passado e a venda de 15 aviões de guerra *Kfir* a este país. Também não respondeu quando lhe perguntaram sobre a chegada de 50 assessores militares israelitas a Tegucigalpa (Honduras) em princípios de Maio, há apenas quatro meses.

Segundo um relatório do director da Faculdade de Ciências Políticas da Universidade de Telavive, Sharon Kleinman, Israel obtém 1,5 mil milhões de dólares com o comércio de armas. Em 1981, Israel exportou aviões num valor de 820 milhões de dólares. Aproximadamente 25 % da mão-de-obra israelita trabalha na indústria bélica (*Ignacio Vadillo*)

Zimbabwe

Lei sobre refugiados

□ O Parlamento aprovou uma lei prevendo uma maciça chegada de refugiados, face à intensificação das lutas de libertação que ocorrem na Namíbia e África do Sul.

"Ao preparar-se para esta realidade, o Zimbabwe assume a sua obrigação como um dos Estados da "Linha da Frente", como membro da Organização de Unidade Africana (OUA) e das Nações Unidas", afirmou o ministro do Trabalho, Kumbirai Kangai, autor da iniciativa.

A nova lei realça a necessidade de estabelecer um processo de verificação de quem chega, de modo a assegurar que espões sul-africanos não se infiltrarem neste país



fingindo ser refugiados. O texto chama a atenção para a segurança pessoal dos refugiados, à luz de

incidentes como o recente ataque por parte da África do Sul contra casas de exilados no Lesoto.

Crueldade contra mulheres

□ Foi motivo de uma denúncia pública a crescente crueldade contra mulheres recém-casadas que não trazem os dotes exigidos pelo marido.

Só no primeiro semestre do corrente ano foram mencionados aproximadamente 1200 casos de mulheres nessa situação, que morreram em aparentes acidentes domésticos, mas depois se descobriu ter a sua morte sido causada por agressões cometidas pelos maridos, sogras ou cunhados.

Tanto o presidente da Índia, Zail Singh como a primeira-ministra Indira Gandhi têm feito declarações públicas condenando o crescente número de mortes provocadas por conflitos relacionados com os dotes, sublinhando a necessidade de se criar um dispositivo legal mais severo para evitar tais situações trágicas.

Recentemente, o governo central da Índia aprovou algumas reformas às leis relativas às sanções contra os culpados de exercerem crueldade sobre as suas mulheres. Uma dessas reformas é a imposição de três anos de prisão aos responsáveis de crueldade física ou mental, ou hostilização às mulheres du-



rante os sete primeiros anos de casados. "Crueldade" é definida no texto da lei como aquela conduta voluntária que cause danos graves à saúde física ou mental de uma pessoa, ou induza-a ao suicídio. "Hostilização" abrange todo o tipo de pressão ou acção exercida contra uma mulher ou seus familiares, com o propósito de satisfazer exigências ilegais de dinheiro ou presente, em forma de dote extra.

Uma das mudanças mais destacadas nessa reforma é a capacidade dos tribunais de presumir acções de ataque em caso de suicídio de uma mulher recém-ca-

sada. Os assistentes sociais do país concordaram em estabelecer escritórios de voluntários em todos os estados para oferecer auxílio, abrigo e assessoria jurídica às mulheres vítimas de tais situações.

O elevado número de crimes relacionados com o dote, está intimamente ligado à estrutura patriarcal da sociedade indiana, aos hábitos matrimoniais tradicionais e ao sistema de propriedade que exclui a mulher. Por outro lado, as mulheres não dispõem de oportunidades iguais às do homem no mercado do trabalho e no sector da educação.

Em alguns casos, já se começa a observar uma mudança de atitude a respeito dos crimes cometidos contra as mulheres casadas. Recentemente, pela primeira vez, um juiz condenou um marido, a sua mãe e seu irmão, que mataram uma mulher de 21 anos, no oitavo mês de gravidez, por esta não ter completado o dote prometido de mil dólares.

Até agora, muitos homens culpados de assassinar as suas mulheres, foram declarados inocentes pelas autoridades, alegando-se falta de testemunhas oculares.

Brasil

Capital estrangeiro controla 40% da produção de minérios

□ A produção mineira do Brasil é controlada em cerca de 40% por empresas de capital estrangeiro; revelou um estudo do Conselho de Pesquisas e Desenvolvimento Tecnológico (CNPQ), no passado dia 1 de Julho, baseado em números oficiais. Empresas brasileiras, estatais e privadas, controlam os restantes 60%.

Em 1980, as companhias transnacionais controlavam 42% do sector mineiro, as privadas nacionais 38% e o Estado apenas os restantes 20%. Observa-se, portanto, um avanço do Estado no controlo da actividade, basicamente pelo facto de se ter reduzido a participação do capital privado brasileiro.

No Brasil existem umas dez mil empresas mineiras, excluindo a mineração artesanal de garimpeiros de pedras preciosas. A avaliação do CNPQ inclui as 50 maiores do sector.

Os capitais de participação na mineração procedem principalmente dos Estados Unidos, Canadá, Grã-Bretanha, Holanda, República Federal da Alemanha, Japão e França, e estão associados a investimentos brasileiros, privados ou estatais. A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), controlada pelo Estado brasileiro, mantém a liderança sectorial com 12,38% da produção. Na mineração de ferro, no entanto, a sua participação vai até 56%.

O maior conglomerado de companhias de capital privado brasileiro é o grupo Votorantim, que ocupa o segundo lugar entre as empresas mineiras com 5,79%. A sua hegemonia em alguns sectores é absoluta: 54,5% da produção brasileira de níquel, 53,8% do zinco e 28% do calcário (matéria-prima do cimento). Seguem, por ordem de importância, empresas do Estado como o grupo Siderbras (com seis subsidiárias) e outras em associações de capitais privados nacionais e estrangeiros. Os grupos estrangeiros mais fortes são *Hanna Mining*, dos Estados Unidos, *Alcan*, do Canadá e *Shell*, da Grã-Bretanha.

Avanços na saúde pública

□ Mais de 2 mil e 600 médicos cubanos trabalham em 26 países da África, Ásia e América Latina, afirmou o ministro da Saúde Pública, Sergio Del Valle, ao inaugurar em Julho passado a Conferência Internacional "Saúde para todos: 25 anos de experiência cubana".

Na conferência, que teve lugar no Palácio das Convenções de Havana, participaram mais de mil e 400 delegados de 96 países, dos quais, 440 cubanos.

Do total de gastos nacionais durante o ano passado, 58,95% foram dedicados ao atendimento de saúde local, segundo revelou o ministro. E destacou como uma das maiores conquistas desses 25 anos, o aumento de policlínicas, que constituem a unidade básica do "Sistema Nacional de Saúde".

A reunião teve como objectivo propagar "a concepção, vias, métodos e recursos destinados pelo Estado cubano durante os últimos 25 anos para concretizar a proposta da Organização Mundial de Saúde (OMS)", que é "Saúde para todos no ano 2000".

O acto da inauguração contou com a presença do presidente Fidel Castro, assim como de importantes figuras do campo da Saúde, entre os quais Halfdan Mahler, director da OMS, Carlyle Guerra de Macedo, director do *Bureau Sanitário Panamericano* e 15 ministros da Saúde de diferentes partes do mundo.

O ministro cubano afirmou que o seu país conta actualmente com três mil e quarenta e quatro trabalhadores no campo da saúde. Dos quais, 1675 médicos prestam ser-



viços em 26 países da Ásia, África e América Latina. Em futuro próximo — assinalou — podemos alcançar a cifra de três mil médicos em missão no exterior.

Nos centros docentes da ilha estudam medicina gratuitamente 453 bolsistas, procedentes de 71 países e 99 médicos aperfeiçoam os seus conhecimentos. Del Valle disse que antes da Revolução liderada por Fidel Castro, em 1959, apenas 112 núcleos urbanos dos 300 que havia em Cuba, contavam com abastecimento de água canalizada. Em 1980, 93,2% do total da população cubana era servida por água canalizada. Cerca de 250 mil habitantes das zonas rurais, radicados nas novas comunidades construídas, têm sido beneficiados por esse serviço.

Referindo-se ao trabalho desenvolvido na preservação do meio-ambiente, durante esse mesmo

período, o titular cubano aponta que os sistemas de esgoto foram triplicados.

A respeito da evolução dos índices de mortalidade, lembrou que em 1962, 13,3% do total de falecimentos foram produzidos por doenças infecciosas e parasitárias. Em 1982, o índice havia baixado para dois por cento. Desde 1980 afirmou o ministro três de cada quatro pessoas morrem com mais de 50 anos e cerca da metade da população falece com 70 anos ou mais, enquanto que 15% morre com 85 anos, o que significa um aumento substancial da esperança média de vida.

"O esforço que hoje se fizer para proteger as crianças, evitar a sua morte e prevenir as suas enfermidades, contribuirá para formar as qualidades humanas básicas da população futura do planeta", assinalou o dirigente cubano.

Irão

5195 execuções em 4 anos

□ A Amnistia Internacional denunciou o aumento das execuções no Irão, tendo recebido informações de que foram realizadas 5195 desde Fevereiro de 1979. Este número deve ser considerado mínimo, já que numerosos fuzila-

mentos ocorreram secretamente, enquanto outras mortes foram oficialmente anunciadas como ocasionadas na sequência de confrontos com as forças de segurança. Outra grande quantidade nem sequer foi considerada pelos

meios de comunicação social iranianos. Durante o passado mês de Junho os meios oficiais divulgaram que 77 pessoas foram submetidas à pena capital.

Poderio militar...

A crescente força económica e militar da África do Sul está intimamente ligada à rápida expansão da indústria electrónica. A afirmação pertence a um relatório de 29 páginas, apresentado à Comissão das Nações Unidas sobre Corporações Transnacionais, reunida no passado mês de Julho em Nova Iorque. "A indústria electrónica fornece a base tecnológica para grande parte do poderio bélico e económico do governo da África do Sul", afirma o relatório.

A indústria electrónica está-se a desenvolver rapidamente. Só em 1981 cresceu cerca de 25%. O relatório destaca que esta indústria depende actualmente da participação das corporações transnacionais que oferecem a sua experiência em matéria de computadores, processadores, radio-transmissores, equipamentos de sinais e controlo para as estações de energia, caminhos-de-ferro e outros ramos. Apesar do embargo económico a Pretória, as companhias estrangeiras realizam todas as importações necessárias para o desenvolvimento desta indústria e fornecem a manutenção, instalações e equipamento do parque industrial electrónico, dotado com maquinaria de alta tecnologia.

O estudo sustenta que grande parte do investimento estrangeiro na África do Sul se concentra em sectores da economia que requerem alta tecnologia ou componentes especiais que o país não tem: máquinas electrónicas, certas substâncias químicas, máquinas pesadas e petróleo. As transnacionais fornecem esta tecnologia através do investimento directo e de acordos de importação e patentes.

Apesar das tentativas do governo de Pretória para desenvolver uma indústria nacional para a produção destes materiais, a África do Sul depende ainda em grande parte das corporações transnacionais para a obtenção destes recursos.

O estudo demonstra que pelo menos quatro países industriais

zados colaboram com a África do Sul: França, Alemanha Federal, Grã-Bretanha e Holanda. O grupo de Tecnologia Aliada (Altech) com sede na África do Sul, informou recentemente sobre um acordo de co-investimento com a companhia francesa *Compagnie Française D'Electricité*.

A companhia alemã *Siemens* mantém vínculos comerciais com a Corporação de Desenvolvimento Industrial da África do Sul. O relatório assinala também que a indústria electrónica é dominada naquele país pelo capital de três transnacionais: *Siemens*, *Plessey Company* (Grã-Bretanha) e *Philips* (Países Baixos).

O estudo constata que qualquer intenção de retirar os investimentos da África do Sul (o que é pregado pelas Nações Unidas há muito tempo) se reflectiria rapidamente na economia do país e no seu parque industrial uma vez que o país não está suficientemente desenvolvido para produzir substi-

tutos de muitos recursos trazidos pelas empresas estrangeiras.

Uma sondagem realizada em 1980 calculou que só as empresas norte-americanas fornecem 75% do total dos computadores vendidos na África do Sul e manipularam em todo o país 77% destas vendas.

Os principais computadores que se distribuem na África do Sul são da *IBM* (Estados Unidos), *ICL/PLC* (Grã-Bretanha) e *Burroughs Corporation* (Estados Unidos). A taxa de crescimento anual da indústria de computadores, nos anos compreendidos entre 1978 a 1982, foi de cerca de 40%.

As forças de defesa da África do Sul utilizam uma grande variedade de instrumentos electrónicos e computadorizados. "Algumas companhias acabaram com as operações na África do Sul, apesar da tendência não estar, no geral, a apontar para a diminuição dos investimentos", conclui o estudo. (Thalif Deen)

Brasil

Associação de militares

Foi fundada no Rio de Janeiro a Associação Democrática e Nacionalista de Militares (ADNAM), sucessora da Associação de Militares Cassados* (AMIC).

O almirante Paulo Mário Cunha Rodrigues, ministro da Marinha em 1964, será o presidente de honra.

A Associação pretende alcançar três objectivos básicos: "congregar os oficiais das três forças armadas e polícias militares que aspiram à plena democracia; lutar pela preservação do património nacional, representado pelo seu território, suas riquezas, sua cultura e redenção do homem; e, por último, promover a defesa dos direitos dos militares atingidos por actos cassatórios e lesivos, lutando pela sua completa reparação".

* Que o regime privou dos seus direitos

Equador

Campanha eleitoral domina cenário político

□ Apesar de faltarem ainda dois meses para o início oficial da campanha eleitoral, a mobilização popular e a proclamação de candidatos monopolizam o cenário político do país.

A campanha deve começar oficialmente a 29 de Outubro próximo, três meses antes da consulta eleitoral de 29 de Janeiro, quando serão eleitos o presidente e o vice-presidente da república, deputados federais e estaduais, presidentes de municípios e de distrito.

Caso nenhum dos candidatos à presidência e vice-presidência consiga a maioria absoluta em Janeiro próximo, como se prevê, realizar-se-á um segundo escrutínio em Abril.

Para essas eleições, nas quais votarão três milhões e meio de

equatorianos, há até ao momento quatro candidatos proclamados oficialmente pelos seus partidos: Julio César Trujillo, pelo Partido Democrata Popular — União Democrata-Cristã (situacionista); Francisco Huerta, ex-ministro de Saúde, Partido Democrata (centro-esquerda); Jaime Hurtado, Movimento Popular Democrático (maoísta) e Rodrigo Borja, pela Esquerda Democrática, (tendência social-democrata).

Os partidos da direita, liberais, conservadores e social-cristãos, uniram-se na chamada Frente de Reconstrução Nacional, e deverão proclamar oficialmente no fim do mês León Febrés Cordeiro como seu candidato.

Outros partidos e agrupamentos, como os agrupamentos de centro-

-esquerda Frente Radical Alfarieta e *Pueblo, Cambio y Democracia*, não proclamaram ainda os seus candidatos, à espera de formar uma frente com a esquerda democrática e o Partido Democrata.

A União Democrática Popular (de esquerda), que se chamará em breve Frente Ampla de Esquerda, não designou ainda o seu candidato à presidência, mas sabe-se que será o secretário-geral do Partido Comunista equatoriano, René Mauge.

Os partidos e a frente que se irão apresentar a estas eleições ainda não escolheram os seus candidatos à vice-presidência, pois pensam negociar as suas alianças através desse cargo.

Colômbia

Confirmada morte do comandante do M-19

□ A direcção nacional do movimento político militar 19 de Abril (M-19) confirmou oficialmente a morte de Jaime Bateman Cayón, comandante da organização guerrilheira. Iván Marino Ospina, que optou por aceitar a amnistia governamental promulgada em Novembro de 1982, passou a ocupar o comando do M-19.

O Movimento comunicou "à nação colombiana, aos povos latino-americanos e aos democratas do mundo, que Jaime Bateman Cayón, comandante geral do mo-

vimento 19 de Abril e líder da revolução colombiana, sofreu um acidente em 28 de Abril de 1983". O piloto do avião e hélices em que viajava Bateman tinha declarado estado de emergência à torre de controlo do aeroporto "Omar Torrijos", no Panamá, antes de cair algures na selva, limítrofe com aquele país.

"Com dor anunciamos também o desaparecimento de "Efren" Conrado Marín, guerrilheiro que uma vez amnistiado decidiu voltar ao combate", assinala o docu-

mento divulgado.

"Morreram igualmente no acidente Antonio Escobar Bravo, piloto do avião a hélice, ex-parlamentar conservador, que foi nosso amigo e companheiro e participou com valentia e lealdade em importantes tarefas político-militares", e Nelly Vivas Rebolledo, oficial superior do M-19, "presença combativa da mulher colombiana", segundo o comunicado oficial do movimento.

Quénia

Tanzania reata relações

□ Vários líderes políticos do Quénia fizeram comentários elogiosos sobre a recente decisão tanzaniana de renovar as relações diplomáticas e comerciais com o seu país e pediram ao governo presidido por Daniel Arap Moi para tomar a iniciativa de revitalizar a cooperação regional entre os Estados da África Oriental.

O vice-presidente e ministro do Interior, Mwai Kibaki, ficou satisfeito com a notícia, que deu origem a que o primeiro-ministro Edward Sokoine recomendasse que se reatassem os vínculos diplomáticos entre os países vizinhos.

"De qualquer lado que se observe a actual situação entre o Quénia e a Tanzania não tem sen-

tido desconhecer que, pela sua tradicional forma de vida, as relações entre esses dois países estão irmanadas", alegou Kibaki.

"Certamente não tem sentido dizer ao povo *masai* do Quénia que se deve afastar dos *masai* da Tanzania porque uma fronteira artificial os separa."

Quénia, Uganda e Tanzania têm

uma longa tradição de cooperação que remonta aos tempos anteriores à independência.

"A cooperação regional é vital para a área e é uma boa notícia para todos os residentes da faixa limítrofe que foram severamente

afectados pela crise na fronteira", disse Mwacharo Kubo, assistente do ministro do departamento da vice-presidência. Kubo representa a área de Taveta, zona fronteiriça com a Tanzânia, no estado de Taita Taveta.



Gaafar Numeiry, sob a protecção dos EUA

Sudão

Declaração da Frente Popular Sudanesa

□ A Frente Popular Sudanesa (o movimento dos comités revolucionários) divulgou um comunicado sobre a revolução armada no sul do Sudão destacando o seu apoio aos revolucionários que se opõem ao regime do general Numeiry.

O comunicado diz que "as nossas forças revolucionárias do sul responderam ao apelo da Frente Popular Socialista Sudanesa a fim de formar uma frente ampla para empreender a guerra de libertação no Sudão, transformado numa autêntica colónia pelo acordo de Camp David".

"O regime de Numeiry permitiu aos Estados Unidos reimplantar-se em território sudanês através das

bases militares. Os Estados Unidos também controlam o exército através de assessores que supervisionam o comando", acrescenta a declaração.

"A assinatura da chamada Carta de Integração Económica por Numeiry e Hosni Mubarak transforma o Sudão numa colónia norte-americana-sionista-egípcia depois da própria transformação do Egipto numa colónia norte-americana-sionista", continua.

O comunicado nega as acusações de Numeiry de que os revolucionários no sul receberam apoio de fora. "As pessoas, afirma, não necessitam ser incitadas a tentar derrubar o regime."

A Frente fez um apelo aos trabalhadores, camponeses e estudantes do Sudão para enfrentarem a conspiração norte-americana e sionista destinada a destruir a unidade nacional e a integração territorial e para multiplicarem os seus esforços para o derrube do regime. Também incitou o exército sudanês a rebelar-se e a participar na revolução.

África

Plano de salvação alimentar

□ Um programa de controlo das pragas nas zonas tropicais africanas para salvar as colheitas de mandioca, alimento principal de mais de 200 milhões de pessoas, poderá ser posto em andamento caso sejam obtidos os 34 milhões de dólares necessários para o seu financiamento.

O programa, elaborado pelo Instituto Internacional de Agricultura Tropical (IITA), com sede em Ibadan, Nigéria, destina-se a eliminar duas pragas que apareceram há pouco tempo nas zonas tropicais do continente.

A mandioca é uma das culturas básicas da África tropical, entre outras razões pela sua alta resistência às secas. Nos últimos anos, sofreu o ataque de dois insectos "importados" do seu habitat natural, a América do Sul.

Num relatório sobre essas pragas, elaborado pelo Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), assinala-se que "se não forem adoptadas medidas urgentes para deter o perigo que representam a aranha verde e o *mealybug*, o futuro da produção na África tropical estará ameaçado no fim do século".

A mandioca foi introduzida na África tropical pelos portugueses há 500 anos, enquanto "na actualidade é um dos produtos de maior importância na dieta dos sectores marginalizados da região". São produzidos, anualmente, na área tropical da África cerca de 45 milhões de toneladas de mandioca, que contribuem com mais de 25% das calorias consumidas pela população de 14 países africanos. Apesar de na América do Sul esses



insectos não constituírem um perigo de graves consequências sobre as colheitas, em África eles disseminam-se rapidamente nas regiões produtoras de mandioca, desde o Sara até Angola e Moçambique.



O espectro do Vietname

A guerra do Vietname era uma boa causa. Os ensinamentos que se devem tirar desta experiência não indicam que os Estados Unidos não devesssem ter intervido naquele país asiático, muito pelo contrário. A lição ensina-nos que desde o começo do conflito se deveriam ter previsto os riscos que se corriam e fazer incidir toda a força militar necessária, com uma decisão incomensurável, para evitar um resultado adverso. O único erro norte-americano no Vietname consistiu em não ter actuado assim.

O anterior parágrafo resume o pensamento do governo do Presidente Ronald Reagan relativamente à única guerra perdida pela superpotência. E longe de se tratarem de meras conjecturas sobre o passado, constituem antes o fundamento conceptual que orienta a actual política externa dos Estados Unidos. Desta visão dependem-se as afirmações mais significativas do governo Reagan a nível internacional.

Atendendo a que apenas a supremacia militar assegura a hegemonia política, o sistema bélico deve ser reforçado de forma a ostentar uma superioridade inconfundível. Consequentemente, elevam-se a níveis sem precedentes o orçamento militar e o conseqüente fabrico de armas de todo o tipo.

A decisão de utilizar o poderio bélico deve ser inquestionável de forma a dotar de credibilidade os Estados Unidos e os seus associados. Só assim a União Soviética e os seus aliados os respeitarão e deixarão de intervir fora das suas órbitas de influência com o objectivo de retirar áreas sob hegemonia ao Ocidente. Washington está precisamente a demonstrar a sua vontade férrea, através de actos concretos, na América Central e no Norte de África.

Uma efectiva negociação com a União Soviética seria empreendida quando os limites em que esta se deve conter, estivessem claramente estabelecidos. Não se discutiria em posição de debilidade. Simultaneamente, o debate com Moscovo compreenderá o

comportamento dos seus aliados. Nada se obtém negociando com a Nicarágua ou Cuba, o entendimento será igual quanto à América Central como relativamente a outras zonas distantes do planeta, e constituirá os resultados de um eventual acordo cimeiro, entre Washington e Moscovo, sobre estes e todos os outros conflitos internacionais. E não haverá acordo se os interesses hegemónicos e a segurança das esferas sob influência dos Estados não forem assegurados. Ou seja, se não se congela o *status quo* — com prévios recuos na América Central —, que significa o mesmo que exigir a extinção da dinâmica social e a dialéctica da história.

Pode-se objectar que esta condensação do pensamento de Reagan e dos duros que o rodeiam é sintética e omite alguns pormenores e "nuances". É possível. Pode-se argumentar que tal raciocínio, ao apoiar-se exclusivamente no uso da força e ao omitir factores que em política não se podem ignorar, parece demasiado simplista e grosseiro para ilustrar a élite que governa a maior potência mundial.

É verdade. E podia-se acrescentar que a pretensão de controlar o mundo e forçá-lo a regressar ao passado é absurdo e apenas pode levar à hecatombe.

No entanto, o tempo que passou desde que, no começo de 1981, Reagan assumiu a presidência dos Estados Unidos, bem como a sucessão de actos e declarações da sua administração, demonstram-nos que é esta a linha de conduta que o inspira.

Apesar de ser esse o tom que marcava a campanha eleitoral do candidato republicano, era algo de subentendido por diversos analistas que, uma vez na Casa Branca, a realidade circundante e o instinto político do presidente eleito, do *establishment* e da burocracia, levariam senão a uma moderação, pelo menos a uma adaptação às circunstâncias externas.

Não foi assim e é visível uma coerência

substancial entre o posicionamento do candidato e a actuação do presidente. Isto não quer dizer que o voluntarismo de Reagan consiga modificar as relações internacionais à medida das suas pretensões. Significa, sim, que a tensão mundial prosseguirá ao elevado nível em que se encontra ou aumentará mesmo, que o recurso militar nas áreas de conflito será privilegiado em desfavor da via diplomática, não interessa que corra sangue e fogo e que o perigo de um confronto nuclear esteja mais perto, demasiado próximo do ponto de retorno.

Mas ninguém poderá fazer parar o presidente norte-americano nesta alucinante e alarmante correria?

A curto prazo parece que a resposta é negativa.

Reagan pôde lançar as forças armadas da superpotência em duas aventuras simultâneas, passando por cima da oposição no seu país.

A imponente frota de guerra deslocada para a América Central e para as costas da Nicarágua, a que se vem juntar as manobras terrestres nas Honduras, junto à fronteira nicaraguense, constituem um gesto bélico desmesurado. Quatro mil soldados, 19 vasos de guerra, seis meses de operações. Se a isto se acrescenta o apoio militar a El Salvador, surgem bem delineadas as premissas para um compromisso semelhante ao que, gradualmente a superpotência foi assumindo no Vietname. E, tal como nesse processo, os aliados dos Estados Unidos da América carecem de representatividade e força interna própria, não podendo manter o poder sem um constante e ingente apoio de Washington. Quanto teriam durado o governo de El Salvador e os grupos anti-sandinistas sem o dinheiro e as armas norte-americanas? Muito pouco, seguramente, e isso indica precisamente — para tornar válida a comparação com o Vietname — que, privada da possibilidade de alternativas internas viáveis, a superpotência se verá forçada a continuar a

actuar em primeiro plano ou a expôr-se ainda mais directamente no vulcão centro-americano. Estamos, pois, em presença de uma analogia inquietante, pelo custo humano que encerra e que, para os Estados Unidos, os coloca ante a perspectiva de um desgaste crescente face à impossibilidade de obter uma solução pacífica.

Como se isto não fosse suficiente, Reagan intervem, simultaneamente, em África com o duplo propósito de esmagar a Líbia e, caso fosse possível, derrubar o coronel Khadafi, assim como para evitar *in extremis* o derrube do cambaleante regime pró-ocidental do Chade.

A ingerência naquele país centro-africano não expõe, por agora, Reagan a riscos graves, pois o presidente norte-americano procura intervir por interpostos aliados — como o Zaire, Egipto, Sudão, ao mesmo tempo que pressiona a França para conceder maior ajuda às tropas de Hissène Habré. Enquanto no campo interno a oposição democrata não está ainda em condições de condicionar os passos presidenciais. Não conseguiu ainda recompôr-se da derrota eleitoral sendo Reagan, a nível doméstico, a carta mais forte. Isto tornou-se bem evidente durante as resoluções votadas no Congresso norte-americano e propostas pela oposição, que se bem que imponham limites teóricos à intervenção na

América Central, na prática, não impediram uma ingerência crescente como no Vietname.

Isso não significa que, no futuro, não se venha a assistir a um endurecimento da oposição parlamentar pertencente ao Partido Democrático, ainda que a duplicidade de procedimentos do Presidente tenha, até agora, dificultado a coesão dos seus críticos.

Ao mesmo tempo que avançava na esfera militar, Reagan declarava-se "contrário à guerra" e mandava um seu enviado em "missão de paz". Mas essa política de pequenos passos diplomáticos constituíam, na verdade, uma abertura para as acções militares em marcha, a

fim de atenuar as reacções dos seus críticos, em especial no Congresso.

Trata-se, no entanto, de uma política de curto alcance, que não poderá continuar indefinidamente. A medida que prosseguir o intervencionismo, tanto Reagan como os seus adversários terão que definir as suas posições.

Por outro lado, a grande oposição à guerra do Vietname não surgiu nem do Congresso nem do sistema bipartidário. Tratou-se sim de um amplo movimento popular à margem dessas instituições que congregou grupos pacifistas, religiosos, progressistas e liberais de diferente procedência, numa multiforme mas enérgica expressão de protesto e revolta que foi ganhando o conjunto da sociedade norte-americana.

Sintomas semelhantes se detectam agora a propósito da América Central ainda que salvaguardadas as respectivas diferenças. A situação aí teria ainda que amadurecer para que se pudesse falar de um movimento semelhante ao desencadeado com a guerra do Vietname. Reagan actuou de surpresa, ocultando as suas intenções, evitando, assim, as barreiras que lhe teriam sido levantadas caso ele tivesse agido frontalmente. Mas, a mais largo prazo, as vantagens transitórias de que Washington pôde aproveitar podem constituir-se num "boomerang" e levar os Estados Unidos da América à já clássica situação de pântano, onde quanto mais avança mais se afunda. O presidente poderia então retroceder e apresentar uma solução de convivência aceitável, para todas as partes, como a que procura o grupo de Contadora. Reagan não parece porém, inclinado para esta razoável atitude e a continuar pela via belicista cedo ficará tão exposto que retroceder implicaria, de um ponto de vista político, um custo muito elevado. Tal o dilema de ferro que faz pairar sobre os nossos dias o espectro da longa e cruel guerra do Vietname.



VESPER
Importação e Exportação

Empresa de capitais mistos Luso-Angolana

Associadas:

IMPORTANG U.E.E.

Central Angolana de Importação

EXPORTANG U.E.E.

Central Angolana de Exportação

ANGODESPACHOS U.E.E.

Empresa de Despachos Alfandegários de Luanda

COTECO

Sociedade de Cooperação Técnica e Comercial, Lda.

Comércio Geral de
Importação e Exportação
Representações, Serviços,
Actividades Conexas e
Agência de Empresas
Nacionais e Estrangeiras

VESPER

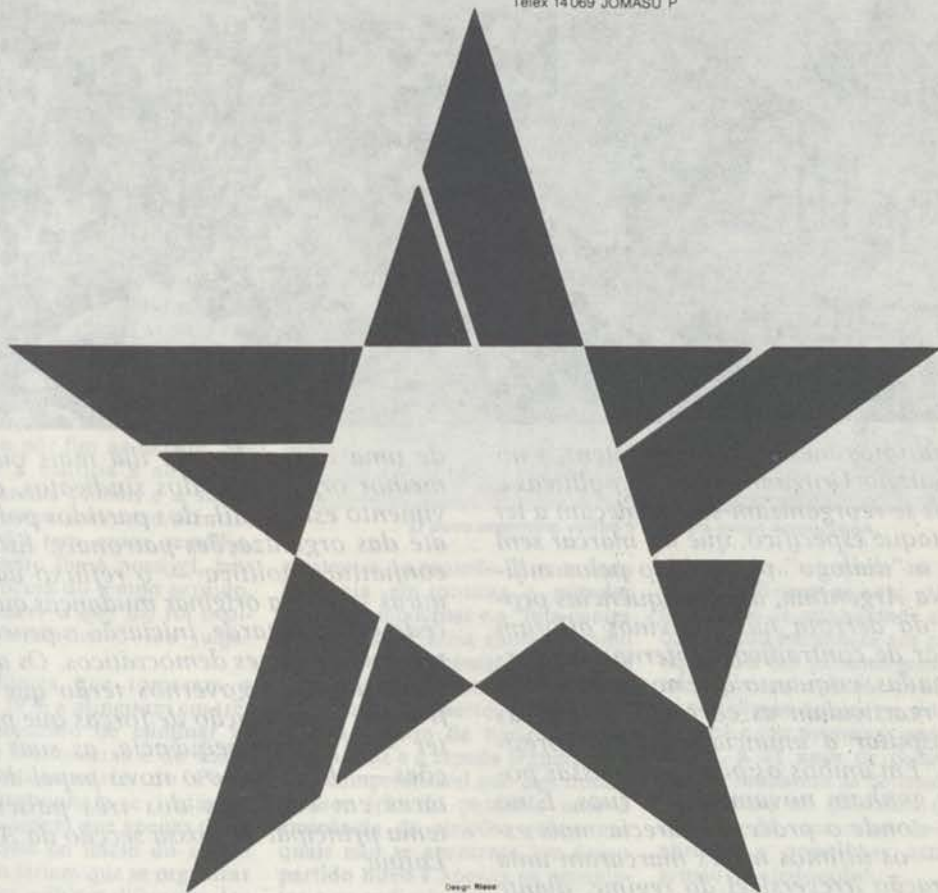
Importação e Exportação, Lda.

Av. António José de Almeida, 44, 1.º-D.

1000 LISBOA Portugal

Telefs. 73 11 23 | 73 13 23 | 73 14 23

Telex 14 069 JOMASU P



Design: Wase

Argentina, Chile, Uruguai



Os últimos meses têm sido intensos no Cone Sul: no Uruguai, as forças políticas e sindicais se reorganizam-se e começam a ter um destaque específico, que irá marcar sem dúvida o "diálogo" promovido pelos militares. Na Argentina, as consequências profundas da derrota nas Malvinas afloram num mar de contradições internas das forças armadas, enquanto que no campo político se rearticulam as correntes históricas para disputar a anunciada eleição presidencial. Em ambos os países as massas populares ganham novamente as ruas. E no Chile — onde o processo parecia mais estático — os últimos meses marcaram uma deterioração irreversível do regime, diante

de uma ofensiva cada dia mais ousada e melhor organizada dos sindicatos, do movimento estudantil, dos partidos políticos e até das organizações patronais. Esta nova conjuntura política — o refluxo das ditaduras — está a originar mudanças que, mais cedo ou mais tarde, iniciarão o processo de retorno a regimes democráticos. Os desafios com que estes governos terão que se defrontar, a correlação de forças que poderão ter — e em consequência, as suas limitações —, bem como o novo papel dos militares em cada um dos três países eis o tema principal da nossa secção da América Latina.

Rumo à democracia... por um campo minado

O documento da junta militar sobre os desaparecidos e a crise económica dificultam o regresso do país a um regime constitucional

Horacio Verbitsky

A guerra interna da década de 70 constituiu o núcleo significativo da história moderna argentina, juntamente com a aculturação de milhões de imigrantes europeus — que no começo deste século modelaram o seu perfil social — e o surgimento do peronismo que, a partir de 1945, definiu um modelo económico e um estilo político. Mas só agora veio à tona o assunto da guerra, transformando-se no centro da conjuntura política deste país, no qual 18 milhões de eleitores deverão votar a 30 de Outubro, pela primeira vez em dez anos, para eleger um presidente civil.

Isto acontece no momento em que as forças armadas vitoriosas resolveram pôr fim ao debate. Sabe-se que a história é adversa a acatar decretos oficiais e a sociedade apenas os tolera em silêncio, quando não tem outro remédio. Tanto quanto lhe é possível, lança-se à procura do tempo perdido, para conhecer o que lhe foi ocultado e pronunciar o seu julgamento.

Os militares que tomaram o poder em 1976 e atingiram em três anos o objectivo de eliminar as guerrilhas montoneras e do Exército Revolucionário do Povo (ERP), propunham-se instaurar uma nova ordem que apenas daria voz aos civis no início do século XXI. Estes teriam que se organizar em partidos políticos diferentes dos



O povo argentino voltou à rua para exigir democracia

existentes no passado. A economia florescia em poucas e grandes unidades modernas e a "luta contra a subversão" seria cantada como uma epopeia continuadora das campanhas da emancipação e da conquista do deserto, um regresso vital às fontes da nacionalidade, com a cruz e a espada erguidas.

É compreensível que eles sintam o suor frio do pesadelo ante a eminência de eleições gerais nas quais não se apresenta um único partido novo e apenas os peronistas e os radicais têm possibilidade

de triunfar, tal como há quatro décadas. Repete-se aqui, o mesmo fenómeno de estabilidade eleitoral que causou estranheza aos analistas espanhóis (as persentagens da direita e da esquerda foram idênticas nas últimas eleições antes de Franco e nas primeiras após a sua morte, a 41 anos de distância, e apenas mudaram as denominações partidárias) ou peruanas (na década de 80, como na de 60, os apristas e populistas atraem o grosso do eleitorado).

Ambos os partidos obtiveram

uma quantidade de filiações que no mínimo triplica a de uma década atrás: três milhões de justicialistas e quase 1,5 milhão de radicais. Este resultado surpreendente foi obtido mediante uma competição nos ataques às forças armadas, que são chamadas a prestar contas pelos sete anos de governo, enquanto proliferam as denúncias dos métodos utilizados na guerra interna, os campos de concentração, os enterros clandestinos, os desaparecimentos de crianças e jovens, os saques de residências.

Como foi possível esta prodigiosa transformação de um projecto institucional numa hecatombe corrosiva?

A chave do futuro reside na resposta a esta pergunta: o governo militar está a cair sozinho, minado por não ter conseguido dirigir a sociedade com um mínimo de racionalidade funcional, e não há forças populares organizadas que, em verdade, se possam atribuir o mérito da vitória.

Um fosso intransponível

O projecto de redistribuição do poder instaurado em 1976 fracassou porque foi além do possível. A ilusão de fazer retroceder a Argentina ao século XIX, com poucos produtores riquíssimos integrados privilegiadamente no mercado mundial e uma massa submissa de artesãos e trabalhadores paupérrimos, contrariou a lógica social de um país que tinha atingido um alto grau de integração económica, com um apreciável desenvolvimento industrial, organização laboral e complexidade educacional e cultural.

O Produto Interno Bruto (PIB) caiu cinco pontos nos sete anos de governo militar, os índices produtivos são inferiores aos de uma década atrás e o rendimento "per capita" iguala o da década de 60. Esta contradição entre as metas políticas e a sua factibilidade económica cavou um fosso que acabou por devorar o projecto.

Cabe destacar que a destruição planificada de pelo menos uma terça parte do aparelho produtivo implicou, em termos sociais, a existência de menos burgueses e menos operários, que são os adversários do tradicional poder

agro-pecuário e da sua actual metamorfose financeira; que a dissolução por decreto das organizações de patrões e trabalhadores, a revisão de toda a legislação e a eliminação física de dirigentes privou estes sectores das suas formas de expressão; que o duplo espartilho orçamental e ideológico estrangulou a educação; que a censura, a morte e o exílio sufocaram a crítica cultural.

Mas a estabilidade deste projecto precisava do crescimento económico, que foi negado pela conjuntura internacional adversa e pelos enormes erros de utilização interna. Percebeu-se então, que sobreviviam neste país devastado uma cultura nacional e uma tradição política e social contra as quais o ideologismo militar tentou navegar em vão. A "fuga para a frente" não é uma novidade na história americana, e não é condenável, nem sequer eticamente. No seu excelente livro *Bolívar y la guerra social*, o ex-presidente Juan Bosch estudou as campanhas de libertação como exportação das contradições sociais que ameaçavam Caracas com uma explosão semelhante à dos escravos do Haiti. E a mesma visão surge da correspondência de San Martín, enviada de Mendoza, pouco antes de atravessar a Cordilheira, angustiado pelos progressos da anarquia interna que se lhe apresentavam como uma alternativa desastrosa ao seu plano emancipador.

Mas por razões já analisadas em edições anteriores de *cadernos do terceiro mundo*, a recuperação das Malvinas acabou num desastre que fracturou a frente militar interna e fez com que as urnas surgissem como um mal menor que poderia desvincular as forças armadas de uma posição insustentável.

Gradualmente, as forças políticas, que pouco fizeram de facto para derrubar o poder e as forças sociais que o suportaram, foram-se animando diante da nova situação inesperada e começaram a ocupar os espaços vazios, inicialmente com timidez e depois com maior segurança, ao comprovar que a retirada era real. Reapareceram, então, todos os assuntos reprimidos, numa constelação cujo sol são os métodos da "luta contra a subversão", em torno do qual giram os planetas

da dívida externa de 40 mil milhões de dólares, as causas da queda de Puerto Argentino e a participação de militares em casos ilícitos como a adulteração da gasolina.

O documento da junta

A junta militar emitiu, então, um documento com o qual supôs que daria por encerrada a questão dos desaparecidos. O texto diz que as forças armadas "assumem a responsabilidade histórica que lhes corresponde diante da nação no planeamento e na execução das acções" e recorda que foram os presidentes constitucionais María Estela Martínez de Perón e Lúder que, em 1975 deram a ordem de aniquilar "a acção dos elementos subversivos".

Mas como justificar então o derrube daquele governo civil? Com uma frase velada, que deu lugar a um sério equívoco: "A eventual deterioração da dimensão ética do Estado e a necessidade de salvaguardá-la, diante do risco de ser acusado de aceitar teorias totalitárias não compartilhadas sobre a segurança, estiveram também presentes na adopção das decisões que materializaram o ataque frontal, definitivo e vitorioso contra a subversão e o terrorismo".

A Comissão Executiva do Episcopado argentino entendeu que este "blá-blá-blá" cacofónico constituía uma rejeição à teoria da segurança nacional. Apenas a pressão da comissão em moderar as manifestações muito críticas de diversos bispos, e o seu interesse em descobrir pelo menos algo elogiável no documento, puderam levá-la a esta conclusão.

As denúncias de um ex-polícia perante a Comissão de Direitos Humanos da ONU, poucos dias após a divulgação do documento militar, provocaram certa contornação. O oficial-inspector Rodolfo Peregrino Fernández declarou que já em 1973 e 1974 as forças armadas colaboravam na repressão clandestina com a Aliança Anticomunista Argentina (*Triple A*), fundada pelo ministro peronista José López Rega, à qual forneceram armas através de oficiais de ligação.

Fernández descreveu também como eram organizados os gru-



As forças sociais foram-se animando gradualmente e começaram a ocupar espaços políticos vazios

pos-tarefas da polícia e dos três ramos das forças armadas depois do golpe de 1976 e forneceu nomes dos seus integrantes, juntamente com o *modus operandi* e a identificação de muitas das suas bases. A única resposta directa às manifestações deste colaborador do ex-ministro do Interior, general Albano Harguindeguy, foi um comunicado policial que nem sequer mencionou as suas denúncias, limitando-se a afirmar que Fernández havia sido processado por peculato, abandonando a mulher e a filha.

Entende-se agora melhor que o "risco da acusação de aceitar teorias totalitárias não compartilhadas" é a réplica indirecta à alegada convivência *Triple A*/forças armadas, e à "eventual deterioração da dimensão ética do Estado e a necessidade de salvaguardá-la", uma justificação retrospectiva para o derrube do governo que havia sancionado os instrumentos legais para a intervenção militar na disputa.

A necessidade de tamanha sagacidade para decifrar esta passagem do documento decorre do espaço político mínimo no qual os seus autores se equilibraram: deviam desmentir os vínculos com a *Triple A* assinalados por Fernández, mas abstendo-se de dirigir o

dedo acusador contra o peronismo, porque precisavam do silêncio deste para legitimar a actuação daqueles anos. É significativo, por exemplo, que pouco antes da divulgação do documento, a junta excluísse do seu Acto de Responsabilidade Institucional a ex-presidente e outras duas dúzias de dirigentes do seu partido, restituindo-lhes, assim, os direitos políticos.

O julgamento de Deus

Os métodos empregados foram "inéditos", porque a organização celular e a compartimentação do inimigo a tal obrigaram, acrescenta o documento. Como as forças militares agiram segundo "apreciações que tiveram de se realizar em plena luta... neste quadro quase apocalíptico foram cometidos erros que, como acontece em qualquer conflito bélico, ultrapassaram por vezes os limites do respeito pelos direitos fundamentais". Tais erros ficam sujeitos "ao julgamento de Deus" e à "compreensão dos homens". Foram cometidos operando "organicamente e sob os seus comandos naturais" e por consequência "todas as actuações realizaram-se em cumprimento de ordens inerentes aos serviços".

Um Acto Institucional sancionado no mesmo dia do documento rei-

tera que todas as operações "foram executadas conforme os planos aprovados e supervisionados pelos comandos superiores orgânicos das forças armadas e pela junta militar, a partir do momento da sua formação".

Esta decisão tem dois objectivos, orientados para a inquieta frente interna. Por um lado, afastar qualquer acusação da justiça civil encaminhando-a para os tribunais militares. Por outro, permitir a qualquer acusado repetir a ladainha que, noutra língua, foi pronunciada diante de outros juizes de outra guerra: "Eu cumpri ordens".

Há dois anos, o ex-presidente Roberto Viola pensava que a vitória o eximia de responsabilidades, e durante a sua visita aos Estados Unidos afirmava que se a Alemanha tivesse triunfado na II Guerra Mundial, o tribunal de Nuremberga se teria reunido em Richmond, Virginia.

Esta arrogância desapareceu e procuram hoje outras respostas. A junta acredita realmente que o Acto Institucional protegerá os seus subordinados? É difícil responder a algo tão subjectivo. Não há dúvida de que esta assunção explícita de responsabilidades, que até agora não se havia produzido, procura evitar que os escalões inferiores se sintam abandonados

pelos seus chefes e se transformem em acusadores, com o intuito de escapar. Isto foi o que aconteceu, por exemplo, com cinco argentinos presos na Suíça quando iam receber o resgate por um sequestro: declaram que trabalhavam para o Batalhão de Informações do Exército e que as operações clandestinas eram pagas com estes fundos.

Os desaparecidos

O tratamento que o documento concede ao problema dos desaparecidos parece responder também a toda esta frente interna.

"Em qualquer conflito armado é difícil dar dados completos", sustenta. "Na guerra clássica, onde os adversários são de diversas nacionalidades, usam uniformes que os diferenciam e estão separados por linhas perfeitamente identificáveis, existem numerosos desaparecidos. Numa guerra de características tão peculiares como a que nós vivemos, onde o inimigo não usava uniforme e os seus documentos de identificação eram falsos, o número de mortos não identificados aumenta significativamente."

Esta subtil inversão dos termos (os familiares reclamam pelo destino de pessoas identificadas que foram presas com vida, o documento fala de mortos sem identificação) serve como introdução central ao relatório dos militares:

"Não existem no país — informa — lugares secretos de detenção, nem há nos estabelecimentos prisionais pessoas presas clandestinamente. Por consequência, deve ficar definitivamente esclarecido que aqueles que constam das listas de desaparecidos e que não estão exilados ou na clandestinidade, são considerados mortos para efeitos jurídicos e administrativos, mesmo quando não se possa precisar até ao momento, a causa e a oportunidade do eventual acontecimento, nem a localização das suas sepulturas." E acrescenta ainda o desejo de que os inimigos mortos "recebam o perdão de Deus".

A chave que o documento não revela é, precisamente, o que aconteceu neste período que vai da detenção de uma pessoa viva, com nome e sobrenome, até à sua transformação num morto anónimo, uma vez que, segundo os

dados fornecidos pelo prémio Nobel da Paz, Adolfo Pérez Esquivel, e pelas organizações de familiares de desaparecidos, 80% foram "sequestrados nos seus lares, em plena via pública ou nos locais de trabalho, diante de testemunhas".

O documento termina com cinco declarações da junta militar: que não tem nada mais a informar; que "apenas o julgamento histórico poderá determinar com exactidão a quem cabe a responsabilidade de métodos injustos ou mortes de inocentes", que todas as acções realizadas durante a guerra foram "actos de serviço"; "que eles tornarão a agir sempre que for necessário", ante uma ordem governamental, "aproveitando toda a experiência colhida"; que submetem todas as suas decisões ao povo e à história, "cujo conteúdo assumem com a dor autêntica de cristãos que reconhecem os erros que puderam ser cometidos no cumprimento da missão para a qual foram designados."

As repercussões

Esta declaração — que dá como mortos milhares de desaparecidos, reconhece que tudo aconteceu no cumprimento de planos e ordens superiores, e adverte que se for necessário "tornarão a agir da mesma forma" — não podia deixar de provocar reacções apaixonadas. Algumas eram previsíveis. As Mães da Praça de Maio perguntaram: "Sequestrar é um acto de serviço? Torturar, assassinar e mentir são actos de serviço? Só o impudor e a sem-vergonha podem qualificar assim estes crimes". As Avós da Praça de Maio anunciaram: "Não vamos esperar que o julgamento histórico determine as responsabilidades daqueles que cometeram as mais atrozes violações de todos os direitos humanos. O desaparecimento das crianças e dos bebés como todos os demais, são da responsabilidade directa das forças armadas, que devem responder por isso. Apossar-se de crianças, tirá-lhes a identidade, abandoná-las por aí, são actos de serviço, ou demonstrações da mais cruel desumanidade?"

Outras reacções desconcertaram o governo. Por exemplo, a proveniente da Igreja que, com o seu

"serviço de reconciliação" (uma série de reuniões com funcionários oficiais e líderes da oposição com o fim de promover o diálogo entre eles), concorrera para levar as autoridades oficiais a divulgarem o relatório. Porta-vozes do governo anunciaram aos jornalistas, a quem era entregue o documento, que o seu texto já contava a aprovação do Episcopado.

Dias antes da divulgação do relatório, os bispos haviam sustentado que a reconciliação apenas podia "assentar sobre os pilares da verdade, da justiça e do amor", e solicitaram que o governo reconhecesse os seus graves erros, a eles renunciasse, se propusesse a não os repetir, reparasse o mal causado e adoptasse um novo comportamento.

Uma vez que o sino militar bateu, diversos bispos repicaram os seus. O da província de Rio Negro, Miguel Hesayne, afirmou que o documento era "falso e imoral" e os seus autores, "discípulos da doutrina da segurança nacional e não de Cristo". O de Quilmes, Jorge Novak, assinalou secamente que "este não é o momento nem a junta militar é o organismo que tem de fazer invocações religiosas. A religião tem os seus representantes, aos quais compete comentar motivações desta ordem". O de Morón, Justo Laguna, manifestou que o fim não justifica os meios e "falta um reconhecimento explícito sobre a escolha dos caminhos eticamente errados, qualquer que seja a sua eficácia". O de Neuquén, Jaime de Nevares, opinou que o documento "oculta a verdade daquilo que foi um plano previamente elaborado e metodicamente executado, por meio de sequestros, torturas, frequentemente realizados em estabelecimentos militares previamente designados e dos quais resultou um grande número de mortos e desaparecidos". O de Santa Fé, Vicente Zaspé, condenou a "insólita qualificação de 'actos de serviço' dada à tortura, ao sequestro impune, à morte clandestina, à prisão sem processo, à entrega de crianças a desconhecidos e ao roubo descarado nos lares por parte das forças parapoliciais e paramilitares. Pode-se continuar a falar de excessos, quando todo o processo anti-subversivo corres-

pondeu a uma planificação premeditada? A segurança não pode sacrificar direitos fundamentais para garantir supostos interesses gerais. Esta "segurança", incompatível com a permanente insegurança do povo, traduz-se em medidas arbitrárias e repressões sem possibilidade de defesa, em detenções opressivas, em desaparecimentos inexplicáveis, em processos e interrogatórios humilhantes, em actos de violência praticados por um terrorismo estatal impune".

Dignitários de outros credos vieram juntar-se ao coro católico. O pastor protestante José Miguens Bonino disse que o "Estado democrático constituído terá de levar até às últimas consequências a investigação sobre o que o relatório cala: como desapareceram dos seus lares as pessoas sequestradas, o destino dado às crianças raptadas com as mães grávidas que foram sequestradas". E o rabino Marshall T. Meyer afirmou que "um povo incapaz de indagar com justiça o seu passado estará destinado a repeti-lo no futuro. Não existe possibilidade de reconciliação até que os culpados de assassinato de todas as tendências sejam julgados devidamente pela lei, e ninguém com um mínimo de inteligência e conhecimento dos sangrentos últimos dez anos pode levar a sério o documento das forças armadas, cheio de meias verdades, clichês, mentiras e exageros. O facto de utilizar a palavra humildade é um sarcasmo inadmissível e um insulto total ao nome de Deus. Isto chama-se blasfêmia, e é verdade que Deus vai medir a história, mas também é verdade que um Poder Judiciário independente deve julgar independentemente todos os culpados".

O elogio à "coragem" do documento do bispo de Avellaneda e recém-eleito presidente do CELAM, Antonio Quarracino, que reiterou a sua proposta de passar uma esponja sobre os factos, soou como uma voz solitária, acompanhada apenas pela do ex-presidente Jorge Videla (que, como comandante-em-chefe do exército, ordenou as operações). Videla afirmou que o documento era um acto de amor e "uma contribuição desinteressada para que os argentinos possam encerrar esta etapa da sua história".

Foto: Héctor Caballo/Sipa



A Igreja também se juntou às "Mães da Praça de Maio"

O Episcopado não pensava em voltar a pronunciar-se, já que as discordâncias ostensivas entre os seus membros, transformaram cada reunião plenária num calvário, mas o Vaticano obrigou a uma mudança de planos, quando o *Osservatore Romano* recusou a tentativa de arquivar o problema dos desaparecidos e o papa se solidarizou com os familiares "cuja esperança foi destruída".

O jornal do Vaticano pronunciou-se numa terça-feira, o papa na quarta, e na sexta-feira, a Comissão Executiva do Episcopado (três membros, em vez dos 82 do plenário) rompeu o silêncio com um texto de 12 pontos que aconselha a procurar a reconciliação pensando no bem comum.

A comissão lamentou que a acção militar "nem sempre se ajustasse aos elementares critérios éticos individuais e sociais", apesar de ter considerado que o documento tinha "aspectos positivos", embora lhe parecesse insuficiente por não incluir "o reconhecimento dos erros, a sua detecção e a procura de possíveis caminhos de reparo", nem "uma referência à procura de soluções que respeitem os direitos das crianças desaparecidas, as quais queremos acreditar que estão vivas e foram entregues a pais adoptivos".

As Mães da Praça de Maio também não concordaram com esta opinião da Igreja: "Por que razão

acreditam que as crianças estejam vivas e não exigem, como deveriam fazer, a vida de todos?", perguntam, com a tenacidade lógica com que esmiuçam as posições de qualquer sector sobre o assunto que as reúne. "A igreja, acrescentam, não condena os crimes, torturas e violências, e diz apenas que houve erros, quando, na realidade, sabe muito bem que tudo foi feito com a doutrina na mão, como disse o general Riveros em Washington, em 1980".

O lado político

Temos até aqui a questão moral. Mas há também um lado político, a que se referiu Pérez Esquivel ao assinalar que "as forças armadas voltam a utilizar a pobre estratégia do avestruz, e os partidos políticos e as nossas igrejas não podem fazer a mesma coisa que os militares, pois a falta de esclarecimento compromete o futuro institucional. Os partidos não podem deixar à margem o assunto dos direitos humanos, mas, pelo contrário, devem enfrentá-lo com coragem, pois não podem permitir que as forças armadas renunciem à questão e que ela se transforme numa prova de força entre a futura justiça e o sector militar". Se este texto diz o que parece, Pérez Esquivel acha que ainda se pode tentar outra forma de solução durante o actual

governo e que é preciso pressionar para que as forças armadas façam um expurgo nas suas fileiras.

Os partidos políticos, que rejeitaram sem excepção o relatório dos militares, gostariam que assim fosse, porque não lhes escapa que esta questão é um terreno minado pelo qual devem passar no caminho para a democracia. Mas não têm muitas ilusões.

Se os partidos de centro e de esquerda (intransigentes, democrata-cristãos, desenvolvimentistas, comunistas, socialistas e marxistas) foram taxativos ao rejeitarem o relatório e prometerem sanções, não é menos significativo que nem sequer os agrupamentos de direita — que apoiavam as acções militares durante a guerra — estejam agora dispostos a aprovar um ponto final unilateral. É o caso dos partidários de Jorge Manrique, dos federalistas e de outros grupos conservadores que divulgam as suas discordâncias.

A opinião que conta é, certamente, a daqueles que serão governo e a sua oposição em 1984, e a coincidência dos pronunciamentos indica a possível existência de um acordo explícito. O Justicialismo anunciou que "nesse estado de direito a que aspiramos, não aceitaremos nenhum condicionamento, senão os inerentes ao funcionamento equilibrado dos poderes constitucionais". O seu pré-candidato presidencial, Antonio Gaffiero, definiu a sua linha numa palavra-de-ordem. "Nem esquecimento nem vingança. Justiça" O pré-candidato presidencial do radicalismo, Raúl Alfonsín, sustentou que "não se pode passar uma esponja, nenhuma sociedade pode iniciar uma etapa como a que vamos começar com base em semelhante claudicação ética. Não pode haver vingança, esta é uma sociedade que foi devastada por confrontos que a levaram à beira da desagregação. Apenas deve haver justiça". Até as palavras escolhidas são as mesmas.

Diante da reclamação apresentada pelos peronistas e pelos radicais à justiça civil, a pretensão da junta de encaminhar todo o processo futuro aos tribunais militares seria reduzida a uma ilusão, tal como aconteceu com a Acta dos Cinco Pontos assinada em 1972



A acção militar "nem sempre se ajustou a critérios éticos"

por todos os generais. O governo civil fez depois, tudo o que aquele papel lhe vedava. Não será acaso isso, que Pérez Esquivel e a igreja, cada qual à sua maneira, desejaríamos evitar? A junta, por via das dúvidas, está ainda para sancionar uma amnistia com o nome de Lei de Pacificação.

Divisor de águas

Este assunto será o divisor de águas da política dos próximos anos, assim como o é da história do país, no contexto de uma crise geral, cuja gravidade nenhum dos grandes partidos parece perceber, atarefados como estão com as suas eleições internas.

O pagamento da dívida externa nos prazos fixados é impossível, mesmo sacrificando a reactivação económica imediata e o investimento a médio e longo prazos; O desemprego atinge cifras desconhecidas na história do país. A mendicância é uma nova chaga no rosto da cidade mais vaidosa da América. Publicam-se fotografias de crianças desnutridas, com membros esqueléticos e ventres inchados, como se supunha apenas existirem em África. A tensão social é muito grande, e qualquer pequeno conflito pode degenerar em explosão, quer se trate de um jogo de futebol, da disputa entre duas facções sindicais pelo controlo do aparelho ou de um choque de grupos de adolescentes com a polícia para entrar num festival de rock.

Que acontecerá depois de 1984, quando a camisa-de-forças que amarró a sociedade for substituída por um regime constitucional, com divisão de poderes e imprensa livre, quando todas as expectativas legítimas acumuladas nestes anos de adiamento se apresentarem com urgência, perante

esse governo, que não lhes vai poder dar uma rápida solução? Poder-se-á afastar a hipótese de explosões como as que ocorreram no Brasil imediatamente depois dos governadores da oposição assumirem os seus cargos, na Bolívia poucos meses depois da posse de Siles Zuazo, ou na própria Argentina em 1973, quando Cámpora sucedeu a Lanusse? Os militares que hoje recuam, não se esforçarão por regressar ao centro da cena?

Um assunto pendente como o dos desaparecidos é muita lenha para esta fogueira e coloca sérios problemas, de difícil solução. No mesmo manifesto em que prometeu soluções constitucionais, o peronismo disse que "não transformará as bandeiras do respeito pelos direitos humanos, que são património de todos os argentinos, sem excepção, em retórica corrosiva que crie obstáculos à unidade nacional e à reconciliação dos argentinos, que deverá realizar-se em torno da lei, com verdade e justiça".

Belas palavras, sem dúvida, mas que não chegam a suavizar a epiderme de uma realidade demasiado áspera. Dois dados podem sintetizá-la. O primeiro, decorrente da denúncia do inspector da polícia Fernández, indica que um dos membros dos esquadrões da morte dos últimos anos foi, em 1962, um dos sequestradores e assassinos do operário metalúrgico Felipe Vallese, caso famoso que iniciou uma era sinistra. O segundo, pode ser deduzido conhecendo-se os cronogramas da carreira militar: a não ser que ocorra um facto excepcional, os oficiais mais jovens que participaram na guerra interna passarão à reforma por volta do ano 2010.

Os tempos que se avizinham não serão, certamente, fáceis.

Na hora da mudança

As jornadas nacionais de protesto e a intensa repercussão das manifestações populares abrem caminho a diferentes alternativas de substituição do desgastado general Pinochet

NOS últimos meses os factos no Chile precipitaram-se. A situação económica continua a ser muito grave, mas não houve uma deterioração expressiva, da mesma forma que não se produziram avanços ou melhorias. O mais significativo neste período é que a crise económica acelerou a crise política, a mais profunda desde que Pinochet assumiu o poder. Toda a discussão actual do país gira em torno da mudança do regime. Ninguém duvida de que os prazos que o general Pinochet tinha dado a si mesmo para ficar no poder — quase até ao final do século —, não serão nem de longe alcançados. A substituição da cúpula governamental é o centro de todas as preocupações, civis e militares.

Mas da mesma forma que é visível e impossível de esconder a deterioração do governo militar, também foi ficando em evidência nas combativas jornadas de protesto nacional que os protagonistas dos factos políticos estavam a mudar, que haviam ocorrido transformações profundas nas forças oposicionistas. Em primeiro lugar, são agora os sindicatos que estão na vanguarda da luta, e não apenas os movimentos de direitos humanos, a Igreja ou, eventualmente, grupos ou partidos políticos. E neste sentido, é importante mencionar que a classe trabalhadora consegue neste período (pela primeira vez em dez anos) forjar uma organização de carácter nacional.

Em segundo lugar, pode-se afirmar que sob a liderança do

movimento sindical se integram na luta o movimento estudantil — também com alcance nacional — as associações de profissionais liberais e diferentes organizações de empresários, entre os quais os do sector de transportes, de substancial importância no golpe contra Salvador Allende, em 1973.

Estas mudanças qualitativas e quantitativas revelam avanços muito significativos na correlação de forças, favorável agora ao campo opositor. E, na prática, atrás das organizações de massas está a unidade de acção dos diferentes partidos — de esquerda, de

centro e de direita — cujas tácticas e estratégias convergiram para acções de resistência com características inovadoras.

Em terceiro lugar, o movimento caracteriza-se pela sua plataforma essencialmente política. As palavras-de-ordem das jornadas de protesto são "contra a actual situação política, económica e social" e para exigir "o restabelecimento da democracia" e o livre exercício dos direitos sindicais e civis.

A direcção nacional dos empresários do sector de transportes também se levantou contra "a

Um regime assente na arbitrariedade, no despotismo e na repressão...



perda da nossa independência como nação" que a imposição do sistema econômico dos *Chicago Boys* significou.

Ou seja, embora as reivindicações econômicas que o movimento sindical tem desenvolvido desde 1980 prossigam, a incidência centra-se agora na necessidade de voltar a um regime democrático, entendendo-se que só desta forma será possível alterar o modelo econômico.

As formas de luta

Há já algum tempo havia, a nível das forças opositoras, duas vertentes em relação às formas de luta: aquela que propunha a resistência pacífica e a que defendia a adopção de diferentes formas de luta, incluindo violentas. As jornadas de protesto e o próprio desenvolvimento dos factos mostram que o limite entre uma e outra opção não é tão definido, nem tão inflexível como por vezes possa parecer através de formações meramente teóricas. E, de facto, a resistência assumiu também características violentas, particularmente quando o regime reagiu com uma ostensiva demonstração de força repressiva.

A novidade nas últimas acções de protesto foi a sua distribuição geográfica e populacional, evitando-se sempre as grandes aglomerações que fariam do movimento um objectivo fácil para as forças da repressão. A dispersão das actividades a nível nacional e dentro de uma cidade, em diferentes localidades, não somente levou à dispersão da repressão como também facilitou uma ampla participação popular.

As alternativas

Há dois meses, aproximadamente, vislumbravam-se no Chile três alternativas possíveis para a era "pós-Pinochet".

A primeira, uma solução militar, implica a mudança nalguns aspectos da política económica e concessões no terreno político. Num primeiro momento, pensou-se que esta alternativa poderia ser viável inclusive sem tirar Pinochet. O desgaste posterior da figura do ditador afastou esta possibilidade.



Seguel: símbolo da resistência

Por outro lado, esta opção exigiria enormes recursos económicos, hoje em dia inexistentes para levar por diante projectos de impacto.

Uma segunda alternativa seria a civil-militar. A característica mais significativa é que, nesta hipótese, a Democracia Cristã e outros sectores de centro teriam um papel fundamental. Esta saída caracterizaria-se por um profundo processo de democratização e pelo reformismo económico, isto é, a procura de um modelo baseado no papel dos capitais nacionais.

A terceira alternativa seria "popular e democrática", tanto no plano político como económico. Neste caso, o desenvolvimento do processo democrático seria acompanhado por uma ampla partici-

pação popular. A nível económico, a incidência seria provavelmente dada ao programa de nacionalização dos grupos financeiros e dos monopólios, com profundas mudanças nas relações sociais de produção (participação operária na gestão das empresas), incluindo transformações no sistema de propriedade.

A primeira alternativa parece ter ficado superada pela forma como se deram os acontecimentos nos últimos tempos; e aquilo que, no máximo, poderiam aspirar os defensores desta saída, seria uma substituição de Pinochet por outro militar, que rapidamente trataria de se afastar — no plano político-económico — da herança recebida.

As duas últimas alternativas aparecem hoje como as mais viáveis. Seguir uma ou outra, seria determinado em boa medida, pelo curso das negociações com o regime, nas quais forças muito diversas entre si (como o são os norte-americanos, a Igreja, os sindicatos e os capitalistas) estão empenhados.

Quanto mais terreno os sectores populares ganhem, quanto mais se fortaleçam os sindicatos e mais espaços forem conquistando os grupos da esquerda chilena, melhores condições obterão para negociar.

As preocupações do Departamento de Estado

É sintomático que a Igreja, por

Pinochet: um fim próximo?



A crise do autoritarismo

As contradições que os militares enfrentam, face à gravíssima crise económica e ao crescente descontentamento da sociedade civil, colocam um desafio histórico aos sectores progressistas: a unidade

Alvaro Quiroga

O golpe de Estado executado pelas forças armadas chilenas foi o caminhar numa estratégia global bem sucedida, para a reconquista da totalidade do poder político e económico, seriamente "ameaçado" pela gestão governamental da Unidade Popular, UP (1970-1973).

O alto comando transformou-se no centro de gravidade do movimento anticonstitucional. A cúpula militar era capaz de impedir o esfacelamento das instituições. Os comandos subalternos, médios e superiores comportaram-se de acordo com a sua formação prusiana, — disciplina e hierarquia — acatando a palavra-de-ordem: "liquidação das forças vivas do inimigo" — forças estas constituídas

pelos militantes dos partidos políticos e caracterizadas por uma ideologia própria.

A cruel quartelada da Primavera de 1973 viria a ser a base para a recomposição do sistema capitalista do Chile. Assim, estabeleceu-se uma nova tipologia de domínio burguês, cujo cimento estrutural seria um novo modelo de dominação e repressão. Nesse marco, as forças armadas passaram a ser o braço executor que impôs os ditames de um sector da classe dominante. A composição do capitalismo seria o ponto central da estratégia de recuperação da totalidade do poder. Para levar por diante este objectivo recorreu-se à entronização de um novo padrão económico de cunho neoliberal,

As forças armadas têm estado ao serviço das classes dominantes



exemplo, esteja empenhada em evitar "as radicalizações para qualquer dos extremos" e se empenhe em fazer avançar o diálogo. O presidente da Conferência Episcopal e arcebispo de Concepción, monsenhor José Manuel Santos, fez um "apelo urgente ao diálogo para evitar que as tensões que o país vive actualmente continuem e se tornem mais agudas". Monsenhor Santos não pôde de parte a hipótese de a igreja católica "tentar um tipo de mediação para que o governo inicie conversações com sectores da oposição", embora tenha especificado que uma mediação "é algo que deve ser solicitado por ambas as partes e não pode ser iniciativa nossa".

Também os norte-americanos demonstram preocupação pela situação chilena. Andrés Zaldivar, presidente da Democracia Cristã mundial e dirigente da DC chilena, foi recebido no início de Junho pelo Departamento de Estado. Nos dias seguintes, ele e outros dirigentes democratas-cristãos e moderados (inclusive alguns representantes da Unidade Popular) obtiveram autorização para voltar ao país.

Por outro lado, o mesmo Departamento de Estado protestou firmemente pela prisão do dirigente dos mineiros, Rodolfo Sequel, John Hughes, porta-voz do organismo, definiu Sequel como "um destacado dirigente sindical, que representa um importante sector da população do país", e exortou as autoridades a respeitarem o seu direito a ter um julgamento justo.

Evidentemente, toda esta situação não foi improvisada. E, como é natural, os alcances do levantamento popular, sem dúvida inesperados para as forças armadas, estão a ter consequências dentro dos quartéis. De facto, já provocou cisões entre as Armas, deixando o exército isolado da marinha e da força aérea. Este assunto é analisado pelo nosso companheiro Alvaro Quiroga na matéria seguinte, escrita antes das jornadas de protesto. Apesar disto, o autor já intuía muitas das coisas que depois aconteceram e por isso mesmo a sua análise não só não está ultrapassada, como adquire ainda maior actualidade. □

manipulado pelos "Chicago boys".

A adaptação do modelo fundomonetarista, de extrema liberalização económica, exigiu uma unidade estratégica na acção dos militares, isto é, uma absoluta coesão institucional conseguida por Augusto Pinochet. Contudo, o custo seria elevado, comprometendo futuramente a "unidade monolítica" dos militares. Por outras palavras: a imposição do modelo de desenvolvimento económico exigiu submissão incondicional do total da oficialidade na pessoa do comandante-em-chefe. Este último não vacilou em reprimir, encurralar e eliminar os seus potenciais adversários uniformizados.

Os mecanismos de "coesão" institucional

Apenas a unidade monolítica das forças armadas permitiu a aplicação do novo padrão de acumulação capitalista. Foi esta a condição *sine qua non* para eliminar qualquer acção contra o poder. A coesão institucional garantiu a eliminação do protesto pela via da decomposição temporária de qualquer forma orgânica do movimento popular. Ao mesmo tempo começava a reestruturação capitalista.

Os mecanismos que permitiram o "monolitismo militar", de forma sumária, são os seguintes:

1) Reestruturação do corpo de generais.

Entre Setembro de 1973 e Março de 1974, foram reformados 40% dos generais do exército. Um ano depois, mais quatro generais abandonaram a carreira. No fim de 1975, deixaram a instituição outros doze generais. Estas variações permitiram a Pinochet assegurar o controlo de 50% dos votos na junta dos generais.

Pouco depois, no período 1975-76, dez generais passavam à reserva. Assim, dos 26 membros do corpo de generais no activo até 11 de Setembro de 1973, permaneciam nas filas apenas seis. Finalmente, entre Outubro de 1976 e Outubro de 1977, foram reformados cinco dos mais antigos oficiais do exército. Desta forma, completou-se o círculo de fidelidade que neutralizou qualquer acção possível à direcção imposta.

Movimento do quadro de acessos: 1973-1977

Ano	%
1973-74	40%
1974-75	60%
1975-76	38%
1976-76	20%

Os substitutos seriam — na maioria — coronéis que tinham sido alunos de Pinochet na Academia de Guerra. Criou-se assim uma dupla dependência, institucional e pessoal ("paternalismo militar").

2) Eliminação das contradições entre as armas.

Assim, é fácil compreender a depuração da FACH (Força Aérea Chilena), que atingiu o general-do-ar Gustavo Leigh, forçado a abandonar a arma a 24 de Julho de 1978. Juntamente com ele, 80% do corpo de generais abandonaram o serviço activo. Na marinha de guerra, o círculo de generais foi fechado com a passagem para a reserva do almirante Montero e com o afastamento posterior de Horácio Justiniano, em 1976.

3) Eliminação de potenciais aspirantes ao cargo de comandante-em-chefe.

Neste capítulo, deve-se assinalar os nomes dos generais Oscar Bonilla, falecido num duvidoso acidente, e do ex-comandante-em-chefe Carlos Prats, assassinado em Buenos Aires em 1974.

4) Liquidação física de oficiais

A partir do pronunciamento militar foram eliminados cerca de 500 oficiais entre constitucionalistas e simpatizantes das forças populares.

5) Eliminação de toda a influência política.

Neste aspecto constituiu política central da ditadura, a eliminação de interlocutores das forças políticas no seio das forças armadas. A eliminação, pela raiz, de qualquer vínculo com a Democracia Cristã foi objecto de uma atenção especial. Nesta perspectiva, foram atingidos Orácio Justiniano, Victor Bravo, Javier Palacios, Arellano Stark e o próprio Oscar Bonilla.

6) Institucionalização da repressão.

Esta, começou no próprio momento em que se produziu o golpe

de Estado. A partir da fundação da DINA (policia política chilena), em Junho de 1974, teve início um novo processo. A policia política atingiu igualmente os militares. A DINA adquiriu categoria de instrumento de poder do exército sobre as demais instituições das forças armadas. Através desta medida, Pinochet alcançou um poder absoluto, tanto sobre a sociedade civil como sobre as forças armadas. Uma manobra de tal natureza implicou o afastamento de funções do perito em serviços secretos militares, general Adlanier Nena, substituído por um cruel seguidor incondicional do general-chefe: Manuel Contreras.

7) A articulação de um plano de desenvolvimento económico.

A burguesia financeira, em luta aberta contra outras fracções burguesas, conseguiria impor o comando através da sua integração no Comité Económico Assessor da marinha. A vitória da burguesia financeira condenou à marginalização política as demais forças, com o aval da cúpula militar.

8) Coesão ideológica

As forças armadas tiveram as suas funções reformuladas. A partir do golpe de Estado verifica-se uma actividade ideológica febril que visa à justificação do "estado de guerra interna" e à eliminação do "inimigo infame" (denominação que rebaixa a categoria do opositor). Grandes contingentes foram obrigados a comprometer-se com acções que estavam contra os direitos humanos e contra as tradições legais institucionalizadas no Chile ao longo de mais de 150 anos de vida republicana.

Para centralizar nas suas mãos todo o poder do Estado Pinochet teve de levar a cabo uma estratégia em duas direcções: eliminar a oposição militar interna e desarticular o movimento popular.

A campanha de eliminação de qualquer tipo de oposição, alcançou êxito, pois havia na estrutura económico-social chilena uma série de condições a facilitar a tarefa: a) os partidos políticos estavam em crise, especialmente os de esquerda; b) a inorganicidade da sociedade civil; c) o isolamento sócio-político do proletariado; d) o baixo nível da actividade da oposição; e f) a existência de um estado de ânimo

de esturpo e terror paralizantes. Deve-se acrescentar a estes elementos o apoio total da burguesia ao golpe de Estado.

Da coesão à "desagregação institucional"

A situação anteriormente descrita foi a predominante durante nove anos no cenário político chileno. Em 1982, no entanto, o Chile atravessa o período mais conflituoso da sua evolução política e económica desde o derrube do governo constitucional de Salvador Allende. São nítidas as consequências do impacto que provocou o maior descalabro económico num século de vida republicana. Pode-se afirmar que chegou ao fim um ciclo de reordenamento capitalista.

Os assaltantes do poder presenciavam atônitos o afundar do modelo económico. O ocaso do "sonho consumista-dependente" propiciou o rompimento do bloco dominante, paralelamente a uma febril actividade oposicionista para a qual convergem pouco a pouco da direita republicana até à esquerda marxista. Devem somar-se a este panorama os efeitos da crise do autoritarismo no Cone Sul do continente e as implicações desta na Argentina, Uruguai, Brasil e Bolívia.

O sinal dos tempos mudou. Hoje em dia, no Chile, produziram-se novas condições históricas: a) dá-se a reconstrução aclarada de um movimento de vanguarda (operária, estudantil e de mulheres); b) os partidos da esquerda histórica (Partido Socialista do Chile, Partido Comunista, Movimento de Esquerda Unificada, Partido Radical), reconstruíram as suas estruturas a nível nacional; c) os sectores populares ocuparam os espaços legais de luta e continuam a trabalhar na ilegalidade; d) o círculo partidos-classes foi reconstituído no fundamental; e) a sociedade civil adquiriu uma nova organicidade; e) existe entre as massas um novo estado de ânimo, dado que perderam o medo. Também se deve assinalar que, ao contrário do que aconteceu alguns anos atrás, a burguesia já não apoia a ditadura. Mais ainda: essa tendência conduz a ditadura ao

isolamento e à perda da ofensiva política.

Deve-se constatar, lamentavelmente, que os sectores democráticos mais consequentes reagem com lentidão às novas condições criadas.

A actual conjuntura económica

O modelo económico imposto pela ditadura entrou na sua pior fase, desde o golpe do general Augusto Pinochet.

O Chile, transformado numa espécie de Taiwan (Formosa) latino-americana, viu-se envolvido, desde 1974, num redemoinho de abertura de mercados. Este fenómeno prejudicou a agricultura e aniquilou, praticamente, a indústria nacional. Houve, simultaneamente, uma transferência crescente de capitais para a esfera de actividades nitidamente especulativas. A experiência liberalizante foi financiada através da dívida externa, que subiu de 3,6 mil milhões de dólares em 1973 para 18 mil milhões em 1982. Esta cifra constitui a dívida *per capita* mais volumosa do mundo. Calculando-se que o produto nacional é da ordem dos 24 mil milhões de dólares, estes 4,6 mil milhões correspondem a pouco mais de 15% do PIB.

A actual tendência da economia chilena desestimulou os investimentos estrangeiros. Nem sequer um empréstimo recente (Janeiro de

1983), de emergência, do Fundo Monetário Internacional (FMI), da ordem dos 875 milhões de dólares, conseguiu deter a tendência decrescente observada na obtenção de crédito externo. De assinalar que o ingresso de créditos externos foi negativo em 1982. Até Setembro daquele ano era negativo — na ordem dos 2,4 milhões. O governo, dentro desta perspectiva, também não pode apelar para as reservas, dado que em 1982 a diminuição do total das mesmas atingiu um bilião e 403 milhões (entre Janeiro e Novembro).

Por outro lado, a queda das vendas em 30% e as altas taxas de juros, consequências da escassez de dinheiro, tornam impossível a reactivação a curto e médio prazos. Muito pelo contrário, a tendência é inversa. O preço do dólar sofreu, em pouco tempo, um aumento de 100%. A quebra de indústrias é crescente. Em Dezembro de 1982 — segundo o balanço de falências — haviam encerrado 803 empresas, contra 433 em 1981 e 427 em 1980. Estatísticas oficiais registaram 2,2 falências diárias de unidades produtivas.

Como se não bastasse, a queda da produção agrícola e industrial chegou a 20%, e os investimentos decresceram 50%. Paralelamente a estes transtornos, surgiu outro fenómeno: o aumento do exército central de reserva, em consequência do desemprego. Segundo o Insti-

Também os estudantes recuperam os seus espaços políticos e associativos



tuto Nacional de Estatísticas, este atinge os 30%, proporção jamais registada. Por sua vez, os que conservam emprego devem conformar-se com salários baixos, ao mesmo tempo que barateia a mão-de-obra. Esta situação implica, a nível nacional, a existência de 2 milhões 880 mil chilenos atingidos pelo flagelo do desemprego, sendo que nessa cifra não estão compreendidos os trabalhadores incluídos no chamado "Plano de Emprego Mínimo", fórmula eufemística para superar parcialmente a falta de trabalho.

Em Janeiro de 1983 a recessão aumentou. A bancarrota de um famoso e importante grupo de empresas bancárias e industriais acentuou a crise. As firmas privadas envolvidas no "terramoto económico" acumulam dívidas que atingiram o astronómico número (para o Chile) de quatro mil milhões de dólares. A crise desencadeou-se quando o governo decretou a dissolução de vários bancos e companhias financeiras nacionais.

A crise do sistema de dominação, especialmente no sector económico, anunciada pelos meios democráticos, é hoje uma realidade. Cinquenta por cento do capital nacional foi atingido pela crise. Não há dúvida que esse marco de referência atinge profundamente a estrutura política.

Em suma: a conjuntura actual é marcada por duas tendências: 1) a desestruturação da rearticulação capitalista ensaiada desde 1973, e 2) o início de crescentes lutas no seio da burguesia e dos militares.

Repercussões do descalabro económico

A hecatombe no plano da economia é insofismável. O governo está entre duas oposições: ou continuar pelo caminho traçado, aprofundando a agonia de um projecto inviável, ou adoptar "correções" que atentariam contra a ortodoxia neoliberal. A primeira via implica acelerar a decomposição do regime, permitindo, além do mais, a articulação política e orgânica dos sectores oposicionistas. A segunda opção leva a concessões em todas as esferas da vida social.

Observa-se claramente um

rompimento crescente no seio do bloco dominante. Politicamente, afloram contradições (estimuladas também por nove anos de resistência). As contradições entre a burguesia tendem a tornar-se mais agudas, na mesma medida em que se aprofunda o ciclo recessivo. Neste contexto, cada fracção das classes dominantes está empenhada em defender os seus interesses.

A burguesia industrial começa a exigir medidas *anti-dumping*, reivindicando não apenas barreiras alfandegárias contra a subvenção das importações, como também a instauração de um certo protecționismo, para recriar o mercado interno, onde possa colocar os seus produtos. A burguesia agrária, por seu turno, arruinada pelos efeitos da abertura de mercados e dos altos juros bancários, investe igualmente, contra a política económica. Este sector, tal como a burguesia industrial, reclama créditos mais suaves, a comercialização estatal de certos produtos e renegociação das dívidas contraídas.

A brecha existente entre os círculos monopolistas e estes sectores da burguesia não-monopolista acentua-se. Estas fracções reivindicam mudanças na condução económica. As suas reivindicações são a abertura do mercado interno, uma certa intervenção estatal, o aumento da despesa pública, novas taxas de juros e um comportamento diferente frente ao dólar.

Coincidentemente com o clamor generalizado, fazendo-se sentir as inquietações de importantes grupos monopolistas. Dos 36 grupos monopolistas nacionais, alguns deles (Ross, Sahli, Yarur, etc.) atravessam uma situação crítica, especialmente do sector ligado aos bancos privados e às finanças. A perspectiva é caótica para a grande burguesia. Um dos mais importantes agentes da centralização e da concentração do capital BHC, acabou o ano passado sob intervenção.

Por sua vez, um sector exportador (essencialmente monopolista) reivindica um novo tratamento no que diz respeito às divisas. As contradições manifestam-se em torno da cotação do dólar, tratando de compensar a diferença entre o tipo de câmbio e a inflação.

Outro tipo de atrito relativa-

mente à política aplicada pelos "Chicago boys", surge da pequena burguesia. Sectores da pequena burguesia proprietária revoltam-se contra o sistema imposto. Grupos de intelectuais de direito, fascitoides, chegam a proclamar a necessidade de uma revolução "anti-capitalista", forma oculta de expressar a sua aspiração de um Estado corporativo. Outras fracções, especialmente a pequena burguesia não-proprietária, somam-se ao descontentamento geral. Enfim, o que atinge o conjunto da pequena burguesia é o fim do sonho consumista em voga desde 1979... e as dívidas contraídas!

O surgimento de diversas concepções para remediar a actual crise gerou um consenso em todos os sectores sociais da nação. A crítica projecta-se mais além do simples modelo económico, atingindo a base do poder. Porta-vozes autorizados do sector financeiro — pilar do bloco que sustenta Pinochet — começaram a sugerir a necessidade de uma "mudança" tanto política quanto económica.

As desavenças militares

Se no plano das forças civis emerge um mar contraditório, é igualmente visível no seio das forças armadas.

Das próprias fileiras dos militares, ante a realidade do fracasso na condução do país, emergem desavenças. Em primeiro lugar, desde os militares da mais alta hierarquia, como Pinochet, Merino, Mattei e Mendoza, surgem vozes que tentam, através de uma acirrada crítica diferenciar-se na gestão dos "Chicago boys". A crítica aos principais assessores de outrora, significa um esforço em vão para recuperar para si a credibilidade e a confiança da burguesia, especialmente para com o chefe do Estado e comandante-em-chefe. Nesse sentido, implementou-se uma viragem no sentido duma espécie de "populismo repressivo", com o fim de aglutinar, em apoio à gestão presidencial, sectores não monopolistas.

As divergências nas fileiras militares não acabam aí. As brigas internas somam-se os atritos com ex-companheiros de viagem.

Na imprensa internacional,

menciona-se frequentemente a prisão de generais da FACH e do exército. Correm, intensivamente boatos, sobre golpes palacianos. A própria filha do general Pinochet foi impedida — pelo corpo de generais — de assumir a pasta do ministério do Trabalho. Todos estes factos, pontuais em si mesmos, têm um fundo mais complexo.

Tornaram a aflorar, no seio do generalato do exército, diversas interpretações sobre a Lei de Segurança Nacional. Para um número indeterminado de generais, o modelo de abertura neoliberal aplicado na economia implica um alto grau de dependência externa, situação na qual a nação não estaria em condições de dirigir a indústria nacional. Em consequência, a falta de controlo directo do aparelho produtivo estratégico, implicaria um perigoso enfraquecimento diante dos potenciais inimigos históricos: Argentina, Peru e Bolívia.

Esta discussão, tem uma sólida base ideológica e histórica, porquanto a tradição militar chilena vê na Argentina, no Peru e na Bolívia inimigos potenciais, sendo a base objectiva destes desencontros

a existência de problemas históricos não resolvidos. No caso da Argentina, prevêem-se conflitos decorrentes da guerra das Malvinas e da controvérsia sobre a posse de territórios no extremo austral.

Por seu lado, o Peru é um factor de preocupação para as forças armadas chilenas, devido ao seu alto potencial bélico, especialmente no que se prende com a posse de excelente material aéreo como os *Mirage* de fabrico francês e blindados T53, de procedência soviética. Desta posição não está excluída a *gafe* diplomática de ter concedido apoio técnico ao Equador durante o conflito peruano-equatoriano de 1981. Quanto à Bolívia, o problema é secular na ideologia militar chilena: tem origem na reivindicação boliviana de uma saída para o mar e as apreensões atingiram novas dimensões com a subida ao poder em La Paz de um governo democrático.

O controlo das áreas estratégicas da economia, foi uma das primeiras medidas tomadas pelo governo militar. As áreas de interesse principal para os militares são as de comunicações e transportes, as ri-

quezas básicas e aquelas empresas que, em virtude da sua capacidade produtiva e tecnológica, são susceptíveis de se integrar na indústria bélica. Segundo estas áreas, devia somar-se ao conceito da Divisão de Segurança Nacional (DSN) uma indústria poderosa. Contudo, o neoliberalismo, aplicado sistematicamente, elevou a contradição entre o modelo económico e os seus propulsores (principalmente a burguesia financeira) com algumas das bases centrais sobre as quais repousa a DNS. Generais como Gastón Frez na Corporação do Cobre, Luis Damús na Corporação de Fomento de Produção, Orlando Urbina (R) na Empresa Nacional de Petróleo e Luis Eberhard na Empresa Portuária do Chile sustentavam esta posição. Hoje em dia, inclusive os dois primeiros, foram submetidos à prisão domiciliar por causa da sua oposição ao modelo e à venda daqueles ramos da produção ao capital monopolista.

Como se pode constatar, a mentalidade empregnada de "nacionalismo fronteiriço" e o actual roteiro económico, chocou-se com precei-

Documento sobre a divisão nas Forças Armadas

UM documento sobre uma suposta divisão no seio das forças armadas e na ordem do Chile foi dado a conhecer pelo vespertino parisiense *Le Monde* em fins de Junho passado.

"É melhor alterar a nossa sacrossanta institucionalidade do que viver num futuro de ruína e desonra", assinala o documento assinado pelos "oficiais patriotas das forças armadas e da ordem da República do Chile", que foi distribuído às unidades militares.

"Os resultados obtidos nalguns aspectos determinantes para a segurança nacional estão longe de serem satisfatórios", assinalam os autores. "Os objectivos nacionais — acrescentam — fixados em Setembro de 1973 não foram alcançados. Isto diz-se abertamente nas unidades: nem a segurança nem o desenvolvimento estão garantidos. A Pátria e as forças armadas estão novamente ameaçadas."

Os "Jovens oficiais" analisam a situação económica do Chile afirmando que "assistimos à destruição de um património decisivo para o país. A indústria está falida. A agricultura não está em condições de satisfazer as nossas necessidades. O Estado está em vias de entregar novas empresas aos

interesses estrangeiros, inclusive os portos. Os oficiais patriotas consideram que a Unidade Nacional está em perigo".

"A nossa instituição e cada um de nós — prossegue o documento — é objecto de críticas cada vez mais vivas. As afirmações contraditórias de certos oficiais generais e do presidente (Augusto Pinochet), bem como as actividades de elementos tais como os membros do Centro Nacional de Informações (CNI, polícia secreta), com os quais somos identificados, não fizeram mais que agravar a nossa situação."

"O que fazer?", concluem os oficiais. "Tem que se mudar este estado de coisas. Torna-se indispensável que aqueles que conduzem o governo e o comando das forças armadas sejam substituídos."

"Estes jovens oficiais — assinala *Le Monde* — não se pronunciam pelo pós-Pinochet. Desejam o restabelecimento da democracia ou um retorno às fontes?", pergunta.

"As convicções nacionalistas dos autores do documento são evidentes", assinala o jornal, sublinhando que "existe no seio das forças armadas chilenas um mal-estar generalizado".

tos básicos da DSN: especialmente nos momentos em que se processa, a nível continental, um recuo das ditaduras militares.

As opções políticas

O Chile atravessa actualmente um período de fermentação e de agitação política que não tem precedentes nestes nove anos. A luta democrática acentua-se com diversos matizes. Grupos oposicionistas, instituições representativas, entidades sindicais, sociedades industriais e agrícolas, partidos políticos, enfim, diversas tendências da sociedade civil, de maneira difusa mas intensa, começaram a erguer propostas à procura de um consenso para enfrentar a eventualidade de uma mudança. A classe operária, pela primeira vez em nove anos, tem perspectivas de passar à ofensiva.

Sectores de direita e de centro apresentam igualmente, projectos de transição para um regime democrático. A Democracia Cristã (DC) aponta a tese do "Pacto Social" no relatório intitulado "Reflexões em torno do ressurgimento da democracia no Chile" (Fevereiro de 1983). Nesta mensagem, é analisado o rompimento do sistema democrático e das condições e agentes necessários para a sua recuperação. Por outro lado, os 33 bispos da Conferência Episcopal assinalam, pela primeira vez desde 1973, que as circunstâncias que motivaram o derrube de Salvador Allende "não prejudicam uma interrupção tão prolongada da vida normal da nação".

Numa outra trincheira política, líderes da direita tradicional — actualmente na oposição — assinalam inequivocamente o fracasso do regime, indicando como única saída uma mudança global, a nível económico e político. Desta forma, eminentes membros do antigo Partido Nacional (liberais e conservadores) começaram a modelar uma nova organização, o Partido Republicano.

A perspectiva real de formação de uma ampla frente de centro-direita não se detém somente em coincidência de ordem táctica. Pelo contrário, a alternativa é um eventual fortalecimento deste roteiro, dado que a social-democracia e sectores de cunho esquerdista

agrupados na chamada "convergência socialista", estão a envidar também esforços para chegarem a um objectivo central: uma mudança sem crise.

A esquerda marxista, por seu turno, recondiciona igualmente a sua táctica (luta de massas com perspectivas insurreccionais), adaptando-a às novas condições históricas, mostrando-se partidária de qualquer consenso, acordo ou pacto social na luta comum contra o autoritarismo militar e na abertura de um processo que reconduza à democracia.

Naturalmente, os esforços oposicionistas não passaram despercebidos para o governo militar. Num esforço desesperado, este tenta articular uma estratégia que o mantenha à ofensiva no cenário político. Pois bem, qualquer ofensiva política com a finalidade de romper o crescente isolamento, implica a obtenção de novos créditos solicitados ardorosamente nos bancos de Londres, Nova Iorque, Bona e Tóquio, tais gestões serão determinantes para a marcha futura do actual modelo de dominação. Se tal apoio for conquistado, as mudanças políticas não serão tão urgentes e o regime terá ganho tempo para superar a crise.

Outra das saídas tácticas ensaiadas consiste na tentativa do governo em aplicar uma linha populista-repressiva, transformando Pinochet num "general dos pobres". Deste modo, assegura-se o apoio das camadas médias da burguesia e daqueles sectores que tenham um ponto de contradição com o grande capital, se é que este insiste no afastamento do bloco que ele mesmo ajudou a construir em 1973. A base de sustentação do populismo-repressivo é representada pelo sector pequeno-burguês liderado por Pablo Rodriguez, ex-chefe do grupo "Patria y Libertad". Esta tentativa não tem perspectivas históricas, dado o alto número de desaparecidos e de exilados, a intensidade da repressão e a sede de justiça social dos sectores atingidos pelo autoritarismo. Além disso, uma tentativa de tal natureza exigiria enormes recursos económicos, hoje em dia inexistentes.

O alto comando recorreu à saída de reafirmar a unidade das forças armadas. Inclusive, quando o novo

ministro da Defesa, vice-almirante Patricio Carvajal prestou juramento, o chefe de Estado, general Pinochet, chegou a afirmar que a oposição esquerdista e centrista fracassaria na sua tentativa de sepultar "a coesão monolítica dos militares". Neste terreno, a "coesão monolítica" estaria a ser conquistada através de uma nova política a inclusão de militares de primeira hora no gabinete. Especialmente nas pastas da Defesa, Interior, Transportes e Comunicações, pontos cruciais de toda a estratégia de inspiração geopolítica. O vice-almirante Carvajal já exerceu funções, logo após o assassinato de Allende.

A responsabilidade da esquerda

A força político-social derrotada no Chile em 1973 foi o movimento democrático, especialmente a esquerda e o seu bloco de alianças, a Unidade Popular (UP).

Em nove anos de repressão constante, os sectores democráticos e revolucionários não desapareceram, mas foram encurralados na periferia do sistema político, forçados a abandonarem a iniciativa estratégica. Contudo, na conjuntura actual, a perda de ofensiva política por parte do bloco dominante, assim como o rompimento da sua coesão interna, abrem novas esperanças e expectativas.

Objectivamente, a nova conjuntura não encontra a esquerda em condições de ser uma vanguarda da luta política e acelerar o esfacelamento do regime. Desavenças, atritos e um fraccionamento crescente nos dois polos, tiram-lhe eficácia, embora estes problemas sejam naturais e congruentes, depois de uma derrota social de proporções históricas. Por isso, a partir de uma perspectiva popular, o problema central actual baseia-se na carência de unidade para enfrentar esta nova conjuntura. Existe, contudo, nos sectores progressistas chilenos uma consciência do imperativo histórico de selar um processo unitário que permita conduzir real e efectivamente o movimento popular. Unicamente desta forma se evitaria a subordinação a novimentos de centro-direita, que poderiam paralisar a sua participação por longo tempo. □

A teimosia dos militares

As negociações previstas pelo cronograma das forças armadas enfrentam dificuldades, pois os militares aspiram a impor na nova Constituição inovações já repudiadas pelos cidadãos

Alberto Alonso

DEPOIS de procurar com empenho o adjectivo exacto, Julio Daverede encontrou-o. Disse então, respondendo a um jornalista: "O documento dos militares deixou-nos 'perplexos'." Daverede é um dirigente da União Cívica, um pequeno agrupamento político de origem cristã que, juntamente com os partidos tradicionais do Uruguai, o Nacional (ou Blanco) e o Colorado, foi autorizado pelos militares uruguaios a funcionar legalmente — dentro de limites bastante restritos — depois de quase dez anos de inactividade política. Os dirigentes desses partidos "tolerados" puderam ocupar, assim um lugar nas negociações com os delegados do governo uruguio, iniciadas a 13 de Maio passado. Mas o tom desiludido com que Daverede se referia à primeira impressão que produziu nos civis a proposta política das forças armadas (ver matéria seguinte) mostra que essas negociações vão ser árduas. Como é notório, o objectivo do diálogo entre políticos e militares é procurar um consenso sobre os alcances e as formas que terá a reforma constitucional, que será seguida, conforme o cronograma do "processo" (é assim que os militares uruguaios denominam o seu regime), por uma eleição presidencial. No fundo, trata-se de negociar sobre a extensão da participação militar nos assuntos políticos uma vez realizada a transferência do governo para os civis, em 1985.

Declaração de guerra

Como se tratava de iniciar uma negociação, ninguém esperava uma quase declaração de guerra como

a que partiu do contra-almirante Laborde em nome do governo e da junta de oficiais-generais, a 10 de Maio, três dias antes de começar o diálogo. Através de uma rede nacional de rádio e pela televisão, o militar afirmou que, desde as eleições internas de 28 de Novembro passado, os dirigentes dos partidos "agiram sem a prudência e o equilíbrio necessários" para atingir os acordos desejados.

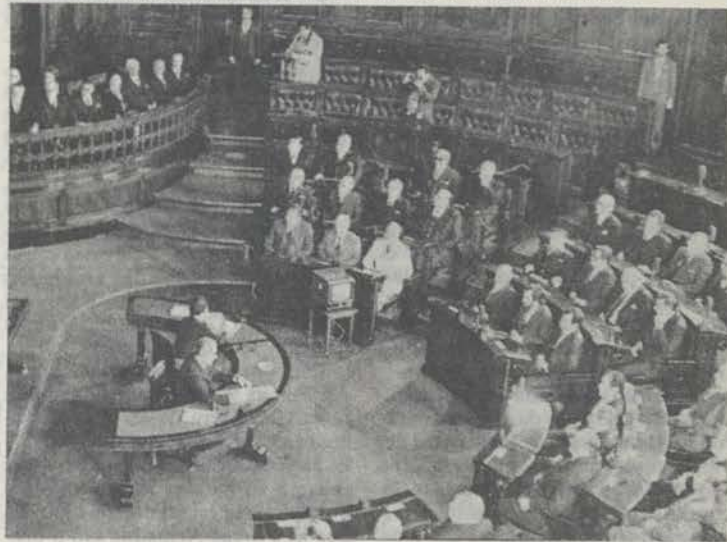
De acordo com o ponto de vista dos militares, alguns desses comportamentos imprudentes teriam sido: *a*) a divulgação de "promessas fáceis no campo laboral e salarial, incompatíveis com os recursos do país", com "clara intenção desestabilizadora" e com o propósito de "exacerbar as expectativas dos sectores mais carentes"; *b*) a "reiterada apologia" de cidadãos que têm os seus direitos políticos sus-

pensos (e, pelo visto, os elogios também), ou que têm ordem de prisão ou estão processados por delitos de "lesa-pátria"; *c*) o ataque permanente à política económica, o que cria um clima de incerteza e inquietação entre os agentes económicos, além de deteriorar a credibilidade pública e comprometer a recuperação do país; *d*) a "conivência acentuada com instituições internacionais comprometidas em campanhas permanentes de desprestígio do país".

Até o secretário-geral do Partido Colorado, Julio María Sanguinetti, de notória flexibilidade política, considerou que o documento lido pelo porta-voz militar era "uma nota desafinada".

A situação deteriorou-se ainda com as declarações do general Boscán Hontou, actual comandante-em-chefe do exército (que se

Para os políticos não está a ser fácil negociar com os militares





Hontou: "suspender o diálogo"

tornou conhecido por ter sido o único representante estrangeiro às comemorações da "independência" do bantustão Transkei, na África do Sul). Hontou afirmou que os generais estavam examinando a possibilidade de suspender o "diálogo político". As forças armadas — recordou — tiveram muita paciência, muito equilíbrio. Mas, assinalou, havia-se chegado a extremos intoleráveis: "Muitos ataques foram feitos nas convenções estaduais dos partidos autorizados) contra os governadores civis, que ocupam os seus cargos em representação do exército e que o fazem em nome do processo".

Porquê surpreender-se?

Na realidade, os militares uruguaios não deviam sentir-se tão incomodados por causa das críticas reiteradas desses dirigentes políticos "tolerados". Elas só reflectem — e muitas vezes apenas timidamente — um sentimento generalizado entre a população, que, chamada à consulta duas vezes pelas forças armadas, não deixou lugar a dúvidas: exige o regresso à vigência plena das garantias democráticas e não deseja que as forças armadas permaneçam dentro do cenário político-administrativo nem por detrás deles, logo que um governo constitucional assuma o poder. A derrota da proposta das forças armadas no plebiscito de 1980 e a vitória por ampla maioria dos sectores oposicionistas mais consequentes nas eleições internas dos partidos tradicionais, em No-



Rapela: "existem divergências"

vembro de 1982, foram, no fim de contas, os dois factos políticos mais relevantes destes dez anos de ditadura. A partir daí começaram as negociações que estão em curso, para definir os próximos passos do caminho de regresso à democracia.

Por sua vez, os políticos não deviam ter-se sentido tão "perplexos". Talvez um cidadão comum possa não compreender as atitudes das forças armadas, mas nunca um dirigente que se preze de conhecer o seu adversário. O homem comum procura adivinhar as intenções secretas dos militares, sem perceber que os rodeios do regime representam uma conduta perfeitamente linear e que a sua sagacidade decorre da sua total falta de astúcia.

O "cronograma" dos ocupantes do poder indica que o ano de 1983 está destinado à redacção do projecto de reforma da Constituição, tarefa da qual se ocupariam a Comissão de Assuntos Políticos das Forças Armadas (COMASPO) e os representantes dos três partidos "tolerados". De forma que, cumprindo como bons soldados o programa estabelecido, os militares pediram para os seus assessores apontarem os "Factos Ocorridos na República que justificam um Novo Texto Constitucional" (é esse o título do documento), juntamente com as respectivas reformas. As Forças Armadas acham que a nova Carta terá de ser uma salvaguarda contra o "caos subversivo". E sob as modificações propostas existe a firme convicção (presente no plebiscito rejeitado em 1980) de que as Forças Armadas são o cen-

tro imaculado da sociedade uruguia e, como tal, devem continuar a ser o seu tutor principal.

Por isso, os políticos não deveriam ter-se mostrado surpreendidos: os militares uruguaios não inovaram. Ou melhor, demonstraram que não pretendem mudar as inovações jurídicas que tentaram introduzir há 30 meses atrás, apesar de as mesmas terem sido rejeitadas na consulta popular. Eles consideram-se seriamente o último baluarte do sistema de vida ocidental e outras tolices semelhantes, que constituem valões incorporados à sua forma esquemática de raciocinar em termos políticos. Isso tornará mais grave e imaginativo o esforço dos partidos para encontrar pontos de consenso e mais árduas as negociações desse grupo de trabalho civil-militar.

No fim da reunião do dia 17 de Junho passado, o presidente da COMASPO, general Julio Rapela, afirmou que entre os representantes dos militares e dos três partidos políticos (Blanco, Colorado e União Cívica) havia muitas coincidências, "embora continuemos a divergir em alguns pontos". Já as declarações de Julio María Sanguinetti, eram num tom menos optimista. Referindo-se às divergências em torno do conceito de "subversão", o dirigente do Partido Colorado afirmou que parecia que os militares queriam "legalizar a ditadura em vez de instaurar a democracia".

É difícil, pois, prever em que medida e em que direcção se poderá avançar de agora em diante. Lembremos que o diálogo com as forças armadas esteve ameaçado e chegou a ser suspenso porque o Partido Nacional reagiu veementemente contra o encerramento por seis meses do seu semanário *La Democracia*, no dia 20 de Maio passado, medida adoptada porque apareceu na primeira página do último número uma fotografia do

! A vitória do NÃO no plebiscito de Novembro de 1980 mostrou à opinião pública interna e internacional a rejeição inequívoca do projecto de reforma da Constituição apresentado pelas Forças Armadas, no qual ficava consagrada a sua participação na gestão do Estado. (Ver cadernos do terceiro mundo n.ºs 28 e 30).

rei Juan Carlos da Espanha com o líder Wilson Ferreira Aldunate, que está exilado. Isto é, apesar de o Partido Nacional estar autorizado a funcionar, o seu dirigente máximo é considerado subversivo pelo regime e a simples publicação da sua fotografia provoca uma represália desmedida e deixa essa colectividade política sem o seu meio de expressão. E caso esse partido reaja — como o fez —, as forças armadas consideram essa atitude tão grave que merece ser punida com a suspensão do único canal de comunicação entre os militares e a sociedade civil, que é esse diálogo ou negociação através da COMASPO.

Depois desse episódio, muitos observadores tendem a pensar que as forças armadas, através dessas negociações, estão a procurar apenas a melhor fórmula possível para transferir o governo em 1985 para civis confiáveis, reservando-se o direito e os mecanismos constitucionais que lhes permitam retirar-se somente para o quintal das trazeiras. Poderiam assim ouvir as exclamações de surpresa que o inventário daquilo que eles deixaram provocará ou poderiam tornar a intervir caso achassem necessário.

Nem derrotismo nem ufanismo

Para poder achar a justa medida dos avanços democráticos que se podem esperar do encerramento do processo de negociação entre os políticos e as forças armadas, é necessário compreender como se chegou a essa situação.

O Uruguai não é o Vietname, nem o exército enfrenta — como lá aconteceu — uma milícia bem treinada e endurecida por décadas de luta. Também não é El Salvador, onde a resistência popular se transformou numa insurreição aberta. No Uruguai, depois de uma década em que as organizações sindicais, os partidos de esquerda e o movimento armado (MLN, "Tupamaro") foram desmantelados — por diferentes processos e com distintos graus de eficácia — por uma ditadura que atingiu níveis repressivos sem precedentes em toda a história republicana, o povo começa a ocupar as brechas que vão surgindo do desgaste de um regime que só se mantém pela



O Plenário Intersindical reuniu mais de 100 mil pessoas no 1.º de Maio

força das armas. A resistência diária é árdua e nem sempre visível, mas existe.

E não só existe como chegou a níveis de eficiência imprevisíveis até há alguns meses atrás. Isso foi demonstrado, por exemplo, pelo Plenário Intersindical — um agrupamento surgido recentemente que teve a seu cargo a organização das comemorações do Dia dos Trabalhadores e mobilizou para o 1.º de Maio cerca de 100 mil pessoas em Montevideo — conseguindo que não houvesse nenhum incidente (como bem gostaria o regime, para depois lançar a culpa sobre os sindicatos).

Mas hoje a maioria da população está representada nas negociações por políticos tradicionais, que não são necessariamente os que teriam sido escolhidos se fosse dada ao povo a oportunidade de votar livremente. Lembremos que os líderes mais expressivos da resistência política uruguaia estão no exílio (como o dirigente blanco Wilson Ferreira Aldunate), ou na prisão (como o general Liber Segregni, presidente da Frente Ampla) e Raúl Sendic (dirigente máximo do MLN), ou foram assassinados pela ditadura (como os parlamentares Zelmario Michelini e Héctor Gutiérrez Ruíz, sequestrados em Buenos Aires em Maio de 1975 e encontrados mortos alguns dias depois).

Isto é, aqueles que negociam os termos da retirada dos militares são liberais e conservadores que foram coniventes com o regime nos seus primeiros anos e que só adoptaram uma posição oposicionista activa quando as coisas passaram dos limites.

Sobre eles recai a responsabilidade histórica de abrir ao máximo a brecha que os militares estão actualmente dispostos a negociar. Caberá ao povo uruguaio e aos seus dirigentes naturais continuarem depois o processo de reconquista da democracia.

O desafio económico

Se o cronograma programado pelas forças armadas se concretizar — e isso depende das negociações em curso — um governo nascido de eleições directas assumirá o poder em 1985. Será necessariamente o governo de um dos dois partidos tradicionais, já que a disputa será limitada (salvo algum imprevisto) às três forças políticas "toleradas". (E o escasso contingente eleitoral da União Cívica transforma-a numa força marginalizada.) As condições políticas decorrentes da posse do novo presidente não serão certamente mais favoráveis ao movimento popular que as existentes em 1970, quando a esquerda se aglutinou em torno da Frente Ampla para disputar as

eleições e enfrentar melhor preparada a tradicional bipolaridade da política uruguaia.

E se no plano político os partidos tradicionais já estavam há uma década sem condições de dar resposta, acontecia a mesma coisa no plano económico. A situação não é diferente dez anos depois, com o substancial agravamento da crise, e quando a base produtiva do país se encontra estagnada e a dívida externa consome uma parte relevante das magras divisas do país.

Por outro lado, uma análise do economista uruguaio Luis Faroppa ("El comprometido futuro", semanário *Opinar*, 19/5/83) demonstra com absoluta clareza que as negociações do FMI, que se estendem há mais de um ano, permitiram ao governo não renegociar a dívida externa pública, obter um prazo de carência e contar com amplas disponibilidades financeiras em 1983 e 1984. Os bancos credores adiaram a cobrança de 90% dos seus créditos e ampliaram em 240 milhões de dólares os seus empréstimos ao actual governo. O FMI, encarregado de controlar o cumprimento das condições acordadas, contribui por sua vez com 400 milhões.

Isso significa que o regime conta de imediato com esses 640 milhões de dólares, e com mais outros 528 milhões cujo pagamento em 1983/84 foi adiado. Isto é, 1168 milhões de dólares que deveriam permitir-lhe atender às necessidades produtivas do país e estimular as expectativas dos agentes económicos.

Embora as dificuldades dessa negociação não sejam ocultadas, já que os produtores estão endividados em dólares caros, os preços dos bens de exportação estão baixos e existe uma firme restrição dos créditos, paralela ao aumento das taxas de juro reais (o próprio sector financeiro está a começar a queixar-se), são ainda mais evidentes as graves dificuldades que os governantes deverão enfrentar a partir de 1985.

Faroppa calcula que só para pagar as amortizações e juros da dívida pública e reduzindo drasticamente as importações do triénio 1985/1987, o novo governo precisará de 1700 a 1800 milhões de dólares. Esses recursos dificilmente

serão provenientes do superavit da balança comercial; para que isso acontecesse, as exportações deviam crescer daqui por diante 20% ao ano, quando em 1982 diminuíram 19,7% em relação a 1981. Outras alternativas consistiriam em novos refinanciamentos, que criariam dificuldades crescentes em termos de emprego e níveis de receitas fixas; ou confiar em novos investimentos, o que seria ilusório dado que o Uruguai não é um mercado atractivo e está situado numa área geográfica considerada de grande risco; ou, finalmente, em reduzir mais ainda as importações, o que acarretaria menor actividade interna, menor geração de emprego e menores níveis de receitas e consumo. A única coisa que aumentaria seria a instabilidade social.

E é esse o país que vai passar a ser governado por um presidente surgido do Partido Nacional ou do Colorado, cujos programas de governo já deixavam, em 1971, de definir a crise em termos estruturais. Dificilmente poderá surgir em 1985 uma proposta económica que não conduza a um desgaste político a curto prazo. Porque, tal como o diálogo está traçado, não emergirá das urnas um governo de unidade nacional que, sobrepondo-se a rivalidades históricas, encare o futuro da nação como um compromisso colectivo.

À guisa de resumo

O que significa tudo o que ficou dito? Que perspectivas reais de democratização pode ter o Uruguai? Qual a possibilidade de reactivar a sua economia?

Em relação às forças armadas, seria necessário completar a análise assinalando que, por não ter passado por uma experiência traumática como a da Argentina na guerra das Malvinas, elas não parecem estar ameaçadas a curto prazo pelo vírus da divisão interna. Contudo, embora compareçam às negociações com os partidos políticos a partir de uma posição cómoda (que lhes dá a força) estão cada vez mais isoladas e é evidente a nível internacional que o seu único poder emana justamente do uso dessa força.

Quanto aos partidos tradicionais, Blanco e Colorado, passam

por um momento de rearticulação e de desafio. As suas atitudes concentram a atenção do país, que os observa e julga.

Os "colorados" exibem um grau bastante elevado de coesão interna e as suspensões políticas não parecem atingi-los demasiadamente. O principal político suspenso do Partido Colorado é Jorge Batlle Ibáñez (filho do presidente Luis Batlle Berres, que governou o país entre 1947 e 1951), mas no ostracismo político depois de uma série de denúncias que o envolviam em negócios escuros. Os delegados às negociações com os militares são o conhecido dirigente Julio María Sanguinetti — que na campanha anterior às eleições irradiou uma imagem de homem dinâmico, claro orador e bom negociador — e Enrique Tarigo, líder em ascenso no seio do partido — hábil polemista que está a colher os frutos da sua participação destacada na campanha a favor do NÃO no plebiscito de 1980, implementada através do semanário *Opinar*, do qual é director. O ex-presidente Jorge Pacheco Areco deixou de ser o trunfo dos militares. Ao regressar ao país depois de quase uma década de auto-exílio, ficou claro nas eleições internas de Novembro do ano passado que as suas capacidades de liderança e de organização eram nulas. O sector mais progressista do partido é encabeçado por Manuel Flores Silva, um jovem de 30 anos de idade que foi eleito para a direcção do Partido Colorado de Montevidéu. Flores Silva propôs uma homenagem a Zelmar Michelini na primeira sessão da convenção do seu partido (um acto de coragem, já que Michelini saiu das fileiras do Partido Colorado para fundar a Frente Ampla, e foi assassinado em condições não esclarecidas mas nas quais a mão da ditadura uruguaia aparece implicada). Propôs também uma declaração a favor da amnistia que Enrique Tarigo se apressou a bombardear no seu jornal antes que chegasse a ser examinada pela convenção.

O Partido Nacional manteve durante todos os anos de ditadura uma posição mais combativa que o Partido Colorado e recusou-se sistematicamente a permitir que os seus quadros integrassem a equipa

do governo, coisa que os "colorados" fizeram.

Entretanto, nota-se nos últimos meses um avanço na actuação das forças conservadoras, enquanto surgem algumas desavenças na coesão entre os dois grupos "brancos" mais consequentes. "Por la Patria" e "Movimiento de Rocha". A figura máxima do partido é o ex-senador e candidato à presidência da República em 1971, Wilson Ferreira Aldunate, exilado em Londres e que teve os seus direitos políticos suspensos. Ao serem iniciadas as negociações com os militares, foi ficando em evidência que os sectores mais progressistas do partido, aqueles que permanecem fiéis à liderança de Ferreira e condicionam a resistência dos direitos do seu dirigente a qualquer tipo de negociação, foram sendo afastados do diálogo por dirigentes mais favoráveis a aceitar as exigências dos militares. Os observadores políticos consideram que Wilson Ferreira Aldunate, a nível das bases partidárias, conserva toda a sua liderança, o que torna mais complexo ainda o processo de negociação.²

É nas fileiras da esquerda que os embates de uma década de repressão deixaram mais marcas. Quase todos os grupos que integram a Frente Ampla continuam na ilegalidade, embora se tenha começado a mencionar a possibilidade de que a Democracia Cristã — que era um deles — seja autorizada a reorganizar-se e a actuar politicamente. Alega-se que a DC "não é marxista" e que o seu único "pecado" teria sido unir-se ao marxismo para dar origem à Frente Ampla. Na realidade, pode-se tratar de uma manobra: sob a aparência de aprofundar a redemocratização, estar-se-ia a favorecer a divisão das forças oposicionistas.

O líder Liber Seregni, presidente da Frente Ampla, é actualmente um dos prisioneiros de consciência mais importantes do mundo, e a sua imagem conquistou — após uma década de exemplar intransigência na prisão, a partir da qual manteve o seu contacto com as bases frentistas — uma dimensão latino-americana e internacional. Pode depender de Seregni a rearticulação da esquerda, facto que não passa despercebido ao regime,



Juan Pedro Ciganda (em cima à esq.), Richard Read (em cima) e Héctor Seco (ao lado), dirigentes do Plenário Intersindical: um movimento operário que dá continuidade às lutas do passado

(que nas últimas eleições, em 1971, obteve 20% da votação do país). Contudo, o trabalho de articulação política continua e as informações existentes permitem assegurar que existe uma geração jovem que está a trabalhar na resistência — principalmente no âmbito cultural, que além dos maus tratos e da detenção impôs a Seregni a perda da sua patente de general.

Mas nenhuma abertura democrática terá credibilidade internacional e mesmo interna sem a libertação de Seregni e a restituição dos direitos políticos a Ferreira Aldunate, numa primeira etapa, e sem uma amnistia ampla, depois. De forma que a libertação ou não desse "general do povo" — como é chamado carinhosamente Seregni hoje em dia — poderá ser um termómetro das verdadeiras intenções das Forças Armadas.

As perseguições permanentes e o regime de terror atingiram a intensidade da militância de esquerda Marcados pela tragédia dos últimos anos, esses jovens, apesar de serem os "filhos da ditadura", não passarão de forma alguma a en-

grossar as bases de apoio ao regime.

Por outro lado, não se pode deixar de mencionar o facto de a esquerda vir a ser uma espécie de fiel da balança numa eventual contenda eleitoral, já que a diferença de votação entre os grandes partidos tradicionais (como ficou demonstrado na eleição interna de Novembro passado) é pequena. Isso confere-lhe um importante poder de negociação. A esquerda poderia assim ter (mesmo vendo-se forçada a não participar directamente no pleito e se estiver unida e negociar bem), um significativo papel nas eleições de 1984.

Mas o aspecto mais importante a destacar para se ter uma ideia concreta das forças que se movi-

2 A 15 de Junho passado, foi anunciada em Montevideo a criação da Corrente Popular Nacionalista, que congrega os sectores do Partido Nacional mais radicalmente oposto ao regime. De Washington, onde reside, Juan Raúl Ferreira, filho de Ferreira Aldunate e presidente da Convergência Democrática, anunciou a sua adesão a essa corrente.

mentam no Uruguai actual é o trabalho formidável realizado pelas 47 "associações profissionais de base" (isto é, os sindicatos por empresas) que juntaram os seus esforços e consolidaram um movimento operário em gestação que está a dar continuidade às lutas da Convenção Nacional dos Trabalhadores (CNT), dissolvida depois do golpe de Estado, em Junho de 1973. A partir do 1.º de Maio, o sector sindical passou a ser um

novo protagonista na actual conjuntura uruguaia, na qual se apresenta não só com uma plataforma reivindicativa dos seus direitos como classe mas erguendo a bandeira da amnistia ampla, política e laboral. O Plenário Inter-sindical dos Trabalhadores é hoje um movimento reconhecido internamente, que designou representantes à Conferência Internacional da OIT (Organização Internacional do Trabalho), enquanto o governo

tornava a indicar um nome qualquer da complacente Confederação Geral dos Trabalhadores do Uruguai (CGTU), a central "amarela".
Deixemos de olhar para as ânsias para poder enxergar o bosque: seria prematuro dizer que a ditadura uruguaia "está derrotada" e que se aproximam tempos de re-encontro e concórdia. O caminho a percorrer ainda é longo, mas já começam a aparecer as luzes. O povo uruguaio está de pé.

A ofensiva da Igreja e a intransigência dos militares

QUANDO, em 5 de Julho passado, as Forças Armadas anunciaram a decisão unilateral de suspender o diálogo, proibir toda a actividade política e colocar a imprensa sob censura, a notícia repercutiu-se como uma bomba na opinião pública interna e internacional: o processo de redemocratização que os próprios militares se haviam comprometido a levar por diante, estava seriamente ameaçado e, talvez, irremediavelmente comprometido.

No entanto, passado o primeiro impacto, alguns indícios permitiram intuir que o diálogo era uma exigência dos sectores civis, como uma necessidade sentida pelos próprios militares ainda que (como é lógico, dentro das Forças Armadas se evidenciassem sectores mais propensos à negociação e outros mais inclinados a um regresso aos períodos mais duros).

Quem deu o primeiro passo para romper o impasse criado foi a Igreja. No Uruguai — um país de tradição laica e no qual a Igreja está separada do Estado desde o início do século — a Igreja não tem o mesmo peso que em outros países da América Latina, como no Brasil, por exemplo. Porém, o facto de a hierarquia eclesiástica ter estado praticamente omissa nos anos de ditadura, ou, no máximo, ter aparecido a defender posições indefinidas tornou mais evidente a diferença da sua atitude actual. Agora, a Igreja uruguaia passava à ofensiva e propunha o reinício do diálogo como única saída para a crise política do país. Em meados de Agosto, quatro bispos reuniram-se com o presidente Gregorio Alvarez, exortando-o a retomar as negociações com os partidos.



Em declarações à imprensa, Alvarez mostrou-se "sensibilizado" pela atitude da Igreja, o que deu uma força ainda maior à hierarquia religiosa para continuar no seu papel mediador. No domingo, 14 de Agosto, a Igreja divulgou nos serviços religiosos uma mensagem instando o regime militar a retomar o diálogo com os partidos. "O consenso, o diálogo e a busca de um grande projecto nacional acima de interesses parciais, são a base de uma convivência sã e digna", afirmaram os bispos.

Nesses dias, dois sacerdotes iniciaram uma greve de fome com o objectivo de ajudar a encontrar "uma saída urgente para a actual situação sócio-económica e política" do país. A polícia interveio, mas os padres mantiveram o jejum.

O futuro é incerto, mas pode-se com segurança afirmar que a Igreja e a sociedade civil encetaram desde já a luta por "essa saída".

O documento das forças armadas

O que se segue é uma versão, breve e objectiva, do documento apresentado pelas forças armadas uruguaias aos delegados dos partidos, em 13 de Maio de 1982, data do começo das negociações político-militares.

A *Introdução* assinala que o governo e as Forças Armadas entendem ser necessária a reinstitucionalização democrática do Estado, com a finalidade de evitar a repetição dos factos ocorridos na década de 60 e princípios da de 70, que determinaram uma profunda crise nacional. Esta manifestou-se assim: estagnação geral da economia; falta de abastecimento dos artigos de primeira necessidade; inflação; intervenção e paternalismo excessivo do Estado; burocracia desmedida e falta de estímulo à iniciativa privada; agitação sindical e estudantil; desordens de rua, greves e paralisações constantes dos serviços públicos; desorientação ideológica; atomização dos partidos políticos e perda de confiança nos seus dirigentes; febre especulativa e delitos socioeconómicos. Tudo isso ingredientes de uma situação fomentada e aproveitada pelo marxismo internacional, infiltrado em todos os sec-

tores sociais, aproveitando o vazio de poder existente, para desestabilizar o governo e provocar a talência institucional.

A reinstitucionalização deve partir de um novo texto constitucional que enfrente adequadamente a problemática moderna e crie as leis necessárias para impedir a repetição das situações vividas e para preservar a actual paz social. Decidiu-se, então, com a participação dos partidos políticos, redigir um projecto que supra as deficiências da Carta de 1967 (a última vigente antes do golpe de Estado de 1973).

O documento propõe, a seguir, com a correspondente justificativa dos factos que ali se enumeram, 24 iniciativas de reforma, as quais não pretendem esgotar toda a problemática que deve ser solucionada. Reproduzimos a essência de cada iniciativa, deixando de lado, por motivo de espaço, as referidas fundamentações dos factos.

1. É necessário eliminar o decreto que proíbe as invasões de domicílio nocturnas.

2. Ampliar os prazos actuais para obter declarações e iniciar o processo.

3. A Constituição não deve

proibir as investigações secretas.

4. Sem afectar a essência da liberdade de expressão, deveria ser evitado que esta servisse para desprestigiar as instituições democráticas, as autoridades constituídas e o princípio de autoridade, exaltando a violência, a luta de classes e as ideologias estrangeiras.

5. É preciso ampliar as causas pelas quais se pode suspender a segurança individual.

6. Os direitos de greve e de associação foram deformados por marxistas e subversivos. Devem-se criar os tribunais de conciliação e arbitragem previstos pela Constituição.

7. O princípio da estabilidade dos funcionários públicos foi desvirtuado pelo sistema de autorização prévia do Senado para a demissão.

8. O novo texto deve incluir os Actos Institucionais 9 e 13, que corrigem as deficiências do sistema de segurança social que existia antes de 1973.

9. A suspensão do exercício da cidadania não deverá ser aplicada somente aos cidadãos *naturalizados*, que integram organizações criadas para destruir o sistema republicano-democrático.



10. A nova Constituição deve incluir as directrizes da Lei dos Partidos.

11. Não deve caber ao presidente da República "o comando superior das Forças Armadas", mas "a condução ou direcção política superior". Deve-se harmonizar a esse nível, a actuação das Forças Armadas, alheias às tendências partidárias.

12. Criação de um órgão interdisciplinar de assessoramento sobre segurança nacional, com participação das hierarquias máximas das Forças Armadas.

13. As "Medidas Prontas de Seguridad" (estado de emergência) e o estado de guerra são recursos não indicados para enfrentar a subversão. Há necessidade de um poder de emergência intermediário capaz de suspender garantias, limitar direitos individuais e exercer prerrogativas extraordinárias para

actuar nessa eventualidade.

14. Evitar abusos em tomadas de depoimentos, convocações à Sala de Audiência, interpelações e criação de comissões investigadoras.

15. Diferenciar leis comuns de leis especiais ou fundamentais (quase constitucionais), que exigiam quorum e tratamentos especiais.

16. Devem ser incorporadas as bases do decreto constitucional que reorganizou o Poder Judiciário, modernizou-o, tornando-o realmente independente.

17. Instaurar um órgão superior de intervenção supletiva no caso de omissão do Parlamento ou do Tribunal Eleitoral, para um maior controlo dos partidos e dos legisladores.

18. Dar hierarquia constitucional à Lei de Segurança do Estado, para que a justiça militar atinja os civis que incorram em delitos de

lesa-pátria.

19. Excluir os actos de governo de ordem política ou que se refiram à segurança nacional, das possibilidades de anulação por parte do Tribunal do Contencioso Administrativo.

20. Menor autonomia para autarquias; reduzir o número de seus presidentes.

21. A fim de impedir uma nova infiltração marxista e subversiva na educação, dar ao Executivo maiores possibilidades de intervenção.

22. Para efeitos de coordenação, controlar as administrações estaduais autónomas.

23. Ampliar os encargos do Tribunal Eleitoral conforme a lei dos Partidos.

24. Tornar mais rígidos os mecanismos da reforma constitucional, para assegurar maior fidelidade ao texto que surgiu do grande acordo.

O maior exportador de:
Chouriço, salpicão,
linguiça, morcela,
farinheira, bacon,
banha, lanche de
carne, pasta de fígado e salsichas
tipo Frankfurt. Ao
seu serviço com 550



trabalhadores, exportou: 1980 — 240 000 contos
1981 — 230 000 contos
1982 — 120 000 contos
1983 — 380 000 contos (1.º semestre)
Previsão para o ano de 1983: 800 000 contos

INDÚSTRIAS DE CARNES NOBRE, LDA.

Telex 13124 NOBRE
End. Telegráfico — CARNESNOBRE

Apartado 23
Telefones 92032/3/4
2041 RIO MAIOR CODEX — PORTUGAL

MATADOURO INDUSTRIAL E FÁBRICA DE CONSERVAS DE CARNE

Rubén Berríos

"Precisamos do apoio dos latino-americanos"

O presidente do Partido Independentista de Porto Rico analisa a situação política desta ilha das Caraíbas — colónia do império norte-americano — que luta para se tornar independente

Cláudia Neiva

COM menos de 10 mil quilómetros quadrados, Porto Rico — a mais oriental das Grandes Antilhas —, foi historicamente motivo de disputas entre as potências coloniais do século XVI, que cobiçavam a sua estratégica posição nas Caraíbas. Ainda que a luta anticolonial tenha começado com o próprio colonialismo (houve uma proclamação de independência em 1868) complexas circunstâncias históricas frustraram os anseios de autodeterminação da ilha, sendo um caso de anacronismo colonial na América Latina.

A resistência à presença colonial norte-americana continua viva e está hoje mais forte do que nunca. O caso de Porto Rico está a começar a ser centro de discussões em diversos foros internacionais, nos quais é crescente o apoio que ganha a causa independentista.

Rubén Berríos, presidente do Partido Independentista Porto-Riquenho (PIP), criado em 1946 — um dos vários partidos políticos que lutam pela independência da ilha — manteve uma longa conversa com *cadernos do terceiro mundo*. Nela, descreve a actual situação política do país e lança um apelo aos irmãos latino-americanos para que se unam na luta pela autodeterminação e independência de Porto Rico. Para Berríos, sem a independência da sua pátria, jamais estará completa a independência da América Latina, entre outras razões porque ali estão ins-



Em Porto Rico, a bandeira norte-americana — na tremula junto à nacional

taladas dez bases militares norte-americanas (ocupando 13% das terras cultiváveis) incluindo instalações nucleares, a partir das quais os Estados Unidos desencadeiam operações que lesam a soberania das nações do continente. Um caso claro foi a intervenção militar em Santo Domingo (República Dominicana, 1965) que partiu de

Porto Rico. E para referir um caso actual, as instalações militares que, pelo Tratado Torrijos-Carter, têm que sair da Zona do Canal do Panamá, serão provavelmente transferidas para Porto Rico.

Eis as principais declarações de Berríos:

Qual é a proposta do Partido Independentista de Porto Rico?

— Basicamente, estamos organizados como um partido de libertação nacional. Porto Rico é o único país da América em que existe, ainda, o colonialismo clássico. A nossa prioridade é a independência. No entanto, o Partido vai igualmente assentando as bases de um projecto socialista-democrático. Isto implica um duplo tipo de estratégia: primeiro, a reivindicação da solidariedade de todos os países do mundo, independentemente do seu ordenamento sócio-económico. Mas, por outro lado, procuramos uma integração mais profunda nas correntes progressistas do mundo: na América estamos particularmente próximos dos partidos da COPPAL, e a nível internacional, as nossas relações mais directas são com a Internacional Socialista.

Em que âmbito, o Movimento Independentista de Porto Rico tem encontrado apoio? De que países ou grupos políticos?

— Classicamente, até ao princípio da década de 60, o apoio in-

ternacional limitava-se praticamente às acções que Cuba tinha feito através dos Não-Alinhados. Neste momento, o apoio expandiu-se muito. Por exemplo: a COPPAL tem como parte fundamental do seu programa básico, o apoio à independência de Porto Rico. Também o Bureau da Internacional Socialista aprovou resoluções neste sentido, em Basileia (Suíça), no ano passado.

Na última Assembleia-Geral da ONU, em Outubro do ano passado, da América Latina votaram a favor da inclusão na agenda do caso de Porto Rico, a Venezuela — que é democrata-cristã —, Argentina — que é um regime militar —, Nicarágua, Cuba e Granada. Como vê, há muita diversidade ideológica neste grupo.

A política norte-americana tem sofrido alterações com as diferentes administrações?

— Infelizmente, a política dos Estados Unidos em relação a Porto Rico é basicamente constante, sem se alterar muito com as diferentes administrações. Isto quer dizer que nem um republicano conservador e reaccionário, nem um democrata supostamente liberal, aceita a sua responsabilidade colonial em relação a Porto Rico.

Por isso, quando Ramsey Clark admite publicamente que Porto Rico é uma colónia e que tem que se pressionar os Estados Unidos para que lhe concedam a independência, é a primeira vez que um alto funcionário norte-americano diz algo de parecido.⁽¹⁾ Isto nunca tinha acontecido antes na história.

Portanto, a política de Reagan de se manter em Porto Rico, de não dar qualquer passo no sentido de encontrar saída para o problema colonial, tem sido constante. Eu tenho uma cópia da carta que Reagan enviou ao ex-chanceler austríaco Bruno Kreisky, onde ele agradecia pela posição da Áustria, votando favoravelmente com os Estados Unidos contra a discussão do caso de Porto Rico na ONU. Há os que não actuam deste modo. Reagan escreveu uma carta, outros telefonam. Esta é a diferença. Porém, todos fazem a mesma pressão. E, neste sentido, a mudança da administração não teve efeitos diferentes em relação ao colonialismo

em si mesmo. Há, porém, outras questões que realmente mudaram. Por exemplo, quando Reagan obrigou a juventude norte-americana a alistar-se no exército para fazer o serviço militar, isso passou a aplicar-se também a Porto Rico. Agora, os porto-riquenhos têm igualmente que se alistar no exército.

Nós já tínhamos conseguido mudar esta lei. Na II Guerra Mundial, os porto-riquenhos que se recusaram a ir para a guerra foram presos por cinco anos. Mas na guerra da Coreia, nós procurámos defender esses rapazes no Tribunal Federal. Eu mesmo fui um dos advogados de defesa, argumentando que era uma medida ilegal. E o julgamento arrastou-se por várias semanas, até que veio a decisão.

O juiz disse mais ou menos isto: "... eu respeito-os muito pelos ideais patrióticos (...) Estão dispostos a ficar cinco anos na prisão para não seguir o exército (...) No entanto, as leis não podem ser violadas porque isso traria a anarquia (...) e compreendendo esta estranha situação, onde, por um lado, a justiça e a honra se chocam com a lei, eu condeno-os a uma hora de prisão, que já foi cumprida, porque vocês estão presos há mais de uma hora..."

Quer dizer, foi o fim do serviço militar obrigatório para Porto Rico! Nenhum porto-riquenho foi lutar no final da guerra do Vietname.

Agora o serviço militar voltou a ser obrigatório.

E que outras leis norte-americanas se aplicam em Porto Rico?

— Todas. E isso é algo de muito interessante. Explico: todas as leis que os norte-americanos digam que não se aplicam, na verdade são aplicadas, menos em casos de excepção específica. São aplicadas as leis de emigração e imigração, sistema bancário, falência, tarifas, serviço militar, legislação salarial, legislação laboral, etc. Somos uma colónia bem clássica.

E que autonomia tem Porto Rico?

— Autonomia municipal, para coisas secundárias. Temos formalmente uma legislação, mas que

não legisla. Uma legislação para coisas secundárias, questões de direito, no âmbito do código civil: propriedade, contrato entre pessoas, família.

A questão colonial na ONU

Como está a ser colocada a questão nas Nações Unidas?

— Há quase dez anos que participamos no Comité de Descolonização da ONU. Este Comité foi criado em virtude da Resolução 1514, de 1960, que se chama "Declaração de Independência dos Povos Coloniais". Para implementar esta declaração, a ONU criou o Comité de Descolonização, que tem ajudado muitos países no processo de independência. Durante muitos anos (dez, quinze), os Estados Unidos conseguiram excluir a discussão do caso de Porto Rico do Comité de Descolonização. Mas na década de 70, conseguiu-se incluí-lo. Há um ano, o Comité de Descolonização decidiu, a nosso pedido, recomendar que a Assembleia Geral incluisse na sua agenda o caso de Porto Rico para aplicação da Resolução 1514. Em Outubro passado fomos à ONU, mas não conseguimos ganhar a votação: 70 votos contra, 30 a favor e 43 abstenções.

Este ano, vamos tentar incluí-lo novamente. Com este objectivo visitei diversos países. Fui à Colômbia onde me avistei com o presidente Belisario Betancur; viajei ao México, para também me reunir com o presidente Castro, de Cuba. Vou agora à Venezuela, Panamá, Nicarágua e irei a todos os países latino-americanos a que possa ir. Vamos tentar conseguir votos favoráveis na ONU, este ano.

De quem partiu o apoio à independência de Porto Rico, no âmbito das Nações Unidas?

— No Comité de Descolonização, dos países do Terceiro Mundo e dos países socialistas. Na Assembleia-Geral da ONU, de diversos países. Em 1982, recebemos apoio de cinco países latino-americanos. No entanto, desejamos um apoio muito maior. O nosso propósito é que os países que se abstiveram na Assembleia-Geral última, votem favoravelmente na próxima. É o caso do México,



Panamá e Equador.
Devemos ir ganhando apoio consecutivamente, ano após ano, até que consigamos a inclusão do caso de Porto Rico, como aconteceu com a China, por exemplo. Esta é a nossa estratégia a nível da ONU.

Em que medida um processo de redemocratização em países da América Latina poderá afectar a questão de Porto Rico?

— Isso vai ajudar muito. Se o processo de redemocratização se consolidar na Argentina, nós garantimos o voto favorável do governo na ONU, embora ele já tenha votado positivamente na última reunião. Também no Brasil, pode agora fazer algo, assentando as bases para uma mudança de posição do governo brasileiro. Na Bolívia há já um anúncio oficial de que o próximo voto nos será favorável. O mesmo poderá acontecer com o Uruguai.

Nós pensamos deixar Pinochet e Ríos Montt sozinhos com os Estados Unidos. Conseguindo-o será mais fácil lograr o apoio dos países do resto do Terceiro Mundo, da Europa, etc. Esperamos que a Espanha, que se absteve — e foi uma posição boa para a última vez — vote positivamente agora. Esta é a nossa estratégia internacional, para fazer o que Ramsey Clark dizia: pressionar os Estados Unidos para que o governo se veja forçado a tomar uma decisão.

Como vêm os norte-americanos a questão de Porto Rico? Consideram-no realmente parte dos Estados Unidos.

— Porto Rico é, legalmente, território dos Estados Unidos, uma possessão, que se chama *Commo-*



Com 8897 Km², Porto Rico tem mais de 3 500 000 habitantes, mestiços descendentes de negros e espanhóis, dos quais cerca de um milhão emigraram para os Estados Unidos, fugindo à miséria e ao desemprego. A ilha de Vieques (43 km²) é uma base militar dos Estados Unidos (80 % estão ocupados pela marinha norte-americana). A esquerda, Rubén Berrios

nwealth, isto é, “Estado Livre Associado”. Mas na realidade não é nem Estado, nem livre, nem associado — é uma colónia.

Mas os norte-americanos sabem que Porto Rico não faz parte integral dos Estados Unidos. O próprio papa quando sobrevoou Porto Rico de avião, mandou um telegrama ao governador da ilha que dizia: “Saudamos Porto Rico que é um povo inexoravelmente unido à América Latina por laços de religião, de sangue, de fé e de cultura”. Quer dizer, o próprio papa reconhece que Porto Rico é parte integral da América Latina. E os Estados Unidos também o reconhecem. O que eles não querem é tomar uma decisão sobre o assunto. Temos que forçá-los a decidir sobre a questão.

O anseio de independência

Qual o nível da mobilização popular dentro de Porto Rico?

— Essa é uma questão muito importante que se entenda: todas as leis norte-americanas se estendem a Porto Rico, incluindo as leis de direito civil, tribunais federais, etc. A repressão não é como na América Latina. É muito mais sofisticada. Em certos momentos, em 1936 e 50, perseguiram-nos muito, prenderam imensos independentistas. Mas hoje já não é bem assim. A norma agora é outro tipo de repressão: o controlo educacional,

controlo dos meios de comunicação social, e mais importante que isto, a extensão dos pagamentos do Programa de Bem-Estar (*Welfare*) dos Estados Unidos aos desempregados. Isto é, a utilização, por exemplo, de *food coupons* ou *food stamps*. Noutras palavras, os Estados Unidos subsidiam o desemprego em Porto Rico. Não apenas através do programa de desemprego, como também dando às pessoas, directamente, dinheiro para comprar comida que vem dos Estados Unidos. Desta forma, dilui-se a possibilidade do povo marginalizado protestar.

Muitos porto-riquenhos dizem-nos que desejariam a independência, porém, pensam: “Mas se os norte-americanos nos dão a independência, vão-nos aplicar a lei de fuga”. E sabem o que é a lei de fuga? É a situação — tirando as diferenças — das pessoas que estavam nos campos de concentração durante a II Guerra Mundial, com o campo rodeado de torres onde estão soldados com metralhadoras.

— Ramsey Clark (ex-procurador-geral de Justiça dos Estados Unidos) encontrou-se pessoalmente com Rubén Berrios, no Rio de Janeiro, durante a posse do governador Leonel Brizola, para a qual ambos tinham sido convidados. Nessa ocasião, durante uma conferência de improviso, Clark declarou-se a favor da independência de Porto Rico. afirmou que declarações no mesmo sentido já tinham sido feitas por ele nos próprios Estados Unidos.

Ninguém tenta escapar. Não porque tenha deixado de ansiar pela liberdade mas sim porque sabe que se tentar fugir, vão atirar. Este é o estado psicológico de muitos porto-riquenhos e explica porque razão o anseio de independência ainda não se concretizou num movimento popular maioritário.

A América Central vive actualmente uma situação explosiva. Porto Rico está muito próximo desses países. Que efeito esta a ter esta situação, internamente?

— Efeitos muito grandes. Porto Rico é o ponto geopolítico de controlo da América Latina. Isto é algo que muitos latino-americanos ainda não perceberam: enquanto Porto Rico não for livre, ninguém será livre na América Latina. Faz tudo parte de um mesmo problema.

E Reagan deve estar a pensar: "Bem, não vamos sequer falar de Porto Rico, Vejam o que está a acontecer na América Central... Em Porto Rico, não vai ocorrer o mesmo? Precisamos de uma presença militar para podermos mandar os nossos *marines*, como fizemos em Santo Domingo, em 65, e no Panamá, em 64".

Porto Rico sempre foi a base, a espinha dorsal da América Latina. Por isso, a luta de Porto Rico não é somente a luta de três milhões de latino-americanos porto-riquenhos, mas também de 250 milhões de latino-americanos. Porém não tem havido plena consciência disto.

A que o atribui?

— A falta de noção geopolítica, a uma visão do mundo muito provinciana. Mas, também, porque os Estados Unidos não gostam que se toque em Porto Rico; então, para lhes agradar, muitos não referem a questão de Porto Rico.

E os países da Europa?

— Vários desses países estão na Internacional Socialista. Esperamos que agora que somos membros da Internacional Socialista (o partido foi admitido na reunião de Portugal), alguns desses partidos fraternos possam mudar a posição histórica dos seus governos. Com excepção da Espanha, que se absteve no ano passado, todos os outros países europeus — todos

— votaram a favor dos Estados Unidos. Nós temos muita esperança que possamos este ano conseguir o voto da Suécia, Espanha, Áustria, como um início... Também temos esperança de conseguir os votos da França e da Grécia.

Mas, na medida em que nós, latino-americanos, tivermos uma posição unificada, então tornar-se-á mais fácil conseguir o apoio dos europeus.

E em África, qual tem sido o apoio ao movimento?

— Moçambique, Angola, Guiné-Bissau e mais alguns países votaram a favor no ano passado, mas a maioria absteve-se.

A luta no campo da cultura

Uma das formas mais eficientes de dominação é a de âmbito cultural. Há algum movimento em Porto Rico para manter as tradições culturais autóctones?

— Essa tem sido uma luta bastante gloriosa e em diversas áreas, muito efectiva. Porque aí, aglutinamos a maioria do povo, que quer manter a tradição, quer o seu idioma, quer a sua cultura. Se a isto se somar o facto de 98%, quase 100% de todos os artistas e intelectuais serem membros do movimento independentista, pode-se, então, ter uma ideia da nossa potencialidade. Todos os partidos em Porto Rico, incluindo o Partido Assimilacionista — que quer tornar Porto Rico parte dos Estados Unidos —, têm no seu programa uma parte que diz: "... aceitamos a condição de estado dos Estados Unidos, desde que se mantenham o idioma, as tradições e costumes."

Nós temos uma riquíssima produção artística: literatura, pintura, dança, folclore, música popular — a *salsa*, que toda a gente dança na América Latina.

Nas condições mais adversas, nós continuamos a ser latino-americanos. Mas a América Latina não tem sabido defender o seu irmão. E nós falamos espanhol, temos poetas, pintores, produzimos *salsa* para que se dance em toda a América Latina; ao som das canções dos nossos "boleros", os mexicanos, os panamianos, os colombianos namoram. A nossa poesia negróide está entre as melhores da

América. Temos poetisas de qualidade internacional.

Ou seja, a nossa produção artística é muito rica porque é uma forma de resistência consciente.

Os latino-americanos deveriam estar muito orgulhosos disto, porque o maior império da humanidade — 225 milhões de pessoas não conseguiu, nm mesmo controlando a televisão, a rádio, a imprensa, a economia, tudo, fazer morrer o *latino-americanismo* em Porto Rico. Pelo contrário, Porto Rico é cada vez mais latino-americano... Isto tem que dar esperanças à América Latina.

Há pouco referiu os meios de comunicação social. Que espaço existe, qual a liberdade que se tem para falar em Porto Rico?

— Para falar, liberdade total... como os periquitos e os papagaios, que também falam. Não há problema em falar: Dizemos tudo o que queremos. Podemos ir para as ruas e fazer comícios políticos. Mas nos meios de comunicação social, não: os três jornais mais importantes são controlados por gente que defende o *status* colonial. Mas, como têm que mostrar um ambiente de respeito pelos direitos civis norte-americanos (que incluem a liberdade de imprensa) e como têm que vender jornais, uma vez por semana um colunista dos nossos — uma vez, em sete dias — escreve nos jornais mais importantes. Isto acontece. Mas é apenas um dos nossos contra centenas seus. Aí está a inteligência deles.

O mesmo acontece na televisão. Em porto Rico há 700 mil televisores para uma população de três milhões de pessoas. Toda a gente tem televisão. Então, teoricamente podemos, sim, ir para a televisão, mas comprando o espaço que custa mil dólares cada meio minuto... Nós não dispomos desses meios. No entanto, há "liberdade". Se podes pagar... a liberdade custa mil dólares.

Contudo, somos muito respeitados até por gente que não é independentista. Assim, se damos uma conferência de imprensa, ela sai nos jornais. O nosso partido é respeitado, mas dentro do parâmetro de que "não balance o barco".

Como é ensinada nas escolas a

história do país?

— Ensina-se quem foram George Washington e Thomas Jefferson, mas não se ensina quem foram Simón Bolívar ou San Martín... O nosso currículo escolar dedica, em 12 anos, apenas *seis meses* ao estudo da história de Porto Rico... O 4 de Julho é o Dia da Independência dos Estados Unidos e há uma parada do governo em Porto Rico, comemorando-a. Porém, não há um "Dia da Independência" de Porto Rico. Outro exemplo: 25 de Julho de 1898 é o dia da invasão dos Estados Unidos a Porto Rico. Em 1952 redigiu-se uma constituição colonial... também em 25 de Julho. E desde então, o 25 de Julho comemora-se sempre como o "Dia da Constituição"! E não o Dia da Invasão...

A "influência do FBI"

Nesse caso não existem formas de repressão directa sobre o trabalho dos independentistas?

— Sim, há muitas formas, mas não segundo o estilo Pinochet. Como? Se você tenta organizar um sindicato no seu trabalho, e é independentista, despedem-no. Existe a repressão enquanto organização interna. Se averiguam que você é militante independentista antes de o contratar, não lhe dão o lugar. Recentemente, nos Estados Unidos, foi aprovada uma lei que estabelece que se um estudante não se alista no exército, não pode receber ajuda económica para estudar. Essa lei aplica-se a Porto Rico. E os que não se alistam, são os independentistas.

Se um estudante é politicamente activo na universidade, apesar dos seus pais não serem independentistas, o FBI um dia bate à porta para conversar com eles. "Bem — dizem — a senhora é uma boa pessoa, o seu marido, gente séria... por favor falem com o vosso filho, encaminhem-no bem..."

Quer dizer, há mil formas de repressão mais ou menos sofisticadas, dependendo do nível.

E até que nível chega essa repressão?

— Vai até ao ponto de existirem grupos clandestinos de direita em Porto Rico, particularmente de



Flagrante da prisão de Lolita Lebrón e Andrés Figueroa nos EUA, em 1950

exilados cubanos, que têm as mãos livres para agir. E já atentaram centenas de vezes contra organizações e líderes independentistas. Tenho comigo um documento dos Estados Unidos que diz: "O Procurador-Geral admitiu que o FBI interferiu, imprópriamente, em muitas ocasiões, em grupos de independentistas de Porto Rico. A Comissão de Direitos Cívicos de Porto Rico chegou à mesma conclusão. Só nos últimos anos, políticos do movimento independentista foram alvo de mais de cem atentados com armas e bombas e ninguém foi levado a julgamento por esse acto".

O FBI admitiu que infiltrou agentes entre nós. Dividem-nos e desunem-nos. O FBI age, por um lado, porque diz respeito a cidadãos norte-americanos, e, por outro lado, age a CIA, porque o assunto também é considerado estrangeiro. Têm escritórios em Porto Rico: interceptam telefonemas e coisas no género...

Em 1950, um grupo de nacionalistas atacou o Congresso dos Estados Unidos, entre eles uma mulher, Lolita Lebrón.² Ficaram 25 anos presos... Foram na sua época os presos políticos mais antigos do continente! Ai está um bom exemplo de até onde pode chegar a repressão. Porque 25 anos? Quem mata a mãe nos Estados Unidos só

leva oito anos de prisão...

Neste momento, há muita perseguição através de um órgão que se chama "Grande Júri Norte-Americano" ou o Tribunal Superior dos Estados Unidos. Há um jovem porto-riquenho que está há 18 meses preso porque não quer falar. Eles acham que se fazem perguntas e você não responde, é porque está ligado às acções da FRAN (Frente Armada de Libertação Nacional) ou a outros grupos clandestinos.

Outro exemplo: há dois anos, um agente da polícia, infiltrado pelo FBI, foi com dois jovens independentistas fazer explodir uma torre de controlo. A polícia esperava-os e matou os dois jovens independentistas. O agente escapou são e salvo.

E em relação a você?

— Em relação a mim, eles têm muito cuidado. Eu fui senador, eleito pelo povo, sou amigo de Filipe González, de Pena Gómez, sou vice-presidente da COPPAL. Comigo eles tem que falar com elegância... porque não lhes convém que seja de outro modo. Fui a Cuba, há um ano, para os jogos centro-americanos. Os porto-riquenhos estão proibidos de ir a Cuba. Eu disse que era uma injus-

² Ver "cadernos do terceiro mundo" n.º 17, "Porto Rico a crise do colonialismo".

tiça, que se quisessem, poderiam pôr-me na prisão durante dez anos... E fui a Cuba, publicamente, com toda a cobertura dos meios de comunicação social e não aconteceu nada. Isto foi agora. No entanto, em 1970, quando fui, também publicamente, à base que os norte-americanos têm em Porto Rico, a *Roosevelt Road's* — a maior base da América, utilizada para treino de artilharia da marinha — prenderam-me por três meses. Mas eu ainda não tinha sido eleito senador. Depois disso eles aprenderam: durante justamente depois desse acto repressivo contra mim que o povo me elegeu senador. Agora, vou a Cuba e não me acontece nada... porque não lhes convém, repito.

Como levar a luta por diante neste contexto tão difícil?

— Obviamente a luta em Porto Rico tem que ser levada por diante, a três níveis: primeiro, no plano interno, ou seja, a organização do povo, o desenvolvimento de um movimento de massas forte, etc. Segundo, a nível internacional. Terceiro, conseguindo apoio interno nos Estados Unidos, não apenas dos grupos de esquerda mas também do amplo sector de democratas e liberais.

Quanto aos grupos armados, que influência têm realmente em Porto Rico?

— Deles não posso dizer muito. Na verdade ninguém sabe muita coisa. Existem os *Macheteros* (que fizeram ir pelos ares seis aviões norte-americanos, coisa que nunca acontecera antes: nunca ninguém tinha destruído na América Latina tanta propriedade norte-americana), a FRAN — Frente Armada de Libertação Nacional, e outros grupos, que acreditam que é esse o caminho para levar por diante a luta; acreditam na forma de George Washington. Nós pensamos que o método de George Washington não se aplica ao Porto Rico dos anos 80. Não é a nossa forma de luta, mas ela é um facto.

E qual é a posição do Partido Independentista em relação à luta armada?

— O nosso partido não fomenta, nem aplaude essas acções. Mas não

nos cabe julgar.

Baseado nos direitos e nas leis dos Estados Unidos, não se pode tentar mudar a situação de Porto Rico? As leis norte-americanas prevêem ou permitem a manutenção de uma colónia? Não se pode usar as leis dos Estados Unidos contra eles próprios?

— Nos Estados Unidos, há uma cláusula na Constituição, chamada *Cláusula Territorial* que diz o seguinte para os territórios norte-americanos: "...O Congresso dos Estados Unidos determinará todas as leis e regulamentações necessárias nos territórios". Porquê? Porque os Estados Unidos não foram criados constitucionalmente para ter colónias. Pelo contrário, o país formou-se contra a existência de colónias. Então, os territórios eram considerados como passos intermediários até obterem a condição de Estado. O que era um território? Alguns norte-americanos que moravam em Illinois iam para Iowa e instalavam-se lá. Isso era um território. Só quando tivesse alcançado um certo nível, governo próprio etc., se tornava um Estado. Isto é, o território era um passo transitório. Essa concepção de território não era a tradição colonial clássica. Era intermediária, para norte-americanos. Porém, os Estados Unidos, em 1883³, ganham Cuba como despojo de guerra, de uma forma muito particular, além de Porto Rico e Filipinas e convertem-se num império colonial. Cuba torna-se independente em 1902; as Filipinas depois da II Guerra Mundial; e fica Porto Rico, como um remanescente. É uma coisa anormal.

E como se colocam diante desta situação colonial, não reconhecida totalmente?

— Eles não querem admitir o facto... Psicologicamente é impossível para eles admitir que têm uma colónia. "Nós não podemos ter colónias", pensam. Então mudaram o nome da colónia, a puseram em 1952, "*Commonwealth of Puerto Rico*". Alguém pode perguntar: e estado, porque não dar a Porto Rico esse estatuto? Ah, porque aí, cria-se um outro problema muito grande para eles. Jamais poderiam colocar Porto Rico como estado,



porque isso lhes causaria problemas internacionais e internos enormes. Porto Rico teria mais votação que 27 estados no Congresso norte-americano, pela sua população. Seria um estado latino dentro dos Estados Unidos. Portanto, não podem, neste caso, usar a saída clássica. Porém, não querem reconhecer que há uma situação colonial, porque se você reconhece que tem uma colónia, o que faz? Descoloniza! A França fez-lo, a Inglaterra e Portugal também. Todos, de uma maneira ou de outra, se viram forçados a descolonizar. Mas os Estados Unidos dizem: "Não, não, nós não temos colónia".

E o Supremo Tribunal dos Estados Unidos, não poderia julgar a situação institucional?

— Isso foi tentado em 36, por Pedro Albizu Campos, o fundador do Partido Independentista, quando o acusaram de promover uma revolução contra os Estados Unidos. E ele defendeu-se dizendo que os Estados Unidos estavam ilegalmente em Porto Rico. A partir daí, passou o resto da vida na prisão...

Temos obtido algumas vitórias. Temos usado todos os métodos: desde invadir o Congresso dos Estados Unidos até fazer ir pelos ares seis aviões norte-americanos, passando pela luta legal, mais civilizada. Todas as formas têm sido usadas por distintos porto-riquenhos, por distintos caminhos e organizações. Quer dizer, nós temos cumprido a nossa quota-parte. Agora é a vez da América Latina nos apoiar no âmbito diplomático e político. Até há pouco tempo, praticamente toda a América Latina se tinha esquecido de Porto Rico. Agora esta situação está a mudar. □

3 Data da guerra hispano-americana.

ASPARSOPI

indústrias metalúrgicas arlindo s. pinho, lda.- VALE DE CAMBRA

PROJECTAMOS, CONSTRUIMOS E MONTAMOS:

EQUIPAMENTOS EM AÇO CARBONO, AÇO INOXIDÁVEL E ALUMÍNIO PARA AS INDUSTRIAS, ALIMENTAR, BEBIDAS E QUÍMICA



- * Silos e reservatórios de armazenagem
- * Reservatórios de pressão
- * Permutadores de calor
- * Tubagens industriais em aço inoxidável
- * Reactores químicos
- * Tanques de transporte
- * Fundição de aço inoxidável



PRESENTES NA "FACIM 83" ESTAMOS PRONTOS A COOPERAR COM OS PAISES DE EXPRESSÃO PORTUGUESA E DO TERCEIRO MUNDO

A luta pela terra

As divergências no seio da Al Fatah, e entre Arafat e Assad preocupam o mundo árabe, enquanto os israelitas avançam na confiscação de terras

UMA denúncia feita no começo de Junho passado por um funcionário do governo jordano passou despercebida no noticiário sobre o Médio Oriente, concentrado em supervalorizar as divergências no seio da *Al Fatah*, e prognosticando apocalipticamente o declínio da OLP. A denúncia era, porém, muito significativa e exemplificava as consequências que a política de colonatos de Begin está a ter nos territórios ocupados: "Desde a ocupação de Jerusalém em 1967 as autoridades israelitas confiscaram 84% das terras árabes e das propriedades da cidade", dizia o dirigente jordano. E acrescentava: "Se a tendência para confiscar continuar, Jerusalém vai-se transformar em breve numa cidade totalmente judia. Em 1948, não mais de 4% das terras estavam em mãos judias, enquanto outros estrangeiros possuíam 2% e os muçulmanos 94%. A política de colonatos mudou o equilíbrio demográfico de Jerusalém e actualmente a cidade tem 300 mil judeus e apenas 100 mil árabes."

Idêntica preocupação foi demonstrada pelos presidentes palestinos dos municípios de Hebron, Fahed Qawasny e Malhoul, Mohammed Mulhelm, que foram expulsos da sua terra pelas autoridades israelitas. "Estão a desnacionalizar o nosso povo ao mesmo tempo que Israel se expande para concretizar o sonho do primeiro-ministro Begin do *Eretz Israel* (Grande Israel), a terra bíblica que compreende o sul libanês, a margem ocidental do Jordão e Jerusa-

lém."

O jornalista Claude Robinson, colaborador da agência IPS, fez recentemente uma longa reportagem sobre a situação nos territórios ocupados, com dados muito eloquentes. "Segundo fontes israelitas — escreveu ele — há 87 colonatos na margem ocidental e 16 em construção o que totaliza 103. Porém, fontes árabes indicam mais de 140. Não obstante, um ponto essencial que não está em disputa é o facto de a maioria dos colonatos — 70 segundo cifras israelitas — ter sido estabelecida desde 1977, quando o Partido *Likud*, de Begin, chegou ao poder."

Função estratégica

"Isso significa — acrescenta

Arafat: vítima das ambições. Mas mesmo os seus críticos pensam que a sua liderança é indispensável para salvar a OLP.



Robinson — que Israel controla actualmente mais de 40% dos 5700 quilómetros quadrados que compõem o território, construindo unidades habitacionais a uma média de quatro mil por ano. Empreiteiros e compradores de imóveis são atraídos tanto pelo aspecto bíblico como pelos sedutores incentivos monetários. Considerando créditos subsidiados, doações e outros atractivos, uma casa de três assoalhadas custa menos de 15 mil dólares a um comprador, em vez de mais de 70 mil dólares que é o que custará em Telavive."

A referida reportagem continua a fornecer dados sobre a função estratégica dos colonatos: "Estão ligados às principais cidades israelitas, incluindo Jerusalém, por uma rede de estradas, num círculo pro-

pector que divide e rodeia as cidades árabes. O efeito disto é 'reduzir o sentido de coesão territorial e nacional entre árabes e palestinos', segundo denunciou o ministro jordano para os territórios ocupados, Hassan Ibrahim."

Por sua vez, Ali Kandl, responsável pelas relações do Banco Central da Jordânia com os territórios ocupados, fornece alguns números significativos, citados pelo jornalista: "A margem ocidental representa 25% das exportações israelitas e já superou os Estados Unidos como principal comprador das exportações de Israel. Em 1970, os trabalhadores da margem ocidental e da faixa de Gaza constituíam apenas 2% da força de trabalho israelita, em comparação com os 6% que se registava em 1980."

Falta de consciência

O problema da judaização dos territórios ocupados e das terras árabes dentro do território do actual Estado de Israel é um dos mais dramáticos desafios que hoje enfrenta o mundo árabe. A luta pela terra tem, assim, para os palestinos, uma conotação muito vasta pois é a luta por uma Pátria perdida, mas também o combate por preservar as terras ancestrais que hoje estão a ser confiscadas num processo quotidiano a respeito do qual existe pouca informação e consciência a nível internacional.

Lamentavelmente, esta falta de consciência parece atingir os próprios árabes, cujo destino como nação está igualmente a ser ameaçado neste expansionismo israelita.

Apenas pela perda da noção global da luta do povo árabe se pode explicar a atitude adoptada pelo presidente da Síria, ao expulsar Yasser Arafat, declarando-o "persona non grata". Chegando a Túnis, depois de expulso, Arafat afirmaria: "Saiba o mundo que todas as nossas bases (no vale de Bekaa e na Síria) estão rodeadas por blindados sírios e unidades especiais sírias e não sabemos ainda quando poderá ter início a explosão" (referia-se ao confronto entre as tropas fiéis à sua liderança e as forças rebeldes e sírias. Efectivamente esse confronto parece longe de terminado. Os combates fratricidas prosseguem com toda a sua carga de horror e dramatismo).

Um jogo de ambições e de projectos hegemónicos interárabes — ao qual lamentavelmente o governo sírio não tem sido estranho — tem estimulado divisões entre os palestinos, criando dificuldades ainda maiores à luta deste povo pela sua sobrevivência e afirmação nacional. Comentários da imprensa árabe — mesmo dos jornais mais conservadores — demonstraram as apreensões que estas divergências sírio-palestinas estão a causar nos meios políticos árabes, pois é evidente nesta altura que os rebeldes palestinos chefiados pelo comandante Abu Moussa não poderiam nunca ter chegado tão longe em termos militares e mesmo políticos sem o apoio logístico e de planeamento dos militares sírios.

Enquanto isto, é muito sintomático que mesmo velhos adversários de Arafat — como o dirigente da Frente Popular de Liber-



Assad, presidente da Síria

tação da Palestina (FPLP), George Habash, e o dirigente da Frente Democrática de Libertação da Palestina (FDLP), Nayef Hawatme, ambos marxistas e próximos dos soviéticos — estejam do lado de Arafat, a procurar com todo o seu prestígio e influência, contornar a situação sem que as divergências atinjam a OLP. Inclusive apelando à mediação do rei Fahd, da Arábia Saudita, para reunir novamente Arafat e Assad, passo considerado por eles como indispensável para superar as divisões dentro da *Al Fatah* e salvar a OLP. E para eles, salvar a OLP implica manter Arafat na sua presidência, uma vez que nesta altura ele é já um símbolo a nível interno e internacional da luta palestina.

No nosso próximo número avaliaremos as repercussões e consequências desta crise. Enquanto isso, nesta edição, publicaremos a seguir um revelador depoimento do presidente da Câmara de Nazaré — a lendária terra da Virgem Maria — sobre a luta dos palestinos em Israel pelas suas terras e pela preservação da sua cultura. □

cadernos do
**terceiro
mundo**

Assinaturas

Portugal e Espanha

anual (12 números) 650\$00
semestral (6 números) 400\$00

Estrangeiro — Anual (12 números) por via aérea

Europa, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe
23 dólares USA,

Restantes Países 28 dólares USA

Nazaré: dois mil anos depois de Cristo

O Presidente da Câmara da antiga vila onde nasceu a Virgem Maria, relata a sua experiência à frente da Municipalidade, resistindo à tentativa de "judaizar" a cultura palestina

Beatriz Bissio

PARA aqueles que se formaram nos padrões da cultura cristã, Nazaré evoca o Velho e o Novo Testamento, a herança bíblica: cidade da Virgem Maria e cenário dos primeiros anos da vida de Jesus.

Mas Nazaré não é apenas uma referência chave para os religiosos nem uma reminiscência do passado. Nazaré tem hoje 50 mil habitantes, todos eles árabes, e vive o drama de constituir uma comunidade tratada como estrangeira na sua própria terra, no actual Estado de Israel.

Os palestinos de Nazaré escolheram como presidente da sua Câmara, em 1957, um militante da sua causa, patriota e poeta, escritor consagrado, deputado no *Knesset* (o Parlamento de Israel) desde 1973: Taufic Zayyad. Candidato da oposição ao regime — unida à Frente Democrática de Nazaré e integrada na Frente Democrática pela Paz e pela Igualdade, a nível nacional — Zayyad obteve uma vitória arrasadora — 2/3 dos votos — conquistando a Frente 11 dos 17 lugares no Poder Legislativo local.

Zayyad realizou uma gestão criativa e renovadora em íntima colaboração com as bases, às quais deu um papel crescente na vida política e administrativa. Disputou a reeleição em 1978, pela própria Frente, quando de novo conseguiu 2/3 dos votos que se tornaram a traduzir em 11 lugares na Câmara. No próximo mês de Outubro, serão as próximas eleições municipais em Israel. Possivelmente,

Foto: B. Bissio



Taufic Zayyad: uma gestão administrativa renovadora e criativa

Zayyad disputará a sua segunda reeleição, apesar de confessar que preferia ceder o lugar a um candidato das novas gerações, para voltar a dedicar-se à poesia e à literatura, relegadas para segundo plano pelas responsabilidades administrativas.

Zayyad participou num encontro promovido pela Unesco para analisar formas concretas de preservar a cultura palestina, ameaçada tanto dentro como fora da fronteira de Israel. Nessa oportunidade, conversámos com ele demoradamente. O seu testemunho foi vibrante e profundo. Deixava transparecer uma personalidade sensível, de poeta, mas ao mesmo tempo determinada e combativa.

"Em Israel, o Estado é racista e discrimina-nos como árabes. Os

80% das terras que pertenciam aos árabes foram confiscados. Pertencem agora ao Estado, na sua maioria, e a proprietários privados judeus". Taufic refere-se ao problema da terra como um elemento central da luta palestina dentro de Israel e nos territórios ocupados depois de 1967.

"A confiscação é um processo quotidiano. O pouco que restava nas mãos dos árabes está a ser confiscado agora". Todos os anos, no mundo árabe, se comemora o "Dia da Terra". Lembra e rende homenagem à greve geral e aos mártires de 30 de Março de 1967, quando em todos os povoados árabes de Israel paralisaram as actividades em protesto contra as confiscações. "A greve teve 100% de êxito, apesar do governo ter procurado acabar com ela por meio da força militar, com um saldo de seis mortos, centenas de feridos a tiro, numerosas detenções e milhares de trabalhadores demitidos", lembra Zayyad. Este ano, em Março de 1983, houve uma manifestação de mais de 30 mil pessoas nos lugares onde caíram as vítimas, para recordar a data; houve manifestações até aos túmulos e em Shakhnin foi levantado um monumento em memória dos mártires.

Também na educação

Outro ponto nevrálgico da luta da população palestina dentro de Israel é no terreno da educação e da cultura.

Os árabes constituem actual-

mente de 15 a 16% da população do país, com algo mais de 600 mil habitantes. No entanto, há somente 10% de estudantes árabes no ensino secundário e a cifra cai para os 3% nas estatísticas do ensino universitário.

"Os programas não têm qualquer conteúdo social", comenta o presidente da Câmara de Nazaré. "Baseados no 'cosmopolitismo', minimizam a importância da expressão cultural autóctone e a língua árabe é estudada através de aulas em hebraico. Obrigando-nos, a nós, árabes, a estudar hebraico e inglês, além do árabe. Enquanto que aos estudantes judeus apenas exigem uma língua além do hebraico.

"Das 572 vilas palestinas que existiam no país quando o Estado de Israel foi constituído, 470 foram arrasadas, restando apenas o chão, inclusive nos lugares históricos. Nem uma estátua, nem um só monumento ficou de pé. Todos os livros foram roubados. Estão em bibliotecas de Israel e os palestinos não estão autorizados a consultá-los."

Para Zayyad, o maior desafio é a "política de judaização espiritual e cultural do povo palestino", levada a cabo pelo regime sionista, utilizando medidas como a proibição de dar aulas em árabe e a destruição de qualquer vestígio cultural da antiga Palestina.

"Os currículos omitem as referências a todo e qualquer contexto árabe e as disciplinas científicas — como arqueologia ou ciências modernas — estão fora do alcance dos estudantes palestinos.

"As autoridades israelitas argumentam que os estudantes palestinos não são suficientes, daí a sua menor percentagem. Isto é mentira — afirma o presidente da Câmara de Nazaré. Temos milhares de alunos sem lugar para estudar. Só em Nazaré faltam-nos mais de 500 salas de aula. Estamos a usar apartamentos particulares como escolas, com absoluta falta de tudo.

"Pior ainda: as nossas crianças recusam a educação tal como está a ser dada. Vou citar um exemplo. Numa aula de matemática, é comum encontrar um exercício aplicado às crianças nestes termos: 'Israel tem 50 tanques e a Síria 65;

se Israel perder um tanque e a Síria 64, quantos tanques restam para cada país? Que percentagem de perdas teve cada um?' Para uma criança árabe é uma violência ter de aprender matemática através de conjecturas deste tipo. Ela recusa-se e acaba por não aprender nada."

Para Taufic Zayyad, é muito importante o apoio internacional que a causa da defesa da cultura palestina pode obter. "Vamos insistir no projecto da Universidade árabe dentro de Israel. Actualmente há mais de 78 universidades, inclusive uma para os judeus religiosos, mas quando solicitamos autorização para criar uma árabe respondem-nos que 'não há espaço



para outra universidade". Zayyad pretende consciencializar todos os árabes sobre este projecto que considera vital. "É necessário introduzir uma dimensão cultural árabe desde a escola primária, para as crianças e adolescentes palestinos", acentua.

A recente criação de um Instituto de Artes Populares, através do qual se vai incentivar a criação cultural palestina dentro de Israel, é mencionada por Zayyad como uma vitória da população árabe.

No entanto, em geral, também

se põem entraves ao funcionamento dos centros culturais árabes. "Dizem que estão a contribuir para o nosso progresso cultural porque traduziram cinco livros israelitas para árabe... "mas reprimem-nos as iniciativas que incentivam a criação cultural palestina."

Sem cor

"O mais terrível deste colonialismo cultural é que pretendem convencer-nos de que o nosso país estava vazio quando os judeus chegaram. Segundo a versão oficial, divulgada na escola, 'um povo sem terra veio para uma terra sem gente', e assim nasceu o Estado de Israel. E se nesta terra não havia gente, não há herança cultural a ser resgatada nem existe a cultura palestina. Por isso, nós insistimos na necessidade de divulgar a produção cultural palestina, inclusive entre a nossa própria gente. Temos que fazer com que os palestinos em Israel se sintam orgulhosos da sua cultura e a defendam com tenacidade. Temos que editar livros, divulgar a nossa poesia, incentivar os grupos teatrais.

"Hoje em dia, a culinária palestina é servida ao turista como cozinha israelita. E os bordados e artesanatos típicos palestinos estão a desaparecer por falta de incentivos. Temos actores. Muitos grupos de teatro amador. Mas faltam-nos teatros para representar. Temos gente para dar conferências, mas não temos um local para reunir as pessoas a fim de ouvirem a conferência.

"Na versão oficial, não somos nem palestinos nem árabes. Somos não-judeus. Não temos cor. Descrevem-nos como 'alguns grupos minoritários cujo denominador comum é a língua árabe'. Mas nunca aparece uma explicação sobre o porquê desta situação.

"Também nos descrevem como 'carregadores de água e lavradores' usando a imagem bíblica. Então, perguntam: para que queremos estudar ciências?

"Um consultor para assuntos árabes do gabinete do primeiro-ministro Menahem Begin, reconheceu que o regime sionista não quer que os árabes estudem e cheguem à universidade porque 'depois seria muito difícil controlá-

-los'.

O problema do emprego

A discriminação chega a todos os níveis e, naturalmente, ao econômico. Como presidente da Câmara durante oito anos, Zayyad conhece muito bem este problema. Destaca que o governo de Telavive não está a investir nem um centavo na industrialização das cidades árabes ("e em Israel não se pode montar uma indústria nem estabelecer uma fábrica, sem apoio estatal: o investimento, os créditos, tudo depende do Estado, principalmente pelos elevados índices inflacionários e também porque é impossível montar uma fábrica sem terra onde instalá-la").

Como consequência desta política, a maior parte dos trabalhadores palestinos são assalariados em indústrias judias, dispersas por todo o país. Há três áreas onde a mão-de-obra é basicamente árabe: construção civil, agricultura e serviços. E são três ramos de trabalho físico e de baixos salários, além de serem empregos temporários.

"Um trabalhador árabe, contratado na mesma fábrica que um judeu, recebe — em média — dois terços do salário deste último. E este problema está ligado à organização administrativa do Estado. O exemplo de Nazaré é bastante expressivo: na Galileia, região de Nazaré, originariamente uma área totalmente árabe, o regime israelita

confiscou uma elevada proporção de terras árabes e criou uma nova cidade, "Nazaré Alta" (*Upper Nazareth*), com população judia. Ali instalaram mais de 50 empresas, inclusive algumas das mais importantes do país no sector de montagem de automóveis, indústria têxtil e alimentos."

Em consequência da política discriminatória, Nazaré Alta passou a ser outra região administrativa, independente da antiga Nazaré.

"Actualmente, alugar um apartamento na Nazaré árabe é um problema terrível, porque a região administrativa não tem mais terras e o ministério não constrói mais casas. Em compensação, em Nazaré Alta há centenas de apartamentos vazios. Mas aí é proibido aos árabes comprar propriedades. Só podemos alugar. Por sua vez, isto é muito difícil devido à atitude racista dos judeus que não aceitam facilmente que um árabe viva no seu prédio."

A discriminação orçamental

Uma das dificuldades que mais obrigou Taufic Zayyad a procurar soluções criativas, é a discriminação orçamental, que favorece as municipalidades judias. A média do orçamento a uma municipalidade árabe — explica o presidente da Câmara de Nazaré — é de 30 a 35% do orçamento anual regular de uma judia com o mesmo porte.

"Porém eles têm, além disso, um orçamento adicional para 'desenvolvimento' que é fixado de forma arbitrária. O orçamento total de Nazaré é de 150 mil dólares, com o qual não se pode fazer qualquer obra de infra-estrutura essencial."

Para compensar a discriminação orçamental e responder às expectativas populares, desde o primeiro ano do seu mandato (em 1975) Zayyad promove as "Jornadas de Trabalho Voluntário". Para isso, estabeleceu um "Comité de Trabalho Voluntário", onde se arrecada o dinheiro doado pela população, para construir escolas, asfaltar ruas, etc. As jornadas desenvolvem-se durante cinco dias do mês de Agosto. Reúnem centenas de voluntários que se juntam para realizar trabalhos colectivos em favor da comunidade: reparar casas e prédios públicos, construir redes sanitárias, etc. No ano passado, participaram 600 pessoas, inclusive delegações simbólicas de 11 países, entre os quais a Alemanha Federal, França, Suíça, Holanda e Grécia.

"Estamos agora a começar a organizar as VIII Jornadas. Para dar uma ideia de como elas se reflectem na vida do município, posso dizer que no ano passado as obras realizadas com trabalho voluntário chegaram a 700 mil dólares, ou seja, quase seis vezes o orçamento que eu recebo do governo."

Com orgulho, Zayyad destaca

O controlo israelita

DENTRO de Israel, mais de 50% dos presidentes de Câmara árabes são representantes da Frente Democrática e a maioria dos demais, calcula Zayyad, são seus simpatizantes. Como consequência do trabalho desenvolvido, conseguiu-se estabelecer um Comité de presidentes de Câmara árabes, no qual se discutem os problemas políticos e administrativos comuns.

Nos territórios ocupados em 1967 (Cisjordânia e Gaza), as municipalidades democráticas foram dissolvidas e membros das forças armadas israelitas assumiram as presidências de Câmara sob intervenção. O principal objectivo da medida é continuar a instalar colonatos judeus nestes territórios. Todos os presidentes de Câmara depostos estão sob prisão domiciliar.

O Tribunal de Justiça emitiu um comunicado no qual ordena que qualquer casa árabe (nos territórios

ocupados), suspeita de abrigar palestinos militantes que possam levar a cabo operações contra as autoridades de ocupação israelitas, seja fechada. Numerosas casas foram já enquadradas nesta medida.

Na Cisjordânia, há aproximadamente 275 mil palestinos com *status* de refugiados, dos quais 75 mil vivem em 19 campos estabelecidos em 1950, quando a área estava sob o controlo da Jordânia. Os restantes vivem em aldeias e cidades da Cisjordânia. Desde o início de 1983, as autoridades israelitas estudam um plano de erradicação dos campos de refugiados. O brigadeiro-general Sholomo Ilyá, nomeado administrador civil da Cisjordânia depois dos presidentes de Câmara palestinos terem sido destituídos, afirmou que "tirar os palestinos dos campos ajudará a controlar a resistência anti-israelita".



Presidentes de câmara palestinos: os orçamentos precários dificultam a administração. Ao lado, um operário de construção árabe

que os impostos cobrados em Nazaré chegam a 97%, o que é considerado como cifra recorde.

"A nossa cidade é um centro turístico. Só existe uma Nazaré no mundo. Porém, apesar disso, o governo israelita não investe nem um só vintém em infra-estruturas porque é uma municipalidade árabe. Enquanto isto, nas municipalidades judias, o regime faz investimentos de milhões de dólares."

A estátua queimada

Aquilo que Zayyad chama tentativa de "judaização" da cultura palestina tem um bom exemplo em Nazaré. Lá, a principal atracção turística da comunidade é a fonte usada pela Virgem Maria para lavar roupas, que foi mantida até hoje. A fonte passou a ser símbolo da cidade e do povo de Nazaré, principalmente uma pequena formação natural de rochas dos tempos bíblicos, sobre a qual há mais de 600 anos foi levantado um monumento. Há alguns anos, o governo israelita colocou por cima desse monumento uma estrutura pré-fabricada.

"A partir da Câmara, lançámos uma campanha de resgate da fonte e do monumento, a qual nos comprometíamos a reconstruir na sua forma original", comenta Zayyad. A Câmara e a comunidade decidiram homenagear o lugar, levantando numa praça situada

junto à fonte, uma estátua de Agar, a mãe do povo árabe. A decisão tinha um profundo significado cultural e religioso. Como se sabe, a Bíblia relata que Abraão — o pai dos árabes e judeus — tinha duas esposas, Agar e Sara. Agar é considerada a mãe do povo árabe e Sara, a do povo judeu. Agar foi expulsa de casa por Abraão. Para nós, Agar também é símbolo da expulsão do povo palestino da sua terra. Como ela, nós os palestinos perdemos a nossa casa, fomos expulsos e não podemos voltar. Agar é um símbolo do problema dos refugiados palestinos, criado a partir de 1948.⁽¹⁾

"Decidimos levantar, então, a estátua de Agar na praça da fonte de Maria. A estátua, de cinco metros de altura, estava a ser construída no hall do centro cultural da Câmara de Nazaré, que já foi incendiada várias vezes. Os artistas plásticos tinham terminado o primeiro molde de material sintético, que depois seria revestido de um segundo material para finalmente completar a estátua em bronze. Como era meia-noite, foram mudar de roupa para se irem embora e descansar para continuar o trabalho no dia seguinte. Cinco minutos depois, a estátua estava em chamas. Foi queimada com um combustível especial. Um cigarro, por exemplo, teria feito com que ela desaparecesse mas nunca que ardesse em chamas. Alguém que por



Foto: Reinhold F. ...

ali estava infiltrado, aproveitou a primeira oportunidade para acabar com o trabalho.

"Se pensaram em amedrontar-nos, enganaram-se". No dia seguinte, fiz um comunicado à imprensa informando que a municipalidade tinha decidido reiniciar imediatamente o trabalho. E assim fizemos. A estátua já está quase pronta de novo."

As mesquitas destruídas

Com a mesma força que relata a luta para levantar a estátua de Agar, Zayyad refere-se às destruições de obras de arte e monumentos religiosos palestinos dentro de Israel. "Antes de 1948, 1/16 do território da Palestina pertencia ao *Wakf*

Taufic Zayyad: uma vida dedicada ao seu povo

TAUFIC Zayyad publicou numerosos livros de poesia e prosa, principalmente sobre o folclore palestino. Esteve muitas vezes detido, até ser eleito membro do Knesset e receber as imunidades parlamentares. Reconhece a OLP como único representante legítimo do povo palestino e defende como solução para o problema do seu povo a criação de um Estado palestino nos limites dos territórios ocupados em 1967, que coexistiria com o Estado de Israel partindo do reconhecimento mútuo das fronteiras.

Zayyad nasceu em Nazaré e diz que a sua família ali vive "desde antes do nascimento de Jesus". Antes de entrar na vida política teve uma importante actuação no Congresso de Trabalhadores Árabes, uma central sindical árabe.

Pai de três filhos, Zayyad deu à sua filha mais nova o nome de um dos poemas que a repressão sionista proibiu divulgar, e que significa "Luz". Quando a menina (actualmente com seis anos) nasceu, a esposa de Zayyad — também poeta — escreveu uma carta ao ministro do Interior. (Naquela altura, o regime israelita defendia uma campanha maciça de controlo da natalidade entre a população árabe, porque, segundo os índices demográficos, antes do fim do século os árabes igualariam a população judia de Israel). Na carta, a sr.^a Zayyad afirmava que a pequena era a "sua melhor contribuição para a campanha do ministro, confiante em que Luz saberá levantar bem alto a bandeira palestina".

"A carta, afirmava Zayyad, teve ampla repercussão nos meios de comunicação social e valeu-nos sérias

represálias. Mas produziu um efeito psicológico muito importante entre a população árabe, empenhada em fazer fracassar a campanha do regime".

Não iremos embora

Taufic Zayyad

*Aqui
sobre os vossos peitos
persistimos como uma muralha
nas vossas goelas como cacós de vidro
[imperturbáveis
e nos vossos olhos como uma tempestade
[de fogo*

*Aqui
sobre os vossos peitos
persistimos como uma muralha
em lavar os pratos nos vossos tugúrios
em encher os copos dos senhores
em esfregar as lajes das cozinhas negras
para poder tirar a comida dos nossos filhos
dos vossos caninos azuis*

*Aqui
sobre os vossos peitos
persistimos como uma muralha
famintos nus provocadores declamando
[poemas*

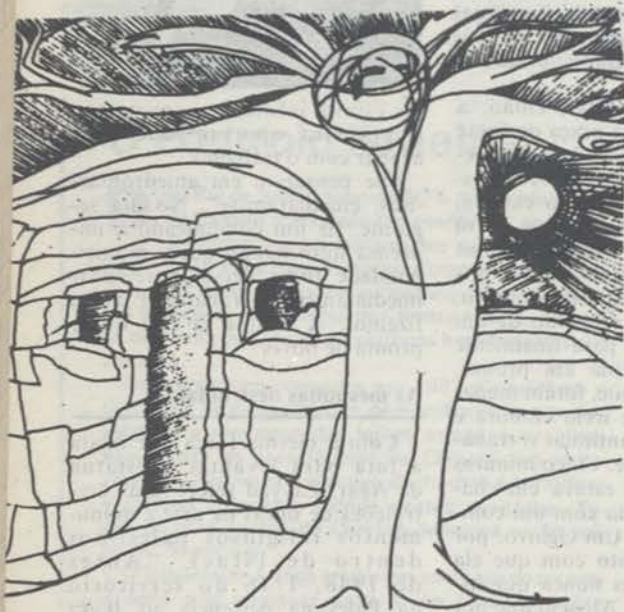
*Somos os guardiões da sombra
das laranjeiras e das oliveiras
semeamos as ideias como o fermento
[na massa*

*nosso nervos são de gelo
mas os nossos corações vomitam fogo
quando tivermos sede espremeremos
[as pedras
e comeremos terra quando tivermos fome
mas não iremos embora
e não seremos avaros com o nosso sangue*

*Aqui
temos um passado e um presente*

*Aqui
está o nosso futuro*

(De Aperto as suas mãos)





"Temos que fazer com que os palestinos em Israel se sintam orgulhosos da sua cultura"

(Islão), aos muçulmanos religiosos, estando aí compreendidos todos os monumentos, mesquitas, centros religiosos, etc. "Depois de 1948, todas essas terras foram confiscadas pelo Estado judeu que nunca mais realizou uma obra de restauração. Actualmente existem em Israel centenas de monumentos religiosos palestinos destruídos; as bibliotecas religiosas foram saqueadas e arrasadas com os povoados; as obras de arte foram roubadas. Velhas mesquitas de diversos estilos estão em ruínas. Há poucos meses, em Jaafa (Haifa), a *madana* (minarete) da mesquita foi bombardeada, apesar do seu grande valor artístico. Era a Grã-Mesquita da Hassan, que estava muito deteriorada por falta de restauração. Os povoados árabes de Jaafa reuniram-se num comité para tentar reconstruir o minarete.

"Porém, as afrontas à nossa religião não ficam por aí. Em Jerusalém, há antigos locais de oração transformados em *night clubs*. Inclusive o hotel Hilton foi levantado sobre os alicerces de uma antiga construção árabe, onde estavam

sepultados alguns mártires da história palestina, cujos túmulos foram removidos para se fazerem as escavações necessárias para as fundações do hotel."

Pescoço partido

Perguntamos a Zayyad se não tinham aliados entre a população judia de Israel, que pudessem juntar-se à luta dos árabes para a reconquista dos seus direitos.

"A população judia consciente é uma minoria. Ultimamente, depois da invasão do Líbano, surgiram movimentos como o "Paz Agora". Mas até onde se pode dizer que o "Paz Agora" é pacifista? A maioria dos seus militantes apoiou a invasão, mas só até 45 quilómetros para dentro do território libanês, e não até Beirute. Isto é uma subtilidade ingénua. Quando uma invasão começa, não se pode ditar limites, muito menos com a lógica do governo Begin. O "Paz Agora" grita contra os novos colonatos judeus em terras árabes ocupadas, mas não diz nada sobre os colonatos anteriores nem condena a con-

fiscação de terras árabes dentro do território de Israel.

"Por outro lado, o Partido Trabalhista está a ser corroído por dentro, com a rivalidade entre Shimon Peres e Yitzhak Rabin. E há militantes do trabalhismo que são mais radicais que o próprio Begin em relação ao problema palestino. Não aceitam a retirada israelita do Líbano, não reconhecem a OLP, não querem ouvir falar sequer num Estado palestino.

"Esta é a tragédia de Israel: com Begin, não tem saída. A alternativa do Partido Trabalhista não apresenta nenhuma viabilidade para enfrentar os graves problemas que herdaria, tanto em política interna como externa. E os sectores ideologicamente mais lúcidos são minoritários. Se não houver uma mudança de direcção significativa, Israel vai acabar por partir o pescoço. Caminha para a autodes-truição." □

(1) Data da criação do Estado de Israel.

O regresso de Thomas Sankara

A "prova de força" entre as duas facções militares terá acabado por aqui? Será possível para Sankara e para aqueles que estão com ele imprimir novos rumos à economia do país?

Alice Nicolau



NA noite de 4 para 5 de Agosto de 1983, o Alto Volta conhecia o seu quarto (ou quinto) golpe de estado em vinte e três anos de independência. Em certo sentido, trata-se de um sintoma de instabilidade, tanto mais evidente quanto é certo que todos esses golpes de estado foram desferidos em inquietante sucessão nos últimos anos. O que acontece, porém, é que a instabilidade política

reflece uma constante popular que vem já desde 1966: o desejo de libertação das camadas sobre as quais recaem com toda a dureza o subdesenvolvimento e o neocolonialismo.

Em todos os golpes

Digamos que o golpe de estado agora capitaneado por Thomas Sankara conhece um atraso de,

pelo menos, três anos. Este é, finalmente, o golpe daqueles militares que tiveram de ficar na sombra em Novembro de 1980, que tiveram de continuar na sombra em Novembro de 1982 e que sofreram um revés passageiro em 17 de Maio de 1983. Encaradas assim as coisas, vê-se como é ridículo atribuir o acesso do capitão Sankara ao poder a quaisquer conspirações libias ou a quaisquer caprichos de mili-

tares ávidos de poder. Segundo todas as indicações, a tomada de poder por Sankara e pelos jovens militares mais progressistas do país, com o apoio dos sindicatos, estudantes e das camadas mais conscientes, longe de ser um simples "quartelazo", pretende ser o começo de uma autêntica revolução, adiada pelo menos, desde a queda do general Lamizana, em Novembro de 1980.

Herói popular desde que se distinguiu na guerra fronteiriça com o Mali em 1974, Sankara tem estado em todos os golpes. Em 1980, um grupo de jovens oficiais dispunha-se a repetir no Alto Volta aquilo que tem ocorrido em vários países africanos: colocar o poder nas mãos da única entidade organizada (as Forças Armadas) e capaz de levar por diante as tarefas do desenvolvimento económico. Os oficiais superiores adiantaram-se ao jogo dos mais jovens e derrubaram eles o governo Lamizana. Contudo, os militares que ocuparam o poder em Uagadugu, sob a chefia de Saye Zerbo, começaram por chamar ao governo elementos progressistas das Forças Armadas (como Thomas Sankara) e por seguir uma política de conciliação social, em especial com as centrais sindicais, que são a única força civil organizada no país.

A incapacidade demonstrada pelo novo poder lançou o Alto Volta num período de reivindicações populares, encabeçadas pelas centrais sindicais. Renascia uma constante negativa da vida voltaica: o confronto aberto entre governo e sindicatos. Para esta situação, o regime de Saye Zerbo não conseguiu encontrar saída: limitou-se a seguir as pisadas dos antecessores, isto é, a usar as armas repressivas. Mandou prender o dirigente da Central Sindical Voltaica, dissolveu esta central e proibiu o direito à greve. O fim do regime Zerbo ficou marcado no dia 24 de Abril de 1982, quando o capitão Sankara saiu do governo e acusou os seus antigos colegas de corrupção e submissão aos interesses neocolonialistas.

De primeiro-ministro para a prisão

Em Novembro do mesmo ano,

o regime de Saye Zerbo tombava. Dessa vez o poder foi parar às mãos do major médico Uedraogo.

Todos viram a sombra de Sankara nesse golpe, mas não tardou que a figura do capitão fosse apagada, decerto porque os elementos mais progressistas do exército não tinham força para ocupar a primeira fila do palco.

De Novembro de 1982 até Agosto de 1983 o que se passou no Alto Volta foi uma luta pelo poder entre as duas facções das Forças Armadas, que em Novembro tinham derrubado Zerbo: uma, que prefere manter o Alto Volta sob a soberania francesa e a sub-suzerania da Costa do Marfim; outra, que pretende novos rumos para a vida do país.

Em Maio, por curiosa coincidência, quando o conselheiro especial do presidente Francês, Guy Penne, se encontrava de visita a Uagadugu, Sankara e outros oficiais progressistas foram presos. Constituiu-se posteriormente um governo composto exclusivamente por ministros ligados aos interesses franceses. Os sectores militares anticomunistas pareciam ter ganhado a partida. Anunciava-se a dissolução das estruturas militares do poder e o regresso das tropas aos quartéis, com promessa de eleições gerais para 1984. Mas a acção — uma vez mais — do regimento de paraquedistas do Pô, comandado pelo capitão Blaise Compaoré pôs um travão àquilo que poderia ter resultado no silenciamento total dos militares de esquerda. Segundo algumas interpretações, o próprio major Uedraogo, ao anunciar a dissolução das instâncias supremas do Conselho de Salvação do Povo, pretendeu apenas impedir que a extrema-direita militar se apoderasse dessas instâncias.

No dia 30 de Maio, o ex-primeiro-ministro Sankara foi libertado e colocado sob residência vigiada. A partir daí, tornava-se claro que a direita militar não conseguia esmagar os elementos progressistas das Forças Armadas. Ao mesmo tempo, a popularidade de Sankara atingia um grau qualitativamente novo: a sua residência tornara-se uma espécie de Mecca para as populações que não lhe largavam a porta, em peregrinações constantes, cujo significado político não esca-



Saye Zerbo, deposto em Abril de 82

pava a ninguém.

Inimigos poderosos

Agora que Sankara regressou ao poder, depois de um rápido tiroteio e mediante um golpe de estado quase sem oposição, duas questões se levantam: 1 — a "prova de força" entre as duas facções militares terá acabado aqui? 2 — será possível para Sankara e para aqueles que estão com ele imprimir novos rumos à economia do Alto Volta?

Os inimigos de Sankara são muito poderosos. O jovem capitão tem contra si a Costa do Marfim, a França e todo aquele poderoso conjunto mundial que se compraz em explicar as mudanças sociais por meio de uma campanha simplista. Neste caso, brandindo a estafada "ameaça líbia". Lembremos que uma das "razões" que levaram à prisão de Sankara foi a viagem por ele organizada do dirigente líbio, Kadhafi, ao Alto Volta, viagem que se fez sem que o próprio presidente Uedraogo dela tivesse tido conhecimento prévio.

O facto de Sankara ter iniciado a sua carreira de primeiro-ministro com uma viagem à Líbia foi igualmente um pretexto para configurar esta coisa aberrante de falar sobre o expansionismo líbio em África a propósito do Alto Volta...

Este tipo de argumentos, por mais absurdo que seja, acaba por ser convincente e levar muita gente atrás. Que fazer quando os mais reputados jornais do mundo anunciam o golpe de Sankara acentuando no título e em cada

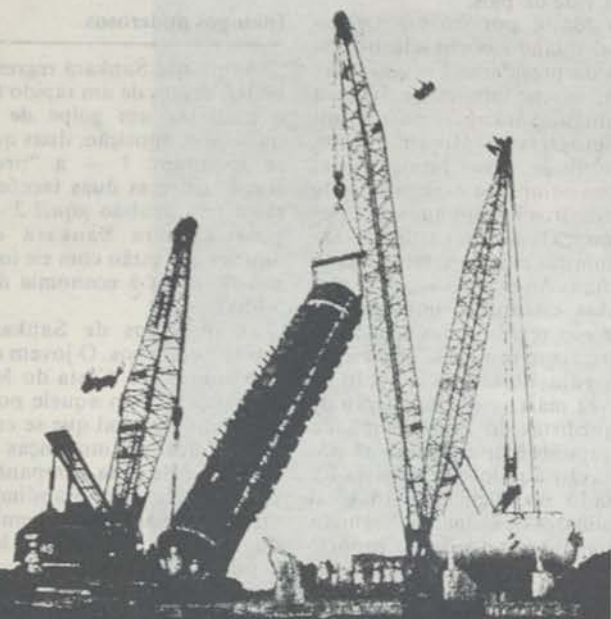
A confiança nos nossos serviços transporta-nos a outros países:

Estamos em CABO VERDE:

- Slip-way do porto do Mindelo;
- Rede de fluidos dos estaleiros de S. Vicente;
- Estação de enchimento de gás butano e propano da Cidade da Praia.

Estamos em ANGOLA:

- Reabilitação e novos trabalhos da Fábrica de Cimentos de Angola — CIMANGOLA.



ESTAREMOS ONDE FORMOS NECESSÁRIOS!

SERVIMOS AS INDUSTRIAS:
PETROLEOS · PETROQUIMICA · QUIMICA · CIMENTOS · NAVAL · ENERGIA · CELULOSE · PAPEL ·
SIDERURGIA · MINEIRA · AGRICOLA · ALIMENTAR

- Montagem de estruturas metálicas · Porticos · Pontes rolantes e transportes
- Movimentação · Elevação · Montagem de equipamentos pesados
- Montagem de torres processuais · Reservatórios de armazenagem
- Pre-fabricação e montagem de tubagem
- Montagem de equipamento rotativo
- Cedência de pessoal especializado

TONUS MONTAGENS E ALUGUER DE MÁQUINAS, SARL

1000 LISBOA · 4100 PORTO · 2902 SETÚBAL · 7250 SINES · TELEX 15860

uma das linhas da notícia que se trata de uma tomada do poder por um militar simpatizante de Kadhafi? Já se imaginou a força deste tipo de condicionamento psicológico, quando ele é repetido à exaustão em todas as capitais bem-pensantes deste mundo?

Uma maquiavélica engrenagem

E aqui entroncamos na segunda questão. Para o Alto Volta, como para tantos outros países africanos, tornou-se evidente que a sujeição aos interesses dominantes desde a hora da independência política, equivalerá à manutenção do subdesenvolvimento e da miséria da esmagadora maioria das populações. Este país, um dos mais pobres do mundo, afectado pela seca (que lhe fez perder a riqueza pecuária), senhor de importantes potencialidades mineiras e de irrigação, não conseguiu até hoje que os seus "protectores" fizessem esforços de financiamento para lhe resolver os problemas de base. As reservas de manganês, vanádio, bauxite, zinco, chumbo e níquel mantêm-se por explorar, porque tal é o interesse de potências neocoloniais a quem foram concedidas as licenças de prospecção e exploração. O projecto de aproveitamento dos Três Volta, pedra angular de qualquer esforço de auto-abastecimento alimentar, e tornado hoje mais do que nunca uma condição *sine qua non* de desenvolvimento, nunca encontrou financiadores. Em face disso, que surpresa pode causar o facto de os militares progressistas do Alto Volta procurarem na Líbia, e, através desse país, no Banco Árabe para o Desenvolvimento da Económica da África, aquilo que em vinte e três anos sempre lhe tem sido recusado ao seu país?

Mas como poderá o novo poder em Uagadugu lutar contra tantos inimigos poderosos ao mesmo tempo sabendo de antemão que o povo voltaico terá de viver ainda muitos anos com a fome por saciar e a sede por estancar? Há meios de o conseguir. Estarão presentes no Alto Volta de Agosto de 1983 os meios subjectivos e objectivos de escapar à maquiavélica engrenagem que tem devorado tantas esperanças dos povos africanos? □

- BENGUELA
Livreria 10 de Fevereiro
- BIE
Livreria 11 de Fevereiro
- CABINDA
Livreria Lunda
Quiosque Maiombé
- CALULO
Livreria 17 de Setembro
- DONGO
Livreria 2 de Março
- GANDA
Livreria 1.º de Maio
- HUAMBO
Livreria 8 de Fevereiro
Quiosque Albano Machado
- HUÍLA
Livreria 27 de Março
- K. KUBANGO
Livreria Kilamba
- KUANZA-NORTE
Livreria 10 de Dezembro
- KUANZA-SUL
Livreria Anibal de Melo
- LOBITO
Livreria 11 de Novembro
- LUANDA
Casa de Venda
Armazém Venda Grosso
Quiosque 4 de Fevereiro
Livreria Centro do Livro
Livreria Augusto N'Gangula
Livreria 4 de Fevereiro
- LUNDA-NORTE
Posto de Venda
- LUNDA-SUL
Livreria Deolinda Rodrigues
- MALANGE
Livreria 1.º de Agosto
Quiosque N'Dongo
- MOXICO
Livreria 14 de Fevereiro
- NAMIBE
Livreria Lutuíma
- NEGAGE
Livreria Saldy Mingas
- SOYO
Livreria Lundogi
- UÍGE
Livreria 10 de Dezembro
- ZAIRE
Livreria Sagrada Esperança

**LEVAR:
INFORMAÇÃO
CULTURA
CIÊNCIA
FORMAÇÃO**



são as tarefas da EDIL



Distribuindo jornais, revistas e livros, bem como material didáctico e escolar, a EDIL contribui para a formação cultural do povo de Angola. A EDIL é a distribuidora exclusiva de cadernos do terceiro mundo para todo o território angolano.

EDIL Empresa Distribuidora Livreira
Caixa Postal 1245 — Rua da Missão, n.º 107/111
Luanda - República Popular de Angola

Uma plataforma para o Pentágono

Está a ser construída uma base secreta dos EUA, no Egipto, segundo o quadro dos acordos com Sadat e ratificados por Mubarak

A revelação provocou irritação na Casa Branca e polémicas no Congresso norte-americano. Em fins de Junho, o jornal *Washington Post* noticiou a instalação secreta de uma base aérea militar dos Estados Unidos numa zona desértica do Egipto. O Departamento de Estado desmentiu a notícia e, como réplica, o jornal da capital norte-americana citou fontes oficiais. Não houve mais comentários governamentais.

Segundo o *Washington Post*, a construção da base foi decidida há um ano com a finalidade de reforçar as instalações terrestres que servem de apoio aos voos dos aviões *Awaks*, esses mastodontes voadores, que possuem ultra-sofisticados sistemas de controlo-radar e que a partir do Egipto têm a Líbia sob mira, abrangendo uma vasta zona.

O mal-estar do presidente Reagan é compreensível quando se lembra do atrito com o governo de Tripoli a propósito de uma suposta concentração de efectivos militares líbios nas fronteiras com o Egipto e o Sudão, países aos quais supostamente o regime de Khadafi iria agredir.

Esta versão foi fornecida por fontes oficiais norte-americanas em Fevereiro deste ano, acrescentando que tinham captado tais movimentos e oferecido aos hipotéticos agredidos, Egipto e Sudão, o apoio bélico da superpotência.

Para surpresa de muitos, o presidente egípcio Hosni Mubarak desmentiu a existência de concentrações de tropas líbias, deixando em incómoda posição o governo dos Estados Unidos. Mubarak procurava, assim, libertar-se dos negativos efeitos, em termos de imagem, de estar identificado como "sócio" norte-americano.

Os dados fornecidos pelo *Washington Post* indicavam que os *Awaks* da força aérea dos Estados Unidos transitavam pelo céu egípcio como em sua própria casa e que as autoridades norte-americanas prescindiam dos egípcios até na divulgação pública das informações ali obtidas.

Incremento da presença estrangeira

Desta vez, não se tratou de uma provocação como em Fevereiro, mas sim de uma revelação jornalística que chama a atenção sobre a multiplicação de bases norte-americanas em todo o mundo e, em particular, sobre a extensão da presença dos Estados Unidos no estratégico território egípcio.

Sabe-se que esta base secreta pode operar com pessoal reduzido ao mínimo — uns cem homens — mas tem possibilidades de abrigar um número maior. Segundo observadores de Washington, esta base seria a primeira de uma série de pontos de apoio que o Pentágono espera construir em Marrocos, Turquia, Libéria e Honduras e o segredo foi mantido, segundo a fonte informativa, devido "à sensibilidade do Egipto relativamente a estes assuntos".

A sensibilidade deve ser proporcional à intensidade da expansão militar norte-americana no domínio da soberania egípcia. O incremento desta presença estrangeira deveu-se aos acordos assinados pelo falecido presidente Anuar El Sadat, ratificados pelo seu sucessor Mubarak.

Devido à crise das relações Irão-Estados Unidos que atingiu o seu ponto culminante com a prisão de reféns em Teerão na embaixada norte-americana, o presidente Ja-

mes Carter anunciou perto do fim do seu governo, a criação de uma força de intervenção rápida de cem mil homens.

A notícia foi dada no contexto da exigência de assegurar o acesso norte-americano a zonas essenciais para a sua "segurança" e com o objectivo de ajudar "todos os países árabes ou islâmicos (do Golfo) vítimas de qualquer agressão externa". Derrubado o xá, polícia do Golfo ao serviço dos Estados Unidos, a superpotência sentiu a necessidade de ocupar o vazio, ainda que mediante a ostentação da força militar.

Como o grosso das unidades de intervenção rápida se encontram estacionadas em território norte-americano, a sua pronta mobilização requer uma rede de aeroportos e bases. Neste sentido, os acordos Washington-Cairo previram a concessão da base aeronaval da Ras-Banas, que deveria ser adaptada para tão discutível missão.

Estas obras demoraram por outro problema de soberania. O Pentágono, que parece confiar pouco nas forças armadas egípcias, pretende executar directamente os trabalhos, avaliados em cerca de 500 milhões de dólares.

O governo do Cairo, por seu turno, quer ser o encarregado das obras e nas negociações bilaterais ainda não se chegou a um acordo. Mas depois de um impasse, as discussões foram retomadas e os representantes do Pentágono acreditam que acabarão por chegar a uma solução.

Quanto aos sistemas *Awaks* com base no Egipto, seria interessante conhecer o nível de integração com os que operam na Arábia Saudita, supostamente sob a soberania deste país, mas manejados, de facto, por pessoal dos Estados Unidos. □

Assassínio e eleições no país de Banda

Relativamente à repressão e à violência, a única esperança de mudança, neste país, é a sucessão do velho "Conquistador"



Banda: até quando?

O panorama político deste pequeno país da África Austral pouco ou nada mudou com as eleições legislativas do passado mês de Junho. Dominado há mais de um quarto de século pela figura ditatorial de Hastings Kamuzu Banda, o Malawi tem tido, de facto, desde a sua independência, um regime de partido único: o Partido do Congresso (MCP). Pontual e automaticamente, o Partido do Congresso do Malawi conquista — como também o acaba de fazer nas últimas eleições — os 112 lugares da Assembleia Legislativa.

Entretanto, diversos elementos mostram que nem tudo anda "normal". Um exemplo é o facto de o acto eleitoral previsto inicialmente para 9 de Junho, ter sido adiado para os dias 29 e 30. Por outro lado, chamou a atenção o patrulhamento ostensivo, por parte dos militantes do MCP e das forças de segurança, de todas as áreas urbanas no dia da votação. Mas o

que de mais significativo aconteceu foi a notícia que circulou nos meios diplomáticos da capital e entre os militantes do movimento de libertação refugiados na Tanzânia e Zâmbia, segundo a qual teria havido graves incidentes no Norte do país, onde a oposição é mais forte e onde alguns oficiais do exército se teriam sublevado.

Sobre esta eventual sublevação não houve qualquer confirmação oficial, especulando-se, entretanto, que ela pode estar de alguma forma vinculada à morte misteriosa, no passado mês de Maio, de duas das mais influentes personalidades do país: Dick Matenje, secretário-geral do Partido do Congresso, e do "número dois" na hierarquia do poder, Aaron Gadama, ministro da Região Central.

Duas versões

Em relação à morte de Matenje e Gadama existem duas versões, a

oficial e a dos familiares de ambos. Segundo a polícia, as mortes foram consequência de um acidente automobilístico. Segundo as respectivas famílias, eles teriam sido assassinados pelas forças de segurança quando tentavam fugir para um país vizinho, uma vez que haviam caído em desgraça com Banda, por divergências políticas. Uma prova que as famílias exibem a seu favor é o facto de as fontes oficiais apenas terem divulgado a notícia das mortes de Matenje e Gadama vários dias depois.

Com efeito, não foi muito surpreendente a eventualidade — muito provável — de que realmente ambos tivessem sido eliminados. Os julgamentos sumários e a violência oficial são moeda corrente na administração Banda no que se refere ao tratamento a adversários políticos do "Conquistador", como é chamado o presidente.

Depois da independência, em

1964, quando Banda passou a exercer o poder, este afirmou que estaria disposto a "assinar um pacto com o Diabo" caso isso ajudasse a sua administração. Efectivamente aliou-se aos governos da África do Sul, da antiga Rodésia e ao poder colonial português. Em 1971, foi designado "presidente vitalício" e desde então tem-se transformado num governante cada vez mais autocrático e reaccionário, marginalizando todos os elementos que lhe foram hostis dentro do Partido do Congresso e eliminando da cena política os seus adversários, seja prendendo-os ou simplesmente mandando-os assassinar.

No plano externo, os seus vínculos com os regimes racistas e coloniais valeram-lhe a marginalização e a fama de ditador. O seu poder é quase absoluto, mas o "Conquistador" já é octogenário. Dentro e fora das fronteiras do país, discute-se o problema da sua sucessão. Recentemente circulou um rumor de que Banda se havia retirado pelo prazo de um ano e que deixara à frente do governo John Tombo, presidente do Banco Central do país.

No entanto, pouco tempo depois, era divulgado um comunicado oficial desmentindo a versão: Banda não só não tinha qualquer intenção de adoptar um descanso sabático, como não aceitava igualmente abrir o debate sobre a sua sucessão.

Luta pelo poder

No intervalo entre a notícia e o desmentido, pôde-se constatar que a luta pelo poder tinha de facto deflagrado, particularmente entre Tombo e Matenje, considerado como o mais provável sucessor de Banda.

Este episódio demonstra que independentemente da identidade das vítimas da repressão, os métodos não têm mudado. Há milhares de presos políticos no país, assim como são milhares os exilados nos países vizinhos. Em relação à "metodologia" do regime, são particularmente significativos os casos de dois dos mais notórios opositores do "presidente vitalício": Attati Mpakati e Orton Chirwa, este último, um ex-ministro de Banda.

Mpakati, presidente da Liga Socialista do Malawi (Lesoma), que do seu exílio em Maputo dirigia a oposição marxista a Banda, foi assassinado em Março passado, em Harare, capital do Zimbabwe, por dois agentes do Malawi. Chirwa, que ocupou a pasta da Justiça imediatamente após a independência e era o presidente do principal movimento de oposição ao regime, o Movimento da Liberdade do Malawi (Mafremo), foi condenado à morte juntamente com a esposa, Vera, a tesoureira do Mafremo.

A Amnistia Internacional tem denunciado em vão a irregulari-

dade do processo que durou sete meses e concluiu em 5 de Maio passado no Tribunal Tradicional de Blantyre. Resta agora a Chirwa a possibilidade de fazer um apelo à justiça. Entretanto, parece que o presidente do Supremo Tribunal Tradicional estaria igualmente implicado em turvos episódios da política do Malawi. Por outro lado, um ano e meio depois, não foram ainda esclarecidas as circunstâncias da detenção de Chirwa, ocorrida segundo as autoridades, em território malawiano quando pretendia levar por diante um levantamento contra Banda. Entretanto, a versão dos seguidores de Chirwa afirma que o presidente opositorista foi sequestrado em território zambiano por um comando policial do Malawi.

O que demonstram estes episódios é que a oposição, desmantelada e reprimida desde as suas raízes, dificilmente poderá combater o regime com êxito enquanto Banda estiver vivo. As possibilidades de algumas mudanças mais profundas começam a vislumbrar-se depois da morte do "presidente vitalício", altura em que se poderá produzir uma liberalização do regime.

Saído do esquecimento habitual pelas eleições municipais, o Malawi parece encaminhar-se novamente para a rotina ditatorial que lhe assegura o seu "Conquistador". □

Depois das eleições municipais, que em nada alteraram a situação de miséria do povo, o Malawi volta à rotina ditatorial

D.R. "Africa-Asie"



Mudança na guarda real

Mesmo com a mudança do primeiro-ministro, a monarquia anda às voltas com uma séria crise político-institucional

A proibição dos partidos políticos e de toda a oposição, não impediram a crise do regime no Nepal. O pequeno país dos Himalaias é regido por uma monarquia absolutista, apenas amenizada por um Parlamento "sui generis" que, mediante um voto de desconfiança, destituiu o primeiro-ministro Surya Bahadur Thapa alegando casos vergonhosos: corrupção, incapacidade para manter a segurança dos cidadãos, conduta desajeitada frente à carestia dos produtos básicos e deficiente condução da economia.

As acusações contra Thapa, apesar de ter sido designado para o cargo segundo proposta do rei Birendra, foram lançadas pelo seu rival, Lokendra Bahadur Chang. O resultado da moção de desconfiança aprovada no passado dia 11 de Julho surpreendeu a maioria dos observadores, que não esperavam que Thapa ficasse em minoria: 108 votaram contra ele, 12 a favor e 11 abstiveram-se.

O acto seguinte consistiu na designação de Chang para primeiro-ministro, por unanimidade.

O cargo de primeiro-ministro corresponde, no Nepal, ao chefe do executivo, mas este, por seu turno, depende completamente das indicações do rei.

Depois de uma abertura à monarquia parlamentar, o regime voltou às formas absolutistas, em 1961. Desde então os partidos políticos foram ilegalizados e os opositores perseguidos.

Nestas condições Birendra convocou um referendo para se optar entre um regime sem partidos e uma democracia parlamentar. O controlo da situação e as dificuldades da oposição favoreceram o



Birendra: o retorno ao absolutismo

governo que obteve 55 por cento dos votos, enquanto os partidos da alternativa democrática apenas lograram os restantes 45 por cento.

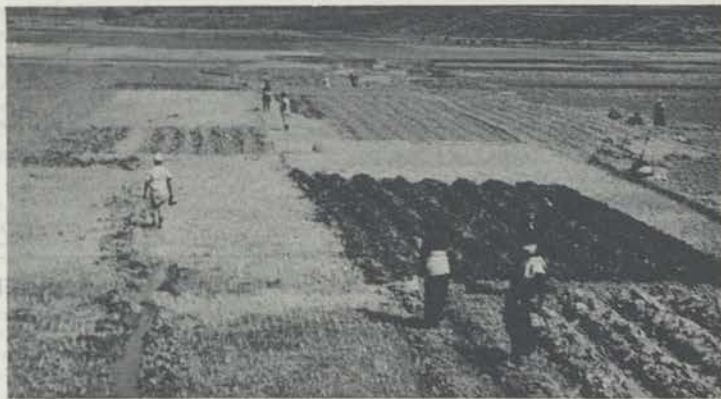
A oposição, liderada pelo Partido do Congresso, absteve-se de participar num sistema que a privava de garantias e até de reconhecimento legal. Deste modo, nas eleições para a Assembleia Nacio-

nal, apenas se apresentaram partidários do regime.

A crise que originou a destituição de Thapa, designado em 1979, consistiu assim numa divisão dentro das fileiras do regime, apesar do triunfo esmagador obtido por Chang, e reduziu o alcance de uma disputa que parecia inicialmente ir dividir a assembleia em duas metades.

O problema para Chang é agora de outra natureza. Ao filtrar uma lista de imputações contra o seu rival, o actual primeiro-ministro tem à partida a sua imagem comprometida com uma série de êxitos de difícil obtenção. Ou seja, deveria eliminar a corrupção, solucionar os graves problemas de falta de géneros, em particular, e da debilidade da economia, em geral. Mas estes males não se devem apenas aos efeitos de Thapa. Têm a sua origem também nas estruturas feudais do país — as quais não é provável que Chang pretenda modificar — e aos efeitos da recessão mundial. □

As estruturas feudais são a causa principal da crise em que vive o país





IMPORIUM

COMÉRCIO DE REPRESENTAÇÕES, IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÃO, LDA

Amizade e Cooperação



International Trading

REPRESENTAÇÕES EXCLUSIVAS PARA TODA A ÁFRICA

Rua Keil do Amaral, loja 19 ● 1900 LISBOA ● Portugal
Tedi. 851290/850098/850148 ● Telex 43 448 P

As "miragens" do modelo baseado na exportação

Os resultados obtidos pelo Brasil, México e Coreia do Sul demonstram que a política de exportar a qualquer custo nem produz milagres nem é uma solução para o Terceiro Mundo

André Gunder Frank (*)

HONG Kong, Singapura, Formosa e Coreia do Sul (o "Gang dos Quatro") e, às vezes, o México e o Brasil são apontados com cada vez maior frequência como Países Recém-Industrializados (PRIs) cujos "milagres" desenvolvimentistas são tidos como um novo "modelo" de "desenvolvimento induzido pelas exportações" e da estratégia de desenvolvimento que deveria ser adotada pelo Terceiro Mundo. Trata-se de um argumento ouvido frequentemente em círculos governamentais e internacionais que, por isso mesmo, não precisa ser aqui repetido. Por outro lado, convém examinar algumas das limitações, para não dizer falácias, desta tese em geral e indicar alguns dos motivos pelos quais as particularidades, especialmente do "Gang dos Quatro", não podem ser generalizadas e aplicadas ao Terceiro Mundo como um todo. Para isso, devemos examinar esta tese do ponto de vista de um sistema mundial.

Em primeiro lugar, quando a tese fala em "milagre" e "modelo", está a ser incoerente, pois uma coisa contradiz a outra. Se a experiência da Coreia do Sul, da Formosa, de Hong Kong e de Singapura (e, até certo ponto, da região fronteiriça entre o México e os Estados Unidos e da região de São Paulo, no Brasil) é realmente mi-



Foto: Georges Gahleitner

lagrosa, ou seja, extraordinária e quase inexplicável em termos normais, não pode então servir propriamente de modelo para o resto do Terceiro Mundo, pois seria muito difícil a este último reproduzir as mesmas circunstâncias desta experiência. Esta limitação tem, pelo menos, dois aspectos: um geral e outro particular.

A inviabilidade do modelo

A limitação geral é a de que o

desenvolvimento induzido pelas exportações de um pequeno grupo de países pequenos e a absorção das suas exportações pelo resto do mundo é uma coisa e a generalização deste desenvolvimento induzido pelas exportações para esse mesmo resto do mundo (cujos produtos seriam importados por quem?) é outra, muito diferente. Consideremos as perspectivas e problemas de exportações ao estilo de Hong Kong e Formosa numa escala chinesa ou indiana, para não falar numa escala de Terceiro Mundo. A mera impossibilidade de tal "modelo" é intuitiva e evidente. A análise do ponto de vista do sistema mundial revelará os motivos "científicos": experiências particu-

(*) O presente artigo de André Gunder Frank apareceu no número 33 do boletim bimestral "IFDA Dossier" e o autor autorizou a sua publicação em todas as edições de "cadernos do terceiro mundo". O IFDA (Fundação Internacional para Alternativas de Desenvolvimento), tem sede em Genebra e nele participam destacados estudiosos do Norte e do Sul.

lares de crescimento, tais como a desses PRIs, como a da Europa e do Japão no pós-guerra e, de facto, como a própria revolução industrial, não podem — como não puderam — ser generalizadas para o resto do mundo, precisamente por terem ocorrido onde e quando ocorreram, excluindo assim o resto do mundo e impedindo que este fizesse o mesmo. Erich Hobsbawm não precisou de nenhuma “análise do sistema mundial” para demonstrar que, em 1800, o mundo não comportava mais do que a revolução industrial que ocorreu na Grã-Bretanha. Aparentemente, o que ele tinha em vista eram as limitações da procura que restringiam o desenvolvimento britânico, para não falar do desenvolvimento do resto do mundo. Limitações de procura semelhantes, ocorrem em relação aos PRIs, e sabemos hoje que também existem limitações de oferta (num mês, um quarto da população mundial consome três quartos dos recursos do mundo). Mas, como já foi salientado pela análise do imperialismo, da dependência e do sistema mundial, a própria configuração do desenvolvimento dos países “líderes” tem sido baseada — e, com efeito, tem gerado — na *incapacidade* de ser imitada por grande parte do resto do mundo. O motivo subjacente, segundo a análise do sistema mundial, é que este desenvolvimento ou esta ascensão é incorrectamente visto como tendo ocorrido em determinados países, quando, na verdade, é um dos processos do próprio sistema mundial.

O desenvolvimento induzido pelas exportações dos PRIs é também parte integrante do processo de acumulação de capital numa escala mundial: a fim de reduzir os custos da produção e permitir um desenvolvimento tecnologicamente mais avançado noutros países, parte da produção que requer grandes contingentes de mão-de-obra (e parte daquela que requer grandes investimentos de capital) é transferida para países recém-industrializados. Este processo, porém, está longe de ser isento de problemas, uma vez que gera pressões proteccionistas nos países produtores “tradicionais”, agrava os desequilíbrios financeiros e de

comércio externo, e é ameaçado pelo possível colapso do sistema comercial e financeiro mundial, para cuja instabilidade o próprio processo contribui. Os problemas seriam ainda maiores se houvesse um maior número de países recém-industrializados.

Mas existem muitas outras limitações particulares à generalização do desenvolvimento induzido pelas exportações, segundo o modelo do “Gang dos Quatro”, que são típicas destes países e de outros que possam tentar seguir-lhes os passos.

Todos os quatro países asiáticos recém-industrializados são fundamentalmente caracterizados por terem sido criados e terem sobrevivido por motivos *políticos* muito particulares. Além disto, e por isso mesmo, dois deles são cidades-estados. A Coreia do Sul e a Formosa foram evidentemente criadas como entidades “independentes” em decorrência da Guerra Fria contra a China e a União Soviética, e têm sido politicamente apoiadas e economicamente subsidiadas como peões estratégicos a serem utilizados contra elas.

Hong Kong surgiu na história para ocupar uma posição igualmente peculiar, e Singapura tornou-se Estado em virtude da preponderância da população chinesa de ultramar na península Malaia (que tinha ainda às suas costas a suposta ameaça da China).

Estas circunstâncias com carácter de política mundial (para não falar das vantagens das cidades-estados que beneficiam dos seus respectivos territórios vizinhos sem qualquer responsabilidade económica ou política em relação a eles) podem ser politicamente miraculosas — e até certo ponto explicam os seus milagres económicos — mas dificilmente poderiam constituir um modelo a ser duplicado *ad infinitum* noutras regiões do Terceiro Mundo.

Gerador de dependência

Além de impossibilidade de adoptar como modelo o “gang” dos quatro Países Recém-Industrializados, a conveniência dos seus “milagres” como modelos de desenvolvimento é, pelo menos, discutível. Os supostos méritos do



A indústria de exportação...

desenvolvimento induzido pelas exportações são os de esse desenvolvimento normalmente gerar divisas que por sua vez contribuem para melhorar a balança de pagamentos, proporcionar emprego de modo a eliminar ou reduzir o desemprego, promover a importação de tecnologia e a qualificação da mão-de-obra de modo a fomentar o desenvolvimento tecnológico, e promover o desenvolvimento integral do país em geral. Mas o facto é que o desenvolvimento induzido pelas exportações não suporta o teste da experiência em nenhum destes quatro aspectos, e por muito bons motivos.

Longe de melhorar a balança de pagamentos, o desenvolvimento induzido pelas exportações deteriora-a a ponto de gerar graves crises de pagamentos externos, como já o verificaram — para seu alarme e para alarme da comunidade bancária — os três maiores exportadores entre os países recém-industrializados: Coreia do Sul, Brasil e México. A fim de exportar, os PRIs precisam de importar matérias-primas, componentes, tecnologia e técnicos muito bem pagos, cujo valor é frequentemente exagerado mediante preços de transferência entre as transnacionais. Estas, por seu turno, reduzem o preço das exportações, reduzindo ou eliminando assim o ganho em divisas estran-



...gera graves problemas internos, como políticas repressivas e aumento de desemprego

geiras e o valor adicionado que gera impostos no país onde elas estão a operar.

A principal atração dos países recém-industrializados são os baixos salários que neles prevalecem e, em segundo lugar, os subsídios estatais (que muitas vezes envolvem componentes importados também para a infra-estrutura local). Assim sendo, o ganho em divisas das exportações é menos do que o país paga em importações, que já era inicialmente baixo, ficou ainda mais reduzido mediante preços de transferência e outros truques. O resultado é que os países que estabelecem este tipo de política necessitam contrair empréstimos cada vez mais avultados para satisfazer as suas necessidades de importação, já que a produção destinada à exportação interfere com a produção para consumo interno. Assim, aumentam as necessidades de importação, especialmente na área de produtos agrícolas (alimentos). Como consequência de todo este processo, os PRIs têm de refinarçar ou definir novos termos de amortização para as suas dívidas, a juros e outras condições cada vez mais onerosas.

O desenvolvimento induzido pelas exportações gera, certamente, emprego. Mas, este emprego é instável, devido aos altos e baixos do mercado mundial. Por outro lado, este modelo econômico gera tam-

bém desemprego, uma vez que interfere com a indústria e com a agricultura voltadas para o mercado interno e expulsa para as cidades um número superior de trabalhadores em relação aos empregos que cria. Em Hong Kong e em Singapura, este processo é invisível dentro dos limites do "país", mas, no México e no Brasil, bem como na Malásia, nas Filipinas e, agora, na própria Taiwan (Formosa), o desemprego gerado por esta estrutura é cada vez mais evidente.

Quanto ao desenvolvimento tecnológico, também este é incerto. A produção para exportação dos países recém-industrializados consiste em componentes ou processos que utilizam mão-de-obra intensiva, com uma linha de montagem dependente de um processo industrial mundial, no qual outros países se especializam nos processos com tecnologia mais avançada e na promoção do desenvolvimento da própria tecnologia. Por consequência, o país recém-industrializado e o seu contingente de mão-de-obra experimentam apenas um desenvolvimento tecnológico e qualificação discutíveis. Mesmo

nos casos em que os PRIs produzem mercadorias no seu estado final (tais como camisas, rádios ou até mesmo automóveis) estão simplesmente a aumentar a sua integração dependente numa divisão mundial de trabalho e num tipo de





O "modelo" brasileiro, por exemplo, fez crescer o êxodo para as cidades, deteriorando as condições de vida das populações

desenvolvimento tecnológico no qual lhes cabe apenas as contribuições menos remuneradoras e tecnologicamente obsoletas, com os respectivos baixos lucros.

Longe de contribuir ou até mesmo estabelecer as bases para um desenvolvimento tecnológico relativamente autónomo e auto-suficiente com base nos recursos e capacidades nacionais — tal como foi o caso pioneiro da Coreia do Norte — o desenvolvimento dependente, induzido pelas exportações, segundo o modelo da Coreia do Sul, torna cada vez mais impossível um desenvolvimento nacional integrado e independente. Ao mesmo tempo, mantém a economia num baixo estágio de desenvolvimento tecnológico em termos mundiais.

Economia e direitos civis

Não se deve esquecer que o "desenvolvimento através de exportações" não é novidade na história do desenvolvimento mundial: foi o que ocorreu com o desenvolvimento na própria Inglaterra e com o desenvolvimento induzido pelas exportações nos EUA, Canadá e Austrália, em épocas e circunstâncias excepcionalmente favoráveis dentro do processo mundial de acumulação de capital. Também

grande parte do Terceiro Mundo foi atraída ou empurrada para um desenvolvimento à base de exportações de matérias-primas em condições desfavoráveis ditadas pelas exigências da acumulação de capital numa escala mundial⁽¹⁾ — mas noutras partes do mundo —, sem que os países exportadores se tornassem desenvolvidos ou beneficiassem deste processo.

O recente e dependente desenvolvimento induzido pelas exportações de manufacturas e produtos agro-industriais para o mercado mundial em nada difere do velho desenvolvimento induzido pela exportação de matérias-primas, que foi uma das causas originais do subdesenvolvimento do Terceiro Mundo.

Finalmente, devemos levar em conta os custos políticos do desenvolvimento induzido pelas exportações, que já encontraram eco até mesmo nos corredores do Congresso dos Estados Unidos. Depoimentos ali apresentados confirmam que, "no âmago dos problemas da área dos direitos humanos da Coreia (do Sul), está a estratégia de crescimento económico daquele país, uma estratégia que requer a repressão e a manipulação da mão-de-obra (...) e o rígido controlo da liberdade de expressão política. (...) A ausência

de plenos direitos humanos não é arbitrária nem mera coincidência: é o resultado da opção de adoptar um modelo económico voltado para as exportações, sem ter em conta as necessidades internas". (Actas do Congresso, 5 de Abril de 1978: H 2517).

O próprio Senado norte-americano preparou um documento no qual, "como já demonstrámos, parece haver em muitos países uma relação directa entre dificuldades económicas e repressão política. (...) A desvantagem destas medidas (de criar um clima favorável ao investimento estrangeiro e ao sector privado em geral) é que (...) elas podem levar igualmente a um maior desemprego, à redução do bem-estar social, e a um padrão de vida mais baixo para o povo. (...) As exigências dos credores, no sentido de implantar programas drásticos de austeridade económica (...) só podem ser impostas à custa das liberdades civis nos países que os adoptam", conforme o relatório do Comité dos Negócios Estrangeiros do Senado dos Estados Unidos, "Dívidas Externas, Bancos e Política Externa Norte-Americana", de Agosto de 1977. □

⁽¹⁾ Foi, por exemplo, a experiência da época colonial.

Portugal-Moçambique estreitam relações comerciais

As trocas entre os dois países têm conhecido um incremento assinalável. A XIX Feira Internacional de Maputo veio comprovar

PRESENÇA tradicionalmente marcante nas diferentes edições da Feira Internacional de Maputo, a indústria portuguesa coube este ano o maior pavilhão da FACIM, com um total de 1335 metros quadrados.

Com produtos cuidadosamente seleccionados e particularmente escolhidos atendendo às particularidades da economia moçambicana, foi consideravelmente elevado o número de industriais que este ano se deslocaram a Maputo, entre 26 de Agosto e 4 de Setembro.

Apesar de consideradas por ambas as partes como muito positivas, as trocas comerciais entre Portugal e Moçambique não atingiram ainda o nível desejado, quer por um, quer por outro. Em 1975 as exportações portuguesas para Moçambique representaram 2,6% do conjunto das exportações de Portugal, tendo, no entanto, descido, ao longo dos cinco anos que se lhe seguiram, para 0,8%. Apenas em 1982 se inicia uma recuperação

do nível de exportações portuguesas para Moçambique, tendo-se conseguido, com efeito, recuperar parte do que se perdera, tendo a percentagem atingido então 1,6%.

1982 foi, até à data, o ano mais lucrativo para ambos os países em termos de trocas comerciais entre si. Enquanto Portugal importou 1 milhão e 122 mil contos de produtos moçambicanos, exportou, durante o mesmo ano, no valor de 5 milhões e 389 mil contos, o que é bem demonstrativo das vantagens portuguesas neste intercâmbio comercial.

Portugal importa de Moçambique essencialmente produtos naturais para alimentação, agricultura e indústria têxtil, exportando, por outro lado, produtos já transformados no campo alimentar e alfaias agrícolas. Também relativamente ao tipo de produtos importados e exportados por Portugal para Moçambique, é significativo o ano transacto. Assim, no ano de 1982 entraram em Portugal

oriundos de Moçambique 7539 toneladas de algodão em rama, seguindo-se em quantidade o sisal bruto, sementes, frutas e marisco. Em menor quantidade, mas igualmente significativo, encontraram-se o chá, fosfatos de cálcio, laranjas e veículos para pessoas e transportes de mercadorias.

As empresas portuguesas, recentemente representadas na FACIM em número considerável, exportaram, por seu turno, tecidos, bens alimentares e material tipográfico. Em menor quantidade mas não menos significativo, encontraram-se diversos tipos de material destinado à indústria de transporte.

A constituição de uma comissão mista luso-moçambicana e o incremento regular das relações comerciais entre ambos os países tem permitido um estreitar cada vez maior dos laços económicos entre Portugal e Moçambique, ao qual não são alheios os industriais portugueses, como ficou claramente demonstrado na edição da FACIM

Após a independência, as relações comerciais com Portugal verificaram uma acentuada quebra



A descolonização da arte

Partindo da sua experiência nas artes plásticas, o pintor muralista Lorgio Vaca examina o processo cultural do seu país, a Bolívia

Walter Esteves



Foto: E. Hipólito

Arte mural: uma expressão popular latino-americana que se renova

NA alternância dos momentos democráticos e ditatoriais, as lutas operárias e camponesas e o processo criador dos intelectuais e artistas revolucionários bolivianos fertilizaram o caminho libertador. Nas actividades diversificadas destes sectores há um fio condutor que explica a persistência do sofredor país andino em construir-se e formar-se, em desenvolver a sua presença activa como Nação.

O muralista Lorgio Vaca é uma expressão muito clara desses intelectuais e artistas revolucionários bolivianos. Surgido como expressão das actividades juvenis da revolução de Abril de 1952, e apesar das frustrações e interrupções sofridas por aquela epopeia de massas, o seu trabalho artístico mostra hoje esta vocação de realização nacional.

cadernos do terceiro mundo conversou com o muralista boliviano em Santa Cruz de la Sierra, sua cidade natal e epicentro da sua actividade artística e humana.

Reivindicar o melhor das culturas autóctones da América, significa que se devem desprezar os progressos da moderna cultura científico-industrial?

— Penso que não se devem desprezar os progressos da moderna cultura científico-industrial, mas que devemos desconfiar dela. Uma desconfiança profunda deve presidir a qualquer tentativa de apropriação dessa cultura, que é uma resposta às perguntas, às necessidades dos nossos opressores. Será preciso uma cuidadosa análise bem como uma recomposição para determinar, em cada caso, se ela pode responder às nossas próprias

perguntas e necessidades.

Qual será o destino provável de toda a tradição criadora dos ceramistas indígenas?

— Os ceramistas camponeses indígenas têm sido as grandes vítimas da cultura de consumo, filha da produção industrial de massas. Os vastos e ávidos mercados internacionais para onde se procura canalizar a produção artesanal indígena, necessitam de quantidades enormes de objectos de desenho e qualidade padronizados. Por isso, os artesãos acabam por se converter em máquinas, adulterando e diminuindo a qualidade dos seus trabalhos.

Por outro lado, nos seus lugares de origem tão-pouco podem competir com as bujigangas industrializadas que vêm de outros países, graças a políticas governamentais traidoras, que desorientam o mercado interno tradicional, o

único que pode exigir dos seus artesãos produtos legítimos, de nível criativo. O espírito criador que guia o trabalho feito com as mãos produz um objecto único, que pode ser útil a várias gerações. Uma bengala lavrada em prata, uma rica sela trabalhada ou uma grande vasilha de barro cozido, enterrada no pátio para armazenar a água da chuva na casa paterna, fazem-me pensar nisso.

Algo parecido ocorre nas Artes Plásticas. O artista de galerias tem que produzir rapidamente e muito. Parar e mudar segundo a procura. Aquele que faz arte mural reúne os seus esforços e o dos seus colaboradores numa única obra pública dirigida a muitos: presentes e futuros.

Na Bolívia, restam ainda algumas aldeias indígenas onde se faz uma arte delicada e um artesanato de forma tradicional, especialmente em tecido e, em menor grau, em cerâmica. Mas quando o "progresso" chegar até eles, isto é, se abrirem caminhos para uma rápida extracção de matérias-primas baratas e os mercados internos de produtos industrializados encarecidos, com contratos de trabalho assalariado para os homens — que assim abandonam os seus cultivos de subsistência e a escola para modificar os padrões comunitários de trabalho, alimento e vestuário —, começarão a desaparecer a agricultura e o artesanato, e a fome levará as famílias a reforçarem as "cinturas" de miséria das cidades.

O México, da mesma maneira que os países que têm a sua origem no império Inca, beneficia de uma riquíssima cultura pré-colombiana dos Maias e dos Aztecas. Apesar das poderosas influências que o país sofre hoje do modo de vida norte-americano, conseguiu-se preservar e, de alguma forma, hierarquizar essa tradição genuína. A que atribui este fenómeno? Esta política poderia ser generalizada para a Bolívia e para outros países andinos?

— A experiência mexicana é útil para toda a América Latina. A revolução mexicana tem sido um farol para os nossos povos e tem-nos influenciado positivamente. O muralismo mexicano foi uma experiência pioneira, cujo exemplo

foi seguido em vários países da América Latina, especialmente na Bolívia, onde a partir da década de 50, se torna a incentivar a realização de importantes obras de arte em locais públicos, com uma mensagem difusora dos valores da libertação nacional. Paralelamente, experimentam-se importantes estímulos às artes populares. O desenvolvimento e maturação deste processo, nas artes e na cultura em geral, viu-se entravado ao cabo de poucos anos devido às vacilações da política oficial e das perseguições por parte das ditaduras militares.

O México soube, em compensação, conservar e hierarquizar essa tradição genuína, graças a uma clara política estatal e, sobretudo, à acção de artistas, pensadores e artesãos que souberam discutir e esclarecer os objectivos da cultura nacional, e o lugar que nela ocu-

A dança folclórica, antes "coisa de Índio", contribui para a formação de novas gerações criadoras, sem se desviar dos caminhos de tradição

Foto: ONU



pam a raiz indígena e a arte popular. Desta maneira, penso que conseguiram em muitos aspectos proteger e incentivar a maravilhosa capacidade criativa do povo mexicano.

Existe actualmente na Bolívia uma corrente de artistas plásticos muralistas?

— Eu diria que sim, embora neste momento formemos apenas um delicado fio que une o passado com este futuro esplendoroso, que vejo aproximar-se e para cuja preparação nós temos contribuído.

Lorgio Vaca é um expoente notável de toda uma gama de artistas, escritores e cineastas que surgiu e se desenvolveu sob a influência e o estímulo do profundo processo de transformação social que convulsionou a Bolívia no início da década de 50. Hoje, 30 anos passados,

qual o balanço artístico que se poderá fazer?

— Tanto a experiência mexicana como a boliviana passam por profundas e sangrentas convulsões que sacodem os alicerces destes países ocasionando mudanças, reformas agrárias, nacionalizações de petróleo, uma nova consciência nacional. No entanto, enquanto o México, depois de 20 anos de luta, consegue superar as suas convulsões internas e chegar a uma era de várias décadas de observância constitucional, que facilita o desenvolvimento das artes, a Bolívia, em compensação, depois de 30 anos da vitória popular de Abril de 1952, apenas agora começa a recuperar de sucessivos assaltos armados contra o povo e o poder político, com objectivos antinacionais. As nossas ditaduras, do tipo das do Cone Sul, cumpriram também uma missão de esterilização cultural e impuseram um silêncio aterrorizado, que tem afectado todos os níveis de expressão cultural: desde universidades fechadas e amordaçadas, livros e revistas apreendidos, a rádio e a televisão censuradas, até às simples reuniões familiares, tudo se tornou perigoso.

Quais foram as razões ou preferências estéticas que o fizeram optar pela arte plástica monumental, isto é, o mural à vista do povo?

— Quando criança, levaram-me da minha interior Santa Cruz de la Sierra, para La Paz, a capital; ia pela primeira vez ao cinema, o cine Paris. Havia dois grandes painéis murais de Cecilio Guzmán de Rojas, de ambos os lados da tela. Representavam grupos de músicos e bailarinos indígenas vistos de longe, na imensidão da paisagem andina ou dançando unidos no fundo das vertentes, os seus ponchos e saias coloridas ao vento. Eu devia ter uns oito anos e esses grandes painéis ficaram-me gravados. Era um filme de "O Bucha e Estica", que não me agradou. Não podia suportar que as pessoas rissem dos maus tratos que o Bucha infligia ao Estica, e eu chorava de raiva. Quando as luzes se acenderam novamente, os quadros estavam ali, outra vez, com as suas altas e fortes montanhas e, lá em baixo, pequeninos, os homens que

tocavam e dançavam. Anos depois, pude ver no Brasil alguns dos murais de Portinari e conhecer, através de reproduções, os trabalhos dos muralistas mexicanos, os quais, juntamente com os seus escritos e as suas posições militantes, me influenciaram muito na minha formação.

Uma arte para elites

A opção de um artista pela pintura de cavelete ou por expressar-se através do muralismo, tem, na sua opinião e baseado na sua experiência, um significado de definição social relacionado com uma tomada de posição militante?

— Na maioria das nossas cidades sul-americanas, o artista plástico é concebido pelas elites-privilegiadas como uma "coisa de galerias" onde não cabe (nem poderia caber fisicamente) uma arte que diminua o interesse das senhoras que procuram adornos para os seus living-rooms. O artista que sente ser a sua arte uma tentativa de comunicar algo de profundo, cujo possível dramatismo ofenderia o "bom gosto" ou a "necessidade de paz" dos lares honrados e acomodados, deve, em minha opinião, deixar de se orientar para as galerias. Mais ainda, tem-se a concepção da sua arte como uma linguagem: neste caso, tem que se procurar outro caminho. Tem que se procurar a aproximação directa com o público através de organizações populares: sindicatos, associações profissionais, clubes, cooperativas, municipalidades e, em algumas ocasiões, o Estado e empresas privadas. Esta incidência no sentido de um mercado popular mais vasto apenas pode ocorrer se o artista se comprometeu previamente consigo mesmo e com o seu povo.

E este compromisso dá-se quando o artista, que compartilha com o povo a opressão dos esquemas imitativos, injustos e retrógrados, mais não pode que incentivar os ideais de mudança pelos quais o povo luta.

Em países como os nossos, este problema tem mais de um rosto e talvez, também, diferentes soluções. Parece-me que noutras regiões do Terceiro Mundo se passa algo de semelhante: uma coisa é a

Capital e outra o território interior das províncias. Na Capital, concentram-se os recursos que alimentam instituições imitativas, vazias e inúteis, ou melhor, úteis à submissão imperial. Se se fazem, por exemplo, museus destinados a mostrar aos turistas a imagem que, supomos, eles gostariam de ter de nós é essa a imagem de si mesmos assim prostituída que se apresenta aos naturais do país. Pelo contrário, fora dos itinerários de turismo estabelecidos, não existem museus de qualquer espécie, e ninguém se preocupa em definir uma imagem do país. E as obras de arte de épocas gloriosas apodrecem simples e irremediavelmente, juntamente com toda a espécie de documentos que deveriam servir-nos um dia para redimir a verdadeira história e o verdadeiro ser dos nossos países.

Como deveriam ser os museus para cumprirem uma verdadeira função educativa?

— Creio que devemos conservar as coisas valiosas nos seus lugares, onde cumpram a função para a qual foram criadas. Os grandes museus do mundo guardam reliquias roubadas dos povos vencidos. É um espectáculo lamentável, contemplar, por exemplo, em Londres, pedaços do Partenon reunidos numa estreita sala enquanto o céu de Atenas abriga apenas, algumas colunas quebradas. Sítios arqueológicos sagrados ou igrejas coloniais perdidas nas nossas montanhas ou selvas são permanentemente saqueados para abarrotar com essas obras de arte museus e casas elegantes em países ricos.

Na sua opinião, o desenvolvimento industrial, o actual avanço da ciência e a sua aplicação na vida moderna contrapõem-se ao desenvolvimento da arte plástica?

— Nem o desenvolvimento da ciência nem o industrial podem, na minha opinião, contrapor-se ao desenvolvimento das artes plásticas. Bem pelo contrário, as artes plásticas são chamadas a beneficiar disso com novos conceitos e novas incidências técnicas. Não devemos, no entanto, ser nós, nos países pobres do Terceiro Mundo, a enganarmo-nos com isso de pro-

gresso científico ou tecnológico das metrópoles como património da humanidade.

Esse avanço dos países desenvolvidos não é automaticamente o avanço científico e tecnológico dos países do Terceiro Mundo. Não têm, muitos deles servido, até agora, para submeter o resto do mundo? Há muitos séculos que a nossa América e outros continentes gemem à mercê dessas armadilhas. Só quando o nosso povo desenvolver a sua própria ciência e tecnologia poderemos beneficiar dela e, claro, as nossas artes plásticas também.

Naqueles tempos sombrios, quando produzir arte ou comunicação era um acto de resistência, os bolivianos de dentro e de fora do país forjaram uma importante e madura expressão artística, sobretudo no cinema, na música popular, nas artes plásticas e na literatura.

O processo de transformação social, que surge nos anos 50 e que começa a gestar-se nas trincheiras da guerra do Chaco, é um marco importante no processo de descolonização que se começa a fazer sentir imediatamente depois da conquista espanhola. A descolonização do território foi feita por Bolívar, em 1825. Mas Bolívar não teve tempo de realizar o projecto de unidade latino-americana que ele percebeu no clamor popular e que teria garantido uma extensa frente na futura batalha pela descolonização da nossa economia, do nosso pensamento e da nossa cultura. Assim, ficou pendente uma grande guerra que travamos isoladamente e em condições desvantajosas.

A descolonização da palavra

Nessa histórica luta que é, em última instância, uma luta pelo respeito ao homem, contra os desmandos e os privilégios, tem havido nestes últimos decénios importantes acções vitoriosas. Foi o caso da batalha popular que, por meios pacíficos, conseguiu extirpar da Bolívia a ditadura e devolver o país aos canais democráticos. Esta vitória, que parece concentrada nalgumas semanas de acontecimentos acelerados é, na verdade, resultado de um longo processo no



Foto: Raul Rocha

Os ceramistas camponeses indígenas têm sido as maiores vítimas da cultura de consumo, filha da produção industrial em massa

qual muitos factores influíram. Entre estes factores não esteve ausente, esteve até bem presente, o alto grau de consciência que vastos sectores populares adquiriram do seu poder e dos seus direitos, sectores estes anteriormente marginalizados, enganados e desorientados.

Esta tomada de consciência foi possível, entre outros motivos, devido ao grande desenvolvimento da comunicação popular nas suas formas mais elementares: a palavra oral, as reuniões, as organizações, a palavra escrita em folhas soltas, folhetos e impressos pequenos, as rádios mineiras e camponesas. Esse desenvolvimento das comunicações foi possível porque, nos primeiros anos depois de 52, houve uma discussão aberta desses problemas e as organizações operárias e camponesas preocuparam-se em estabelecer meios e canais comunicativos, especialmente estações de rádio. Além disso, durante algum

tempo, os canais oficiais foram também veículos a que tiveram acesso sectores da cidade e alguns da população marginalizada.

Desta maneira criaram-se as bases necessárias para o posterior desenvolvimento de uma comunicação cultural efectiva. Um dos sectores artístico-culturais que primeiro beneficiou foi o da música e da dança, anteriormente confinado como "coisa de índios", e que alastrou vigorosamente nas cidades através da rádio e do disco, do carnaval e de algumas festas religiosas. Algo parecido, embora em menor escala, aconteceu com as artes plásticas, tradicionalmente cultivadas pela população camponesa nos tecidos e na cerâmica. Reapareceu a arte mural, desta vez em sindicatos, em escolas e em edifícios públicos. O cinema apareceu primeiro como uma planta exótica, mas logo fortalecido pela problemática camponesa, falou em



aimará, quêchua e castelhano, mostrando a realidade social do país com novos olhos. Semelhante inquietação ficou evidente noutros campos da cultura.

Depois chegou a época das ditaduras e desmantelou este trabalho. Destruíu murais, proibiu filmes e fechou para sempre o Instituto Cinematográfico Boliviano. Fechou várias vezes as universidades, várias escolas de Belas Artes, as rádios mineiras, intimidou e humilhou a grande imprensa e dispersou jornalistas e escritores, assim como outros intelectuais, em exílio forçado ou voluntário.

Estas duras provas servem no entanto, para amadurecer as mensagens e a linguagem. Sigilosamente, tanto de dentro como de fora do país, os bolivianos começaram o seu paciente trabalho de análise e recomposição. Os que ficaram no país, reconfortados pelo contacto com o povo, e os de fora, ajudados pela solidariedade latino-americana e mundial. Assim, os músicos populares bolivianos percorreram o mundo mostrando a música e os instrumentos da sua terra, e onde chegaram foram bem recebidos.

Os filmes bolivianos, que estavam proibidos na Bolívia, foram admirados por milhões de espec-

tadores da Europa, da América Latina e de outras partes do mundo. E, aqui na Bolívia, o povo continuou a incentivar o trabalho silencioso e determinado dos seus artistas, escritores e intelectuais.

Balanco artistico

Gostaríamos que nos fizesse um balanço da evolução cultural destes anos...

— Para fazer um balanço, teria que destacar três aspectos principais, que caracterizam a maturidade de algumas das mensagens artísticas produzidas pelo país.

Primeiro: principalmente no cinema, na arte mural e na música popular, conseguiu-se estruturar uma mensagem de alcance popular, mediante uma solução formal diferente da arte importada, baseada na tradição indígena, como na música; nos processos de apreensão e compreensão dos meios populares e regionais, como no cinema ou em ambos estes conceitos, como na arte mural. Venceu-se a barreira de contenção das elites para chegar às classes médias e populares que responderam a estas mensagens com vitalidade.

Segundo: nestes três campos, conseguiu-se esvaziar a mensagem de conteúdos alienantes para per-

mitir expressar experiências vitais da realidade imediata ou valores históricos humanistas relacionados com o processo nacional de libertação.

E terceiro: chegou-se a renovar os próprios meios artísticos. Como, por exemplo, no mural monumental ao ar livre, ao integrar elementos arquitectónicos, escultóricos, pictóricos e paisagísticos. E conseguiu-se desenvolver conceitos, materiais e técnicas que, a partir de uma tradição ceramista indígena e popular, enriquecida com contribuições modernas e científicas, produziu uma nova mensagem, permanente e ao ar livre, de propriedade pública e integrada na vida diária do cidadão comum.

Estes ganhos, que são ainda frutos tímidos e iniciais, e constituem casos concretos não muito numerosos, precisam de uma urgente consolidação e difusão. Por isso, creio que um dos trabalhos primordiais dos artistas e intelectuais bolivianos de hoje é orientar, com o apoio do povo, a formação de novas gerações que possam criar sobre as bases firmes desta tradição, amadurecida na luta e no sadio orgulho das suas próprias raízes.

Qual deve ser a função social da arte na América Latina neste momento histórico?

— Mostrámos que somos uma só terra que vibra com os mesmos triunfos e se aflige com as mesmas derrotas. E que, ao mesmo tempo, a nossa realidade é inesgotável e diferente. Mas que sem a união de esforços não poderemos vencer nem a batalha económica, nem a batalha das ideias, nem sequer a batalha dos sonhos, sejam eles plásticos, poéticos ou cinematográficos.

Pensando nisso é que o meu próximo projecto é um monumento e uma praça em Santa Cruz em homenagem a Bolívar, personagem que encarna, na sua vida e luta, a consciência da unidade dos povos latino-americanos. Será também uma homenagem a todos os lutadores anónimos que compartilharam o sonho de Bolívar e ofereceram o seu sangue nos longínquos confins da grande Pátria, que estamos ainda a dever aos nossos descendentes. □

notas de CULTURA

Indonésia: restaurado o templo budista de Borobudur

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e o governo da Indonésia comemoraram recentemente o êxito da campanha mundial para restaurar o milenar templo de Borobudur. Representantes de 27 países contribuíram com recursos financeiros, técnicos ou humanos para a realização da obra, iniciada em 1972. O monumento histórico, considerado uma das jóias do património mundial, foi construído 800 anos antes de Cristo e provavelmente abandonado 50 anos depois. O seu redescobrimto só aconteceu no século passado. A operação de restauração teve um custo de 17 milhões de dólares (dois terços dos quais fornecidos pelo governo indonésio) e nela trabalharam mais de 600 pessoas, de diferentes nacionalidades.

Cuba: boa fase para o cinema

Dois factos importantes agitaram recentemente o sector cinematográfico de Cuba: primeiro, a conquista dos prémios máximos do XX Festival Internacional do Panamá. O filme "Cecilia" e a sua protagonista, Deisy Granados, foram seleccionados pelo júri como o melhor filme e a melhor atriz entre as 24 obras apresentadas. O segundo, é o anúncio da exibição, em breve, de dois filmes sobre a vida e a obra de John Reed, produzidos conjuntamente por cineastas soviéticos, italianos e mexicanos. Os filmes, "México insurreito" e "Eu vi nascer o novo mundo", fazem parte da diologia intitulada "Sinos vermelhos", do famoso director soviético Sergei Bondarchuk.

"Boi de Prata": cinema terceiro-mundista

Cabocla Jurema lança olhares calmos e perdidos para a caatinga (tipo de vegetação do nordeste brasileiro); António Vaqueiro aponta a arma contra os latifundiários; Tião Poeta está cercado e procura uma força transcendental libertadora.

Estas são as faces de uma aventura terceiro-mundista que revela o poder do fogo e a magia fulgurante do Nordeste brasileiro. Estas cenas fazem parte do filme de Augusto Ribeiro Júnior chamado "Boi de Prata", realizado no Nordeste e em breve nas telas do Brasil.

As contribuições para a produção vieram das mais distintas procedências. Do casal de retirantes à verba do governo do estado do Rio Grande do Norte. Do técnico que não mede fronteiras para concluir um bom trabalho às reservas de uma empresa de fundo social como a Embrafilme.

É uma realização teimosamente nacional mas com

carne, osso e espírito terceiro-mundista. Um filme que é testemunha ocular da força deste bloco. (Bruno Catoni)

Proposta Grega: as obras de Arte voltariam às suas origens

O pedido da famosa atriz e ministra da Cultura da Grécia, Melina Mercuri, feito oficialmente ao Museu Britânico para que este restituia os célebres mármores do Partenon — comprados pela Inglaterra no início do século XIX por Lord Elgin — causou apreensão nos museus de quase todo o mundo. Estes temem que a iniciativa grega seja levada por diante e imitada por outros governos, pois perderiam grande parte das suas obras.

Prevê-se, caso a ideia vingue, a formação de uma extensa bicha na maioria das capitais europeias, constituídas por embaixadores a reclamarem a devolução aos seus países de origem das obras de arte confiscadas em diferentes épocas, fruto de pilhagens ao longo da história.

México: ensino bilingue para crianças indígenas

Segundo dados distribuídos pela Secretaria de Educação Pública do México (SEP) a edição de livros para o ensino bilingue a grupos indígenas por parte do governo atinge já 40 línguas, com 70 variantes dialectais.

Foram publicados nos últimos quatro anos mais de três milhões de exemplares, que servem de base ao ensino primário e pré-primário em espanhol e nas suas línguas nativas a mais de 600 mil crianças indígenas.

O antropólogo Salomón Nahmad, director-geral de Educação Indígena da SEP, calculou que durante os últimos quatro anos se chegou a cobrir 85% da educação bilingue de alunos da pré-primária indígenas, tarefa levada a cabo por 22 mil professores bilingues, juntamente com três mil auxiliares.

Por sua vez, representantes de comunidades indígenas e especialistas qualificados classificaram essa acção como "o maior esforço já desenvolvido em termos de educação indígena no México". O programa conta com um orçamento que partiu de 720 mil dólares em 1977 alcançando, no ano passado, a casa dos 200 milhões de dólares.

Mas, apesar desses avanços significativos, as autoridades mexicanas e os peritos na matéria admitem que falta muito para se atingir os objectivos e para introduzir em textos bilingues 16 das 56 línguas indígenas e 200 das 270 variantes dialectais existentes numa população de 8 milhões de pessoas distribuídas em 82 etnias diferentes. Apesar dos esforços realizados, existem ainda 200 mil crianças em idade pré-primária e escolar marginalizadas da educação bilingue.

NOS LIVROS DE BOLSO
também
as obras imortais

5
Volumes

OS MISERÁVEIS

TEXTO INTEGRAL



A obra que deu origem
à famosa série de TV com
LINO VENTURA, JEAN CARMET e
MICHET BOUQUET

VÍTOR HUGO



PUBLICAÇÕES EUROPA-AMÉRICA

O futuro da crise

A ascensão da ciência económica à primeira plana das ciências sociais data do pós-guerra: Apagamento de um pequeno número de especialistas, quase todos anglo-saxões, origem de um discurso reservado a iniciados, justificação para uma especialização, tanto melhor recebida e menos escutada, quanto incompreendida pela maior parte; a começar pelos políticos, a "economia" invadiu, desde há trinta anos, as instituições de ensino, propagou-se pela via de todos os órgãos de informação de massas, tornou-se uma linguagem corrente, ultrapassando os seus limites geográficos ou históricos, para constituir o fulcro do pensamento de uma elite doravante mundial. Foi uma evolução irresistível e sem complexos, onde o próprio economista ganhava em todos os outros campos o que perdia em distinção. Era a época de uma democratização que tinha alcançado êxito e que devia durar até ao fim dos anos 60. Era a época das certezas múltiplas e dos paradigmas felizes. O início dos anos 60 devia camuflar, o aparecimento de perturbações profundas e justificar o sentimento de uma crise do pensamento e mais ainda da teoria económica. Com efeito, desde há alguns anos, e, sobretudo, depois que o preço relativo da energia se modificou profundamente, o desenvolvimento rápido e contínuo da economia mundial foi obrigado a marcar passo.

O grande crescimento da economia culmina de facto no período correspondente aos anos de 1972 e 1973. A aceleração do desenvolvimento dos principais países ocidentais levou-os a atingir recordes absolutos. Mas, a partir de 1972, tudo iria ser posto de novo em causa com o aumento dos preços agrícolas seguidos pelos das principais matérias primas minerais. Era a inflação, alargada mundialmente, a colocar em causa todo o sistema monetário. A taxa de crescimento em todos os países desenvolvidos desce, brutalmente, a partir de 1974 e sobretudo em

1975, aproximando-se a era da depressão, considerada arrumada desde 1929. A redução do crescimento segue-se, inevitavelmente, a subida também espectacular da taxa de desemprego e, a partir de 1973, dá-se a ruptura na evolução das balanças de pagamentos. Todas as teorias existentes se manifestam completamente inadequadas face às evoluções nacionais. É a crise em que a economia ocidental se debate. Estes, de um modo geral, os principais temas focados neste livro de Alain Cotta, professor de Economia da Universidade de Paris e director do seu Centro de Investigação Económica Pura e Aplicada.

ALAIN COTTA REFLEXÕES SOBRE A GRANDE TRANSIÇÃO

a teoria económica face à crise



Com uma notável clareza e simplicidade, Cotta coloca toda esta problemática, aparentemente do foro de uma elite de especialistas, ao alcance do leitor comum. E se dilucida com limpidez a origem da crise e a posição da teoria económica face a ela, vai mais longe quando, na parte final do seu trabalho, lança as bases de uma renovação de toda a concepção teórica da economia no sentido de, por meios novos, ela poder vir, futuramente, a responder aos grandes



desafios do presente sem o que o mundo caminhará para um empobrecimento definitivo, eventualmente, espoletador de conflitos mundiais sérios.

O.L.

Autor: Alain Cotta
Título: Reflexões sobre a grande transição
Tradução: Maria Lúcia Garcia
Colecção: Viragem
Editor: Publicações Dom Quixote

Lisboa, Junho de 1983.

Um livro útil e desmistificador

Esta obra de Colleoni, editada pela primeira vez em 1981 e que, agora, surge em edição portuguesa vem, sem dúvida, preencher uma lacuna da nossa bibliografia. Trata-se de uma obra de história em que o autor se propõe, teórica e factualmente, relatar, com a maior pormenorização, a intervenção dos



Estados Unidos em algumas partes do mundo, através do seu poderio económico subjogador e opressor das nações atingidas, quando não através da própria agressão armada. Começando seu relato pela definição do que foi a doutrina Monroe, lançada ao mundo em 1823 e que tem servido de base justificativa para todas as intervenções dominadoras da América do Norte, Colleoni vai narrando seguidamente os factos e os modos dessas agressões em países tão diversos como México, Cuba, Porto Rico, Jamaica, Panamá, Nicarágua, Guatemala, Perú, Brasil, Chile, Argentina, Japão, China, Coreia, Vietname, Irão, Etiópia, Angola, entre muitos outros.

Obra vastamente documentada esta "Breve História das Agressões Americanas" é um livro fundamental para todos os que se interessam pela História das nações e é também um magnífico manual de apoio para o trabalho jornalístico.

O.L.

Autor: Angelo Colleoni
Título: Breve História das Agressões Americanas
Editor: Agência de imprensa Orbis

Lisboa, Maio de 1983

O mito do crescimento

"A preocupação que está na origem destas páginas — tributárias de tantos outros escritos que são citados — é mais uma tentativa para, de alguma forma, esclarecer o que constitui previsivelmente o futuro da sociedade humana. Assim se refere Ramon Tamames a este seu livro, no qual acolhe tantas outras opiniões que, integradas no seu próprio pensamento, dão origem a uma obra de síntese, feita numa fase da evolução das ideias do autor, sobre questões tão vastas e importantes como as dos limites do crescimento, da ecologia e do desenvolvimento". Estas palavras de José Maria Brandão de Brito, prefaciador e tradutor do livro de Tamames, agora aparecido na colecção Universidade Moderna das Publicações Dom Quixote são reveladoras da importância da obra

do economista espanhol enquanto matéria para reflexão pessoal e enquanto repositório da documentação fundamental existente.

A destruição do equilíbrio ecológico, a deterioração da qualidade de vida nas grandes cidades, a poluição do ar e das águas, a acumulação de detritos industriais, as perspectivas de esgotamento de certas matérias-primas, a crise generalizada da energia, o atraso da produção agrícola face ao desenfreado crescimento demográfico — eis algumas das razões que deitaram por terra a ingénuo fé no aumento ilimitado dos recursos humanos. Rafael Tamames, eco-

que se baseia na apresentação do tema e na sua escalpelização, possui, ainda, a virtualidade da sugestão de novas propostas na perspectiva da criação da utopia, única possibilidade fecundadora da saída do impasse-crise em que todo o globo está envolvido e de que parece não conseguir sair se utilizar apenas os modelos históricos.

O.L.

Autor: Ramón Tamames
Título: Crítica dos limites do crescimento — ecologia e desenvolvimento

Tradução: José Maria Brandão de Brito

Colecção: Universidade Moderna
Editor: Publicações Dom Quixote

Lisboa, 1983

Um clássico, uma personagem fabulosa

É já um facto indiscutível que "O Cavaleiro da Esperança" de Jorge Amado entrou na literatura de expressão portuguesa como umas muitas obras-primas do autor baiano. Exemplar de narração a um tempo histórica, afectiva e entusiástica, este livro de Amado é, também, de um ponto de vista meramente técnico, um paradigma

universidade moderna 77

CONDOMÍNIO

RAMÓN TAMAMES

CRÍTICA
DOS LIMITES
DO CRESCIMENTO

ECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO



PUBLICAÇÕES DOM QUIXOTE

nomista espanhol, catedrático da Universidade de Granada, consultor económico na América Latina, director do Departamento de Estrutura e Instituições Económicas de Madrid, autor de uma bibliografia importantíssima na sua especialidade, sintetiza neste livro as linhas essenciais do problema abordado a que acrescenta uma perspectiva histórica clarificadora das várias correntes filosófico-económicas sobre o crescimento. Obra imprescindível para todos os que se interessam pela dilucidação do problema económico face às várias teorias oponentes, em especial a querela capitalismo-socialismo, sem esquecer, obviamente, o Terceiro Mundo, o subdesenvolvimento, o livro de Tamames, em

JORGE AMADO
O CAVALheiro
DA
ESPERANÇA



da biografia que não se limita à mera exposição dos dados e das datas. Feito e escrito com amor e

adesão ao fabuloso personagem que foi (é) Luís Carlos Prestes, "O Cavaleiro da Esperança" é, igualmente, exemplar como obra de doutrinação sen nunca o pretender ser e sem manipulação. Apenas a arte literária de um grande escritor da língua portuguesa bastou para que qualquer leitor desta obra fique, a um tempo, preso à qualidade estilística e às ideias que nele subjazem. Livro que em Portugal se lia às escondidas dos esbirros policiais, em edições policopiadas, ele marcou muitos dos resistentes portugueses, alguns deles ainda vivos e actuantes na política portuguesa. E se o livro pôde ter esta extraordinária influência em Portugal que dizer da sua força no Brasil onde chegou a ser o livro mais amado?

Lê-lo hoje, porém, se lhe retira a carga afectiva é, por outra banda, um prazer identicamente estético e ideológico. Em resumo, um clássico da literatura brasileira da autoria de um escritor que, com altos e baixos, continua a ser a figura máxima da literatura do país além-Atlântico. Uma reedição que se tornava necessária para as novas gerações e para os que, na voragem dos tempos actuais, tinham perdido contacto com a saga histórica da Coluna de Prestes.

O.L.

"O CAVALEIRO DA ESPERANÇA"

Autor: Jorge Amado

Editor: Publicações Europa-América

Colecção: Obras de Jorge Amado
Lisboa, Novembro de 1982.

Impossível silenciar a voz de um povo!

Da iniciativa das *Edições 70*, foi editada recentemente uma colecção denominada *Autores Moçambicanos*, que reúne 12 títulos e inclui poetas como Craveirinha, Orlando Mendes, Sebastião Alba, Luís Carlos Patraquim, Carneiro Gonçalves, Rui Nogueira, Jorge Viegas e Albino Magaia, que, em anos anteriores à libertação de Moçambique, ergueram a sua voz contra a opressão colonialista, impondo a

moçambicanidade, isto é, o sentimento já identidade de um povo com uma cultura própria, diferenciada da do colonizador, enraizada na terra africana de profundas tradições e vivências.

Contudo, muitos desses desabafos e protestos poéticos conservam-se na gaveta ou circulam em folhetos pelas mãos dos amigos. Como refere Albino Magaia na introdução ao seu livro *"Assim no Tempo Derrubado"*, "nas gavetas e nas malas é importante que sejam desenterradas as obras feitas durante os tempos coloniais para que, juntamente com a obra poética de Fernando Ganhão, Kalungano, Noémia de Sousa, Craveirinha e tantos outros moçambicanos que se bateram pela nossa cultura nesses mesmos tempos coloniais, seja alargada a riqueza da literatura nacional retratando o sofrimento do povo ou o sofrimento individual (que nunca era isolado) a fim de adubar a compreensão da nossa vida actual, justificar a necessidade de continuar a lutar agora e sempre."

O interesse destas obras agora publicada não se manifesta apenas como documento político importante a reter, mas como valor literário onde a linguagem e a escrita constituem um espaço consciente de subversão.

Jorge Viegas num belo poema incluído em *"O Núcleo Tenaz"* descreve o que entende por subversão.

O pintor subverte a paisagem.

O poeta subverte os plenos da linguagem.

O guerrilheiro subverte o homem sem mensagem.

Subverte. Subvertemos.

Subvertidos fomos.

à subversão devemos

A estatura do que somos.

E noutro poema, Jorge Viegas num exercício de metalinguagem, onde o poeta reflecte sobre o valor e o sentido das palavras afirma:

As palavras aglutinam-se. Cingem o círculo

Da terra, umas de encontro às outras.

Sem temer confronto.

Nos nascemos no interior das palavras

Como da semente nasce o fruto.

AUTORES MOÇAMBICANOS

ALBINO MAGAIA ASSIM NO TEMPO DERRUBADO



As palavras estão no começo e no fim de todas as cousas. Nelas temos o surto de nós mesmos.

A palavra ergue-se como o universo mítico onde o poeta desenraiza as suas próprias origens não se esquecendo, porém, que a escrita pode constituir o artefacto de ruptura com a ordem estabelecida e assumir-se como a própria consciência do poeta.

"Karinga Ua Karingana de José Craveirinha é um dos livros onde a ligação ao mundo tradicional moçambicano mais se fez sentir, através do tabulário (1.ª parte) e de várias "estórias" ou pequenas narrativas que formam a 2.ª, 3.ª e 4.ª partes do livro. E também, uma das obras onde mais se realiza a subleção da palavra, tanto no plano estético, como no plano ideológico. De um lirismo que excede a ode e oscila entre o canto epopeico e o hino, o seu ritmo sincopado, a sua forma abrupta de quebrar o verso são chieotadas que lerem e gravam na memória o tempo derrubado.

9 "KARINGA UA KARINGANA"

Autor: José Craveirinha

10 "O NÚCLEO TENAZ"

Autor: Jorge Viegas

11 "ASSIM NO TEMPO DERRUBADO"

Autor: Albino Magaia

Colecção: Autores Moçambicanos

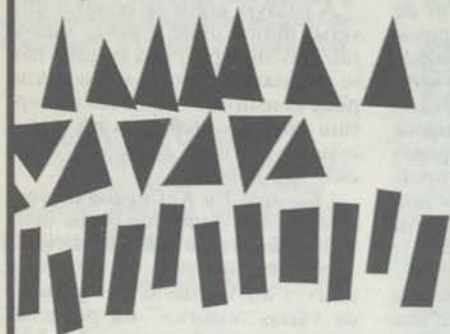
Edições 70, 1982

Elsa Rodrigues dos Santos

MONGO BETI

REMEMBER RUBEN

*romance
de um Povo
africano em luta*



*Obra indispensável
para compreender
e sentir a África
dos dias que correm*

*Um dos maiores
escritores africanos
e um dos seus romances
mais célebres*

*Colecção
Uma Terra sem Amos*

**editorial
CAMINHO**



A imprensa alternativa na África do Sul

Existem cerca de mil jornalistas presos ou reprimidos pelo regime de Pretória, que não podem exercer a sua profissão. Pelo menos vinte jornais estão proibidos de circular por desafiarem a política racista. Muitos destes jornalistas reprimidos, reunidos agora num grupo chamado Africa Press, divulgam notícias censuradas em Joanesburgo. Foram eles que prepararam esta informação

A divulgação de notícias e informações está a sofrer uma mudança radical na África do Sul, à medida que os jornais diários se vão tornando cada vez menos influentes e dignos de crédito. Em sua substituição, começam a proliferar jornais comunitários em todos os cantos do país, que passam a constituir-se numa voz alternativa das populações negras.

Os jornais comunitários da África do Sul podem ser descritos como publicações redigidas por pessoas comuns, sobre os seus problemas e necessidades. Mais do que uma fonte de informação, estes jornais tornaram-se instrumentos de organização ao concentrarem-se sobre temas como alugueres, emprego, educação e saúde.

De certa forma, estes jornais alternativos estão a preencher o vazio deixado pela proibição oficial de jornais negros com objectivos comerciais como o *The World*, *Weekend World*, *Post* e *Sunday Post*. Ao mesmo tempo, como a imprensa dominada pelos brancos está submetida a pressões cada vez maiores para adoptar uma posição conservadora em questões editoriais, os jornais do *establishment* passaram a ter pouco ou nenhum crédito perante os leitores negros.

A desconfiança em relação às informações dos veículos tradicionais começou a ganhar corpo depois da vitória esmagadora de Robert Mugabe nas eleições no Zimbabwe, em 1980. A maior parte dos jornais dirigidos por brancos na África do Sul previu que Mu-



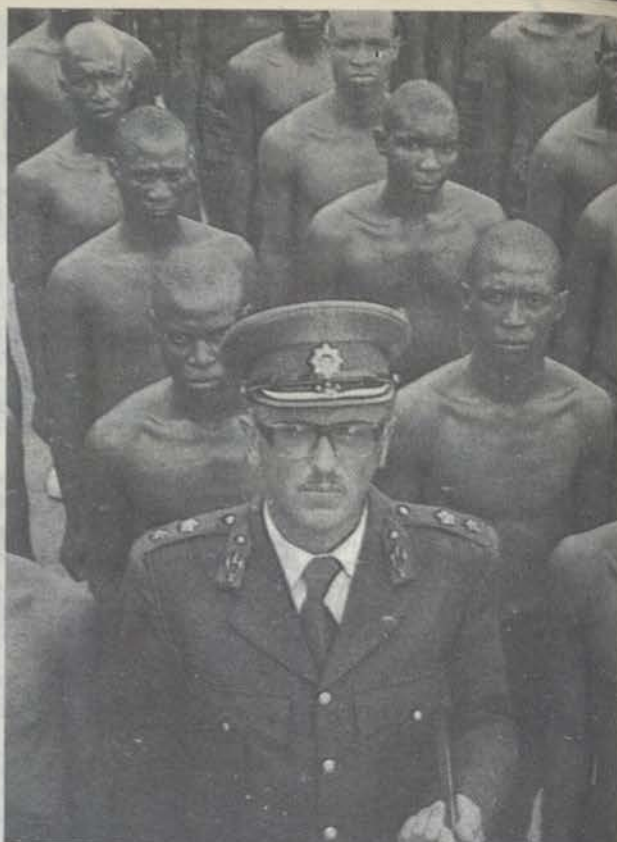
gabe e o seu partido, a ZANU, sofreriam uma derrota total. Este facto mostrou que os jornais em questão não tinham informações correctas sobre a realidade interna no Zimbabwe e que todo o noticiário, estava, na verdade, orientado em função de interesses políticos.

Em compensação, dentro da África do Sul, quando a imprensa tradicional noticia rebeliões como a do bairro negro de Soweto, atentados guerrilheiros, mortes de presos políticos e denúncias de tortura, estão na verdade a fazê-lo

com objectivos exclusivamente comerciais. Os acontecimentos que afectam mais directamente a vida das populações negras como a falta de casas, empregos e alimentos, são ignorados pela maior parte da imprensa de origem europeia da África do Sul.

A imprensa alternativa

Um dos jornais pioneiros da imprensa alternativa sul-africana é o *Work in Progress*, uma publicação mensal editada por estudantes



Os novos jornais alternativos auxiliam na luta contra o *apartheid*



e professores universitários. O *WIP* concentra o seu trabalho informativo em acontecimentos políticos e sindicais, registando igualmente julgamentos, greves e outros acontecimentos importantes que afectam directamente a vida das populações negras.

Grassroots começou a ser publicado em 1980, na província do Cabo, e foi imediatamente seguido por outro jornal comunitário na área de Durban, o *Ukusa*. Mais recentemente surgiram o *The Eye*, *Speak* e *Umthonyama*. Os sindicatos negros também começaram a organizar os seus próprios jornais uma vez que a imprensa tradicional dedica um espaço muito reduzido à divulgação das actividades dos trabalhadores africanos.

O modelo criado por *Grassroots* levou as organizações comunitárias a escreverem sobre os seus problemas e ao mesmo tempo procurarem uma troca de informações

com outras associações do mesmo tipo. É a comunidade que decide o que vai ser publicado e como será distribuído o jornal. O método mais usado é o da distribuição "porta-a-porta". Este método, além de permitir a colecta de contribuições, permite que os distribuidores do jornal criem um sistema de procura de notícias em contacto directo com os leitores e ajuda também o aparecimento de novas formas organizativas da população.

Ao contrário de muitos jornais tradicionais, acusados de serem monótonos e desinteressantes, os jornais comunitários são extremamente vibrantes e objectivos. O *Grassroots*, por exemplo, começou com uma circulação de cinco mil exemplares e, em menos de dois anos, atingiu uma tiragem paga de quase vinte mil exemplares. O número de leitores do jornal é já calculado hoje em dia em mais de meio milhão. □

Uma organização para uma pátria perdida

Agustín Castaño



Os espectaculares actos terroristas das organizações arménias têm ocupado as primeiras páginas dos jornais de todo o mundo. No entanto, passou completamente despercebido um acontecimento da maior importância potencial para este povo secularmente perseguido: a preparação de uma "organização de libertação nacional", semelhante à Organização de Libertação da Palestina (OLP), que deverá dotá-lo da necessária coesão e representatividade para que possa cumprir o árduo objectivo de reivindicar a pátria perdida.

Em fins de Julho, realizou-se em Lausana, na Suíça, o 2.º Congresso Arménio, onde se procuraram lançar as bases de tal organização, propondo aos arménios espalhados pelo mundo uma Carta Magna provisória. Os documentos saídos da reunião de Lausana foram enviados às organizações das comunidades arménias estabelecidas em numerosos países para serem aprovados. O Terceiro Congresso, a realizar-se no próximo ano, deverá ratificá-los e dar origem

à organização oficial, se as propostas encontrarem um eco favorável. Os organizadores da reunião propuseram-se trilhar uma terceira via entre a apatia do exílio e o terrorismo das facções extremistas (em primeiro lugar o Exército Secreto de Libertação da Arménia — ASALA), facto que, só por si, torna evidentes as dificuldades implícitas à tarefa.

A questão da luta armada é, naturalmente, o aspecto mais polémico.

Todos os delegados desse povo massacrado pelo império turco em 1915 (um milhão e meio de mortos), reconhecem a legitimidade da "propaganda armada", mas foram de opinião que só "a luta em todas as suas formas" levará à vitória. "A propaganda armada — afirma-se no início do documento final — colocou de novo em foco a questão arménia e despertou a consciência nacional do povo arménio". Trata-se, portanto, de uma aprovação da violência, mas muitos dos 60 participantes no congresso consideraram que ela deveria limitar-se a objectivos escolhidos do regime turco, e que a estra-



CACHAPUZ

1928 • MAIS DE MEIO SÉCULO DE EXPERIÊNCIA DE FABRICO • 1983



-INTERNATIONAL TROPHY FOR QUALITY-, 1979-1980-1981-1982
-INTERNATIONAL AWARD TO EXPORT-, 1982

O MAIOR FABRICANTE E EXPORTADOR PORTUGUÊS DE
EQUIPAMENTOS PARA PESAGEM

BÁSCULAS E BALANÇAS DE
TODOS OS TIPOS PARA



- INDÚSTRIA
- AGRICULTURA
- PECUÁRIA
- PESCAS
- COMÉRCIO
- MINAS
- TRANSPORTES

EXPORTADOR PARA

- CUBA
- ANGOLA
- MOÇAMBIQUE
- MARROCOS

JOSÉ DUARTE RODRIGUES, LDA.

TELEF. 73604/73606 - TELEX 32125 CAXPUZ P
APARTADO 12 - 4701 BRAGA CODEX - PORTUGAL

tégia política deveria comandar as acções militares.

Na realidade, as acções armadas têm visado sobretudo o corpo diplomático turco, e não parece possível que tais acções, só por si, consigam modificar uma situação que é considerada irreversível pelo governo de Ancara. No entanto, tais acções têm chamado a atenção do mundo sobre o monstruoso genocídio perpetrado contra esse povo.

Em 1923, foi assinado na mesma sala onde decorreu agora o 2.º Congresso Arménio o tratado que pôs fim ao estado de guerra entre a Turquia (o Império Otomano) e os aliados ocidentais. Por esse tratado as potências vitoriosas da primeira guerra mundial concordaram em que a Turquia anexasse definitivamente a Arménia. Desde então, a única entidade nacional existente é a República Socialista Arménia, na União Soviética, enquanto que os restantes arménios se dispersavam pelo mundo.

Os responsáveis pelo massacre de 24 de Abril de 1915 foram os dirigentes do império turco. Mas os seus sucessores republicanos poderiam muito bem ter revisto a posição em relação a esses crimes. Não foi isso que sucedeu. Muito pelo contrário: o governo turco adoptou a inaceitável postura de negar a existência do genocídio, contribuindo, dessa forma, para fomentar o extremismo e o recurso às armas por parte dos activistas arménios.

Daí que um dos pontos da carta provisória reze que o reconhecimento do genocídio "é a condição necessária para iniciar todo o diálogo entre turcos e arménios". Mas enquanto os turcos insistem em negar o óbvio, há entre os antigos vencedores da guerra partidários da revisão do caso arménio. O governo francês conta-se entre os que se mostram decididos a debater essa questão a nível internacional, especialmente nas Nações Unidas, onde se aborda a questão na subcomissão de luta contra as medidas discriminatórias e a protecção das minorias.

Apesar da tenaz oposição dos representantes turcos, a Comissão dos Direitos do Homem das Nações Unidas conseguiu adoptar durante o corrente ano uma resolução onde se pede a designação de um relator a fim de que seja concluído o estudo sobre o "crime genocida".

Existe, portanto, a perspectiva de que dentro de uns dois anos o genocídio arménio venha a obter, finalmente, o reconhecimento internacional, o que daria a este povo da Ásia Menor um apoio como o que não teve até aqui.

Se, neste interim, as organizações da diáspora conseguirem superar as suas divergências com vista à unidade nacional, a causa arménia terá então dado um enorme salto de qualidade.

"Arménia... um sonho proibido!"

Actualmente, uma vaga de atentados mortíferos, reivindicados por organizações arménias, continua a desabar um pouco por todo o mundo, tendo por alvo diplomatas e instituições turcas. O que move esses activistas, na sua maioria muito jovens, a escolher a via da violência? O que é a Arménia? Quem são os arménios?

Alberto B. Mariani

Ironia da História...

Em todas as actas diplomáticas da paz de Lausana (conta 163 artigos e uma dezena de convenções e protocolos anexos) não há qualquer referência à Arménia ou aos arménios...

Num documento emitido pelas Nações Unidas, no qual os países de todo o mundo condenam as práticas discriminatórias contra as minorias, nega-se permanentemente (e isto, a partir de 16 de Setembro de 1973) a inclusão deste parágrafo (o parágrafo 30) que diz textualmente: "Passando à época contemporânea, pode-se recordar a existência de documentação fran-

camente abundante abordando o massacre dos arménios que foi considerado como o primeiro genocídio do século XX".

A Arménia, essa desconhecida...

Encravada entre o Mar Negro e as actuais extremidades territoriais da União Soviética, da Turquia e do Irão; segundo o capricho dos seus vales de origem vulcânica nos quais nascem rios célebres como o Araxe, o Tigre e o Eufrates e onde se encontram os lagos de Sevan (URSS), Van (Turquia) e o Urmier (Irão); dominada pelo Monte Ararate (5160 m), (esta montanha lendária onde, segundo a Bíblia,

SESSENTA e oito anos se passaram desde 1915, ano em que a nação arménia, herdeira de uma história milenar e de um longo passado de independência política, sofreu os massacres generalizados e as deportações maciças contra si perpetrados pelo Império Otomano (que deu origem à Turquia) e que provocaram um milhão e meio de vítimas.

A Arménia viria a ser despojada arbitrariamente do seu direito à autodeterminação pelo Tratado de Lausana-Ouchy, de 24 de Julho de 1923, condenada à diáspora e permanentemente ameaçada de desaparecer.

À esquerda, Lisboa 27/7/83. Assalto ao consulado turco reivindicado pelo denominado Exército Revolucionário Arménio. Na foto, elementos da policia portuguesa ririram o corpo da mulher do encarregado de negócios turco morta na sequencia da forte explosão que acabaria por vitimar os activistas arménios. À direita, Paris 15/7/83. Dois bombeiros prestam socorro a uma das vítimas do atentado contra a "Turkish Airlines" no átrio do aeroporto de Orly. O atentado, reivindicado pelo ASALA, provocaria 4 mortos e 37 feridos. A violência cega das acções levou a uma hostilização da opinião pública e parece estar a provocar fracturas no seio das próprias organizações radicais arménias.



Foto: France Press



terá estado a Arca de Noé), e o Monte Aragaz (4095 m), a Arménia histórica, muitas vezes reivindicada por atentados à bomba pelos herdeiros da Diáspora de 1915, não ocupa, com efeito, mais que 150 000 km² de território. (Ver mapa).

Ela compreende duas partes de desigual extensão: a Arménia Oriental, anexada em 1829 pela Rússia e pela Pérsia; e a Arménia Ocidental, onde os turcos, a partir de 1895, iniciaram uma política de extermínio até 1920/1925. E é nessa região dos altos planaltos da Ásia Ocidental que, desde o século VII a.C., se instalaram as sete tribos arménias (os Haias, os Armeños, os Arim, os Azzis, etc.) vindas do Leste.

A grande variedade climática e a fertilidade desta região permitiram, ao povo arménio, praticar a agricultura e sedentarizar-se para sempre, desde a mais velha antiguidade. A história da Arménia remonta, assim, a cerca de 3 mil anos.

As suas fronteiras, é verdade, modificaram-se muito aquando da posse dos grandes Impérios do Oriente e do Ocidente, mas não a sua estrutura e a homogeneidade do seu povo, provavelmente único nos anais da história humana.

Invadida diversas vezes, libertada, submetida, liberta, sujeita novamente e, uma vez mais, reconquistada pelos seus guerreiros..., a nação arménia não se vergará.

Apesar das dificuldades que teve para se impor enquanto Estado soberano neste território charneira, a Arménia permanecerá sempre uma nação.

No ano 301 d.C., o rei Tridate III proclama o cristianismo como religião nacional: foi o primeiro Estado Cristão da História. E este facto capital antecedeu, 12 anos, o "Édito de Constantino" (313 d.C.) estabelecendo a liberdade de culto no Império Romano. Entre 352 e 439 d.C. foi ultimado um alfabeto arménio de 38 letras. O domínio deste alfabeto, pregado por Mesrop Machtotz, vem reforçar a bagagem cultural deste povo e torna-se capital para a luta contra qualquer usurpação política do estrangeiro.

Em 1080, o príncipe Rubén

proclama a independência do novo Reino Arménio de Cilice. Em 1097, as Cruzadas chegam a Cilice recebendo o apoio dos arménios na luta pela reconquista de Jerusalém.

Mas desde o século XI que a Arménia, sob a alçada do Islão, se encontra literalmente cercada, para se tornar, ao longo dos séculos seguintes, ou uma província árabe, ou um terreno de conquista de diferentes vagas nómadas vindas da Ásia, ou uma "terra de ninguém".

Com a queda de Constantinopla (29 de Maio de 1453), os arménios foram integrados no Império Otomano, e assim permaneceram durante seis séculos.

Apesar da perda da sua auto-



Kemal Ataturk, fundador da República na Turquia e opositor a uma "Arménia livre e independente"

nomia política e jurídica, o povo arménio gozou, mesmo assim, da tolerância da "Porta Sublime" segundo as diferentes culturas e práticas religiosas englobadas nas províncias do Império.

No entanto, apenas no final do século passado a degradação entre as afinidades das duas comunidades se tornou o horror e o deboche de um verdadeiro genocídio...

Ao longo dos anos de 1894-96, o Sultão Abdul-Hamid II fez massacrar pelos seus regimentos de "Hamidis" mais de 300 mil arménios. Em 1909, mais de 30 mil arménios pereceram em Adana (ao norte da Turquia) às mãos dos "Jovens Turcos".

No ano de 1915, enquanto a I Guerra Mundial provocava furor, mais de um milhão e trezentos mil

arménios do Império Otomano, ou seja, dois terços da população arménia (2 milhões), desapareceram nas províncias de Erzerum, Trebizonde, Bitlis, Diarbekir, Sivas e Kharput.

E, enquanto a guerra durava, ninguém vinha sustar o extermínio dos arménios...

Mas, depressa, em Outubro de 1918, terá lugar o armistício de Mudrós... a fuga dos "jovens turcos"... a entrada dos aliados em Constantinopla... a paz para a região e, enfim, a esperança de reencontrar a pátria arménia sã e salva dos massacres...

O tempo das ilusões

Depois de terminada a I Guerra Mundial, uma boa parte dos sobreviventes agrupou-se ao Sul do Cáucaso, na pequena República de Erevão. Os outros... iniciavam a sua divagação pelo mundo: primeiro o Líbano e a Grécia, depois a Europa e um pouco por todos os continentes.

No ano de 1920, no entanto, um acontecimento de crucial importância iria reencorajar este povo mártir. Por um breve momento pôde-se mesmo acreditar que o calvário do povo arménio iria finalmente terminar. A 10 de Agosto de 1920, sob a égide do Presidente norte-americano Wilson, um tratado de paz era concluído em Sèvres, na França, entre as Potências Aliadas e o Império Otomano.

A República Arménia, que durante este período havia sido criada no lado do Cáucaso (Erevão), apresentava-se, com efeito, nas negociações de Paris com o desejo de constituir, finalmente, nas suas fronteiras históricas, a pátria dos antepassados. E as esperanças eram bem fundamentadas...

A Turquia, no artigo 88 e 89 do Tratado de Sèvres, reconhecia a Arménia como um "Estado livre e independente" e aceitava que "a fronteira turco-arménia fosse fixada, segundo arbitragem do presidente norte-americano, nas províncias de Trebizonde, Erzerum, Bitlis e Van".

Mas enquanto se aguardava a "arbitragem"... um novo elemento iria perturbar os acontecimentos nesta região atormentada.

Mustafa Kemal Paxá (1881-1938), chamado "Kemal Atatürk", marechal do Império Otomano e Chefe do Partido Nacionalista, opunha-se à execução do Tratado de Sèvres e, partindo do território arménio, desencadeou uma verdadeira guerra de reconquista.

Primeiro (1921-22), contra a resistência arménia e contra o exército vermelho; depois, contra os franceses e os gregos que seriam apanhados em Cilícia e empurrados até ao Mar Egeu.

Uma nova estrela nascia: Kemal Atatürk, forte no seu poder carismático, depôs o Sultão e instaurou a primeira república turca, da qual seria presidente em 1923.

Cada pedaço do território arménio regressava ao seu antigo dono (a república de Erevão, foi ocupada em 1920 pelos soviéticos que a ligaram à Transcaucásia entre 1922 e 1936, após o que a transformaram em República Socialista Soviética; as outras três quartas partes do território arménio foram anexadas para sempre pela nova Turquia) e do Tratado de Sèvres nada mais resta do que uma amarga recordação...

O tempo da humilhação

Enquanto os Kemalistas obtinham novas vitórias, em Novembro de 1922 uma nova conferência a favor da paz no Oriente iria ter início em Lausana, nos salões do castelo de Ouchy.

Os kemalistas encontravam-se de um lado e os representantes das Potências aliadas do outro, particularmente a França, a Inglaterra, a Itália, o Japão, bem como a Roménia, a Grécia e a Jugoslávia. Esperando que o problema arménio fosse equitativamente resolvido pelas instâncias internacionais, duas delegações arménias (uma da Turquia e outra da República do Erevão) encontraram-se na Suíça. Esperaram em vão, numa antecâmara, durante meses, ser admitidas à mesa das negociações...

Jamais seriam recebidas! Aos olhos dos novos negociadores, tudo o que fora assinado três anos antes em Sèvres, não tinha qualquer valor.

Face à intransigência turca, as potências aliadas capitularam: a

questão arménia, na conferência de Lausana, não seria sequer inscrita na ordem de trabalhos... Apenas uma alusão figuraria... nos processos verbais: "Arménia, questão não resolvida".

Para os arménios era o golpe de misericórdia!

Depois de terem esperado... esperado... e, novamente, esperado recuperar a sua pátria, na convicção de que as potências aliadas poriam a sua política internacional ao serviço dos ideais democráticos e humanos, experimentavam o amargo sentimento da desilusão...

Uma acto de direito internacional, na altura um tratado de paz, contendo a assinatura de quatro grandes potências aliadas, contra-assinado por outros quatro Estados e caucionada pela Sociedade das Nações, decretou a sua "inexistência", rematando o genocídio e enterrando a diáspora!

Claro que, terminado o tratado de Lausana, a questão arménia não seria votada ao silêncio de um dia para o outro. Seria ainda falada durante alguns anos... seriam organizadas conferências... seria novamente evocada perante a Sociedade das Nações... mas, rapidamente, também ela se tornaria letra morta.

As potências aliadas não tinham

qualquer desejo de recomeçar a guerra a favor dos arménios... E os arménios, achincalhados, humilhados, de lágrimas nos olhos, dobraram-se sobre si mesmos e sobre os seus incomensuráveis sofrimentos. A sua ingenuidade fê-los perder... o seu optimismo, condenou-os ao esquecimento do mundo... E terão, lamentavelmente, 50 anos de tempo para reflectir sobre a sua tragédia...

Depois, também eles, tal como outros povos atormentados pelo mundo, acabarão por se aperceber da fastidiosa ineficácia dos meios pacíficos e escolherão outras vias...

O tempo da raiva

Durante o meio século que se seguirá à conclusão da Conferência de Lausana, com efeito, não mais se ouviria falar da questão arménia.

As grandes organizações nacionais arménias, como a poderosa "União Geral de Caridade", o "Partido Ramgavar" (de tendência burguesa, mas mantendo paradoxalmente boas relações com a URSS, pois sempre desejou que a Arménia soviética fosse o santuário nacional), o Partido "Dachnak" (socialista e nacionalista, mas excluído do poder em 1921 pelo exército vermelho, tornou-se, pos-

Em baixo, o hotel Beau Rivage, em Lausana-Ouchy, na Suíça, onde, em 6 de Agosto de 1923, foi assinado o Tratado que remeteria ao silêncio a questão arménia. Sessenta anos depois teve aí lugar o 2.º Congresso Mundial Arménio.

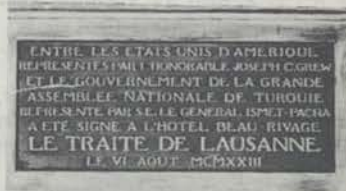


Foto X. Gimenez

teriormente o inimigo declarado de Moscovo), ou grupos políticos mais recentes, como o "Comité de Defesa da Causa Arménia", não conseguiram reunir, ao longo deste período, nem a catalização da opinião pública internacional nem o entusiasmo da juventude das novas gerações.

Conseguiram, contudo, manter vivo o "espírito nacional" na memória colectiva do povo arménio, através de comemorações... petições... ou de panfletos, mas longe de estarem unidos nos seus esforços políticos e diplomáticos, acabaram por cansar as paixões da diáspora e o interesse da grande imprensa.

Por momentos... pensou-se mesmo que a questão arménia estava morta e enterrada...

Erro!

Ela ressurgiria do nada, 50 anos mais tarde, em Los Angeles (USA), a 27 de Fevereiro de 1973.

Com efeito, quase no dia da conclusão do Tratado de Lausana-Ouchy, em 1923, um homem de 77 anos, um tal Gourkène Yanikiane, sobrevivente dos massacres de 1915, faz ressurgir o problema arménio à "uma" em todos os jornais. Através de um pretexto, convocou para um hotel da cidade de Los Angeles o Consul e o vice-consul da Turquia, abatendo-os friamente a tiros de pistola, e entregando-se, posteriormente, à prisão.

No decurso dos interrogatórios, contaria as atrocidades das quais fora vítima e o extermínio de 26 membros da sua família.

Foi o sinal que muitos jovens esperavam...

Uma série de atentados serão cometidos em pouco tempo ali e em todo o mundo, contra os diplomatas e as instituições turcas.

A via do terrorismo estava estabelecida!

Rapidamente, ela será fonte de estímulo...

Individual e espontânea, primeiro... depois, a partir de 1975, com a criação do "E.S.A.L.A." (Exército Secreto Arménio de Libertação da Arménia) e dos "C.J.G.A." (Comandos de Justicheiros do Genocídio Arménio), cada vez mais organizada e estruturada.

Surgirão outras organizações,

como o "Grupo Orly", a "Nova Resistência Arménia" e, finalmente, por ordem cronológica, o "Exército Revolucionário Armé-

mais de cinco milhões de arménios (trezentos mil entre eles vivem actualmente em França, outros tantos no Líbano e na América La-



Fotos dos cinco membros do comando suicida do autodenominado Exército Revolucionário Arménio que morreram durante a acção contra a Embaixada turca em Lisboa. As suas idades variavam entre os 18 e os 21 anos.

nio", responsável, em 27 de Julho de 1983, pelo ataque suicida contra a residência do embaixador da Turquia em Lisboa.

Mas os objectivos destes novos "Fedain" (soldados dedicados à causa nacional arménia), apesar das substanciais diferenças ideológicas e políticas que os caracterizam, serão, no entanto, sempre os mesmos: "Semear o terror pelo mundo e, em particular, contra as instituições e diplomatas turcos, para coagir estes últimos e levar a opinião pública internacional a reconhecer o genocídio arménio de 1915 e os direitos da diáspora a constituir-se em Estado independente".

Actualmente, é inútil sublinhá-lo, enquanto uma vaga de atentados mortíferos, reivindicados por organizações arménias, continua a desabar sobre o mundo, uma questão impõe-se...

Que se deverá fazer?

Dever-se-á continuar a fingir que

tina, quinhentos mil nos Estados Unidos, cem mil na Turquia e cerca de três milhões no seio da República Autónoma da Arménia, capital Erevão, na URSS) não existem e, simultaneamente, suportar passivamente as consequências terríveis dos seus actos terroristas?

Ou, por outro lado, perante a inalterabilidade de um acto de direito internacional (na altura, o tratado de 24 de Julho de 1923 punha fim à guerra entre a Turquia Kemalista e os aliados ocidentais) e sem ceder à chantagem da violência ou do terrorismo cego, tentar-se, finalmente, encontrar uma solução equitativa para as aspirações deste povo decepcionado?

Seja qual fôr, não esqueçamos que os "sonhos proibidos" de alguns podem sempre vir a tornar-se perigosos...

Tarde ou cedo, certamente, podem mesmo transformar-se em "pesadelos" para os outros! □

"Em política não há milagres"

"*Regresso ao planalto de Ararat*" é o nome da obra de James Karnusian, pastor protestante e refugiado arménio, que neste livro traça a sua proposta para a solução da questão arménia. Dirigente do Conselho Nacional Arménio, Karnusian diz-nos porque defende a unidade entre todos, como essencial para a recuperação da pátria perdida.

FILHO de um refugiado arménio, saído são e salvo dos massacres de 1915, James Karnusian nasceu em Beirute em 1926

Durante os anos 50 estabeleceu-se na Suíça onde, depois de um certo tempo, tomou a nacionalidade helvética.

Diplomado pela faculdade de Teologia de Zurique (1954), é actualmente pastor protestante na cidade de Gstaad.

Dedicou toda a sua vida ao problema arménio e faz actualmente numerosas recolhas sobre a diáspora do seu povo para melhor conhecer a real situação dos seus compatriotas nos diferentes países de acolhimento, particularmente no Médio Oriente, em França e nos Estados Unidos.

Em 1976 publicou uma obra intitulada "Regresso ao Planalto de Ararat" que, além de desejar a recuperação das terras arménias da Turquia e o regresso dos exilados, preconiza a constituição de um movimento de libertação panarménio dotado de uma infra-estrutura política (congresso) e financeira (fundo nacional).

As suas ideias fizeram adeptos e o "araratismo", o movimento que ele desencadeou espontaneamente com base nas suas reflexões, passou à acção durante

o primeiro Congresso Mundial Arménio, de 1979, em Paris.

Actualmente, depois do II Congresso Mundial de Lausana (20/24 de Julho de 1983), este movimento parece, com efeito, tornar-se, cada vez mais, uma verdadeira força política alternativa, a meio caminho entre o extremismo e o expectativismo dos partidos políticos tradicionais.

— *Num momento em que os extremistas arménios intensificam os seus cegos ataques um pouco por todo o lado na Europa e ameaçam intensificá-los ainda mais dentro de pouco tempo, que significado tem o II Congresso Mundial Arménio de Lausana?*

— É a nossa mensagem alternativa!

Os arménios, em geral, não gostam da violência. Se actualmente existem grupos que se insurgem, é porque ninguém lhes propõe uma solução aceitável para o problema arménio.

Quanto a nós, esperamos levantar uma plataforma política e diplomática, estruturar a diáspora, dar-lhe meios para se transformar numa força política activa, com o objectivo de obter da comunidade internacional, um estatuto legal e o reconhecimento diplomático dos nossos representantes, como a obtida por uma



Foto X. Gimenez

GRUFER

Cooperativa de Responsabilidade Limitada

Fabricante de Máquinas
para a Construção Civil



- Betoneiras Rotativas Eléctricas e Diesel/Hidráulicas de 350 e 500 litros com e sem Pá de Arrasto
- Betoneiras Basculantes com e sem Guincho de 160, 250 e 280 litros
- Gruas de Torre e Profundidade
- Gruetas de 500 kg e Guinchos Pórticos
- Carros de Mão Basculantes
- Baldes Basculantes c/ descarga lateral e pelo fundo de várias capacidades
- Silos para cimento (várias capacidades)
- Monta Cargas vários tipos
- Mesas de Corte e Serras de Fita
- Prensas enfardadeiras

BARREIRA ALVA - 2350 TORRES NOVAS

TELEFONE 22367

entidade não-governamental.

E isto com o objectivo de abrir finalmente um diálogo de igual para igual com a Turquia e tentar sair deste impasse que dura já há mais de 60 anos.

— *E quais são as etapas obrigatórias da vossa estratégia?*

— Primeiro estruturar a nossa organização à semelhança do Conselho Nacional Palestino. Ou seja, constituir um Congresso Nacional Arménio com os seus delegados de todas as tendências políticas e de todos os continentes onde se instalou a diáspora.

Depois, actuar ao nível político e diplomático para que os Estados da comunidade internacional façam pressão sobre a Turquia para que reconheça o genocídio arménio de 1915.

Fazer compreender, por exemplo, aos membros das Nações Unidas, que é indispensável que a ONU aprove o parágrafo 30 do relatório da subcomissão dos direitos humanos, relativo a esta terrível página da História.

Por fim, pressionar o governo de Ankara para que encontre em conjunto uma solução pacífica e construtiva.

— *Ao ponto a que chegaram as coisas, não lhe parece que o vosso projecto está quase nos limites da utopia?*

— Eu não tenho falsas ilusões. Sei que a nossa tarefa é difícil. Mas, que quer? Será necessário passar por tudo isto se se pretender que um dia a causa arménia seja reconhecida!

Movimento de libertação

— *De acordo, mas atendendo ao número de deserções registado ao longo deste Congresso e à ausência flagrante das principais organizações da diáspora, particularmente a "União geral arménia de caridade", o Partido "Dachnak" e o Partido "Ram-gavar", a que representatividade pode aspirar o vosso movimento?*

— As pessoas que participaram no II Congresso Mundial Arménio, mesmo que não representem oficialmente os nossos partidos tradicionais, encarnam simbolicamente todas as comunidades da diáspora. É vedade que houve muitas deserções, mas é igualmente necessário considerar a extrema tensão que existe neste momento, em todo o mundo, devido à causa arménia.

Houve problemas de deslocação... problemas de segurança... de vistos, etc. Mas nós pudemos, mesmo assim, concluir os nossos trabalhos.

Relativamente à ausência das principais organizações políticas ou não, do nosso povo, é preciso não esquecer que a atitude dominante na comunidade arménia, é a do expectativismo.

Passaram 60 anos sobre a data em que se deu o genocídio e nada de concreto foi feito pelos partidos tradicionais arménios no exílio...

Que deveríamos fazer?

Continuar à espera, ou tentar, com a ajuda dos arménios de boa vontade, outros caminhos?

O "Araratismo" não entrava qualquer partido político. É acessível a todas as organizações bem como a todas as pessoas de ascendência armênia, cujas opiniões e convicções correspondam ao nosso programa.

— Onde se situa, exactamente, a vossa organização?

— Ela não se situa nem à esquerda nem à direita do xadrez político. As suas bases ideológicas são nacionais e democráticas e inscrevem-se na mesma linha dos movimentos de libertação nacional do século XX.

Como lhe disse, nós não queremos fazer concorrência a ninguém. O que nós queremos é ultrapassar as querelas partidárias e estereis que marcam a história dos nossos partidos políticos. E a nossa mensagem é suficientemente clara: unamo-nos primeiro, para que a identidade armênia ameaçada sobreviva, e quando a nossa organização se tornar forte, encontraremos uma via!

Um povo injuriado

— Ouvindo-o, identifico-o mais com a figura de um chefe político do que com a de um pastor... Como é que na vida de todos os dias consegue conciliar ambas as coisas?

— Não é difícil... Não esqueça que sou um pastor

protestante. É algo de completamente diferente do ser-se um padre católico... Na nossa missão, o protesto contra a injustiça é automático. Como não protestar, quando um povo, como o meu, é injuriado desta maneira?

— Não existe, então, qualquer contradição entre a sua vida religiosa e a sua vida política?

— De forma alguma! Recorde os profetas do Antigo Testamento: a acção por eles desenvolvida não era política?

— Certo, mas segundo S. Paulo de Tarse, os cristãos deveriam "dar a César o que é de César e dar a Deus o que é de Deus"... Que lhe parece?

— Como os primeiros cristãos da História, também eu sou um cidadão que obedece às leis e às instituições terrenas. Mas, ao mesmo tempo, e sempre enquanto cristão, poderei por acaso calar a questão humana? E não é por outras coisas que eu luto: o problema armênio, antes de ser uma questão política, é uma questão humana.

— Uma última questão: o que é para si a política?

— É — como diziam os romanos — "Do ut des..." Em política não há milagres! "Eu dou-vos para que vocês me deem...". Nós estamos em vias de oferecer uma possibilidade de diálogo... A comunidade internacional caberá agora dar-nos qualquer coisa... □

Um Congresso. diferente dos outros

DIZ-SE, normalmente, que "o assassino volta sempre ao local do crime"...

Mas, não desta vez terá sido "o assassinado" a voltar, cometido, em Lausana-Ouchy, nas imediações do Hotel Beau Rivage, sessenta anos depois da assinatura do Tratado entre as Potências aliadas e a Turquia, os "assassinados" da época (os armênios) voltaram, para reclamar justiça.

A escolha da data e do local devem soar, segundo os desejos dos organizadores, como um verdadeiro desafio à Turquia e à comunidade internacional.

Mas, à parte as impressionantes medidas de segurança desenvolvidas pela polícia suíça, reforçadas para a ocasião por destacamentos especiais do exército, este Congresso não foi aquilo que se esperava.

Sessenta participantes, quando se esperavam algumas centenas, não é, em todo o caso, o que se poderia classificar de "grande sucesso".

O sucesso, pelo contrário, foi a incrível campanha desenvolvida pela imprensa, que o acontecimento em si suscitou.

Decorrendo quase ao mesmo tempo que os atentados de Bruxelas (14 de Julho, assassinio de um diplomata turco) e de Orly, em França (15 de Julho, atentado à bomba nos balcões de recepção da Turkish Air Lines, que provocou seis mortos e uma dezena de feridos graves), ambos reivindicados pela "ASALA" e pelos "Justiceiros do genocídio armê-

nio", o Congresso Mundial Armênio levou a Lausana mais jornalistas que congressistas propriamente ditos.

Tudo o resto, com excepção para alguns incidentes com representantes da imprensa turca, se desenrolou segundo o previsto.

Discussões, debates, comunicados lacónicos, declarações verdadeiramente filtradas, para não incomodar ninguém e "dar uma no cravo e outra na ferradura" e, finalmente, após quatro dias de trabalho (de 20 a 24 de Julho) uma "declaração solene" (vivamente contestada pelos ausentes, particularmente pelo Comité de Defesa da Causa Armênia) que ratifica a fundação de um Conselho Nacional Armênio, em alternativa às acções terroristas e ao expectativismo dos partidos políticos tradicionais.

Ou seja, demasiadas palavras bonitas e demasiada boa vontade.

De qualquer maneira, o movimento "araratista", fora do Congresso, parece não ter feito poucos adeptos.

A maioria silenciosa da diáspora armênia, mesmo que não tenha estado fisicamente presente na reunião de Lausana, observa esta experiência com muito interesse.

E depois de tanta violência, de um lado e do outro da "barricada", porque razão não poderá ela vir a constituir uma boa solução para todos os armênios? □

Declaração do II Congresso Mundial Arménio

OS representantes da diáspora arménia, sobreviventes da Nação mártir, desenraizados e espoliados das suas terras ancestrais, actualmente sob ocupação turca, constataam:

- que a diáspora arménia, muito embora organizada em bases comunitárias, não possui organizações representativas do conjunto dos arménios;
- que a diáspora arménia não tem qualquer estatuto legal nem é reconhecida diplomaticamente pela comunidade internacional;
- que a diáspora arménia tem o direito de viver e de se auto-determinar nos territórios históricos da Arménia actualmente sob ocupação turca.

Exprimem a sua vontade:

- 1 — De forjar e estruturar uma força representativa activa e unitária da diáspora arménia que congregue todas as suas forças sociais assim como o conjunto das suas organizações políticas, culturais e religiosas.
- 2 — De obter para o Congresso Mundial Arménio o reconhecimento diplomático de organização de libertação nacional.
 - De representar o povo arménio da diáspora e defender as suas reivindicações junto das instâncias internacionais.
- 3 — De lutar por todos os meios políticos e diplomáticos pelo reconhecimento dos direitos inalienáveis do povo arménio e de pôr as forças arménias da diáspora ao serviço da luta pela libertação dos seus territórios ocupados pela Turquia.
- 4 — Estruturar materialmente, economicamente e organizar o regresso dos arménios às suas terras.

Tomam compromisso pessoal:

- Para lá das suas diferenças religiosas, partidárias ou ideológicas.
- Na base dos princípios de confiança, respeito mútuo, de responsabilidade, de entreatajuda e de solidariedade.
- Pelo bem e no interesse de todos os arménios e da diáspora em particular.
- De conjugar todas as forças e todos os meios com vista a pôr de pé uma estrutura nacional arménia à escala da diáspora para obter a realização das reivindicações nacionais e territoriais do povo arménio.

Nós, os representantes da diáspora arménia, declaramos nulas sem validade as disposições injustas do Tratado de Lausana.

Esta decisão será transmitida aos países co-signatários do Tratado de Lausana e à Organização das Nações Unidas.

Por ocasião do 60.º aniversário do Tratado de Lausana, que o povo arménio não reconhece e que o governo turco não respeita, os representantes da diáspora, reunidos em congresso de 20 a 24 de Julho de 1983, adoptaram por unanimidade a presente declaração e decidiram fundar o Conselho Nacional Arménio.

As boas intenções do "cow-boy"

A política "indigenista" da actual administração norte-americana, salvaguardadas as peculiaridades de cada situação, não difere muito da praticada pelos "pioneiros" na colonização do oeste norte-americano

Os comentários ou notícias referentes à mais reduzida das minorias norte-americanas — a formada pelos indígenas ou "americanos nativos" — sempre mantiveram um carácter esporádico. Tal reflecte o desconhecimento e a desatenção dos problemas que os únicos habitantes originários do suposto *melting pot* ou "cadinho de raças" formado pela população dos Estados Unidos têm enfrentado, desde a colonização da América do Norte.

As ideias sobre a vida e os objectivos deste grupo populacional e sobre a sua participação na sociedade são frequentemente preconceituados ou então tentam justificar as carências que os índios norte-americanos tiveram de enfrentar nos Estados Unidos.

Este grupo populacional, que sofreu as consequências da expansão do território e da economia capitalista dos Estados Unidos desde a sua independência até ao primeiro pós-guerra, teve que enfrentar depois a interrogação sobre a sua forma de vida, de propriedade e cultura, tanto por parte daqueles que procuram isolá-los ou eliminá-los quanto por parte de quem pretende a sua assimilação aos padrões sócio-culturais da maioria branca norte-americana.

No entanto, a sua organização política é diferente da de outros grupos étnicos, pois coincide com os princípios liberais que deram origem à nação americana, respeita os acordos e leis e funciona democraticamente. À luz destes princípios é, portanto, uma minoria que luta e reivindica os seus direitos cerceados.

Uma das suas particularidades consiste no facto da sociedade indígena ter mantido, ao longo dos séculos, uma forma de propriedade

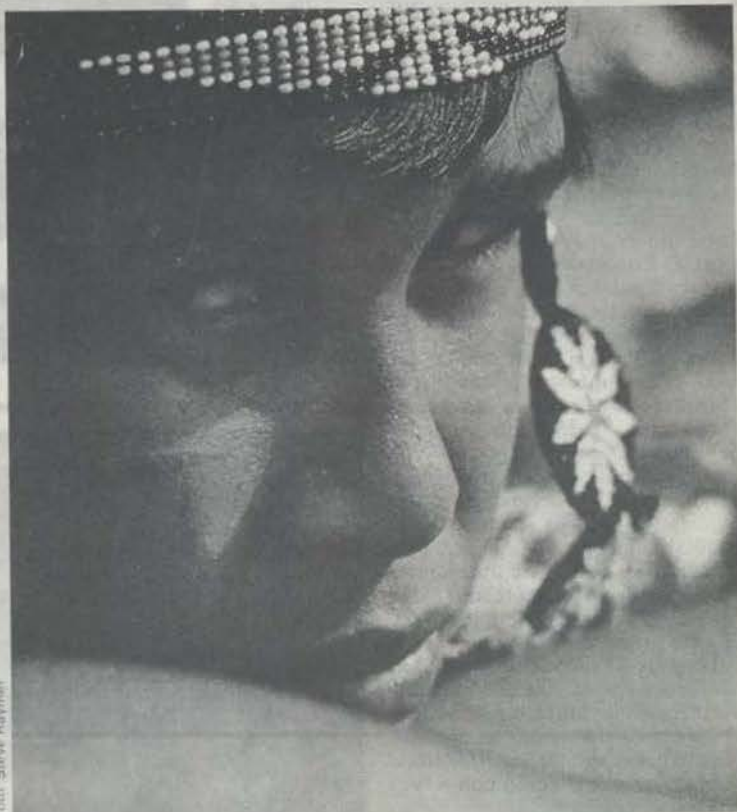


Foto: Steve Raymer

comunal que, por carecer de espírito individualista (tão arraigado na *american way-of-life*), incomoda o *establishment* norte-americano.

Uma "política indigenista" oficial deveria, pois, considerar a natureza particular desta comunidade e não a incluir, simplesmente, num programa geral da administração federal. Esta abordagem apenas aprofundará os problemas socioeconómicos que resultam de um tratamento inadequado a esta minoria, o que tem ocorrido ao longo destes 200 anos.

Um pouco de história: das "nações" às reservas

Ao iniciar-se a colonização na América do Norte, o território dos Estados Unidos abrigava uma população indígena de 12 milhões de habitantes (só em termos de comparação, na época da independência, a população da União era de quatro milhões de pessoas). Aproximadamente 400 etnias com culturas e línguas bem diferenciadas mantinham contactos comerciais entre si e encontravam-se reu-

nidas em confederações que congregavam várias tribos ou "nações" índias, embora sem as características de organização, centralização, hierarquização e desenvolvimento das culturas indígenas do México e do Peru.

Estes antecedentes permitiram que as nações indígenas norte-americanas vissem a negociação com culturas distintas — como era a dos colonizadores ingleses — de maneira absolutamente normal, como algo comum. Os ingleses, por sua vez, reconheceram imediatamente a soberania das nações sobre os territórios explorados e iniciaram a tradição de assinarem tratados com os nativos, política esta que se mantém até aos dias de hoje (ainda que nem sempre esses tratados sejam depois respeitados...).

O artigo 1.º da Constituição norte-americana (secção 8) estabelece: "O Congresso terá a faculdade (...) de regular o comércio com as nações estrangeiras, com os estados e com as tribos indígenas". Esta autonomia seria confirmada em 1831 pelo Supremo Tribunal que considerou a reserva *cherokee* como uma "nação interna independente", e em 1832, como "comunidade política distintiva independente". Esta definição foi estendida às demais reservas. As nações indígenas, por sua vez, tentariam fazer valer essa autonomia apesar do decorrer do tempo e das sucessivas agressões de que foram objecto.

Durante a "corrida para o oeste" (o *far-west*), os tratados foram violados e substituídos por outros. O objectivo era recluir as populações nativas em áreas limitadas, conhecidas desde então como "reservas".

Na primeira metade do século XIX, os assuntos relativos aos índios norte-americanos passaram a ser controlados pelo Departamento do Interior. De 1870 até à década de 1920 é a fase em que os maiores abusos são cometidos contra a minoria indígena: negam-lhe o direito ao voto, impõem-lhe o uso do "passo" para sair das reservas, proibem-na de exercer a sua religião, desconhecem as lideranças indígenas, proibem as crianças índias de falarem o seu idioma nas escolas brancas, etc. Em 1907, as terras que compreendiam as reser-

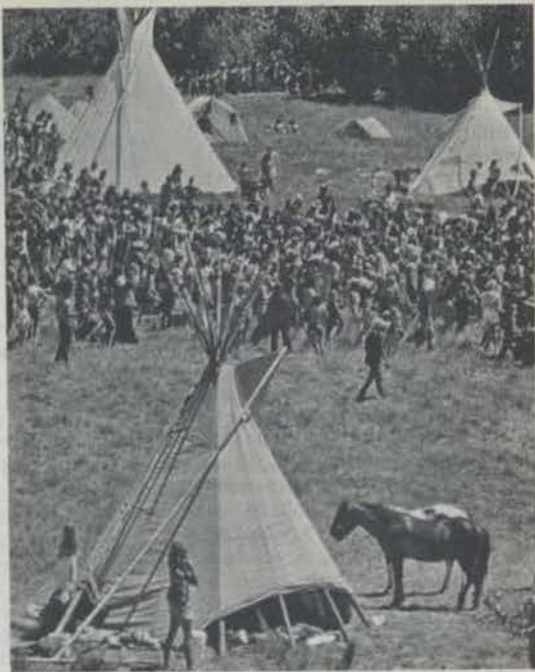


As novas gerações de índios lutam contra o paternalismo governamental...



vas foram formalmente integradas nas jurisdições dos estados, pondo fim aos últimos resquícios de autonomia.

Depois da 1 Guerra Mundial inicia-se uma nova fase na política governamental indigenista, com o reconhecimento da difícil situação



...e encontram no regresso às tradições uma espécie de herança perdida

da população nativa e os consequentes esforços para a sua assimilação. Assim, em 1924, concede-se a cidadania e o direito de voto, admitindo-se que o seu direito à propriedade comunal seria respeitado. Mas, com a crise de 30 — a “depressão” do capitalismo — reduziram-se os impulsos e os alcances da política assimilacionista, até que com o programa do *New Deal* se promulgou a Lei da Reorganização Índia que tentava fortalecer o autogoverno das tribos, embora impondo certas formas de organização e liderança, e procurava renovar a relação entre os governos norte-americanos e os nativos.

Novamente, com a II Guerra Mundial, se interrompeu o pouco que se havia conseguido. No entanto, foi-se gestando uma forma de organização índia com pretensões nacionais, embora a falta de coesão indígena, consequência de diferenças objectivas entre as tribos ou nações (tanto do tipo geográfico quanto das actividades económicas ou da sua organização política e social, inclusive diferenças de tipo religioso e físico-étnico), tenha contribuído para o enfraqueci-

mento das suas pretensões de unidade.

O activismo político que caracterizou os anos 60 teve também a sua expressão nas comunidades dos índios norte-americanos. Jovens nativos educados e de procedência urbana (aproximadamente metade da população nativa já vivia nas cidades) fundaram formalmente o *National Indian Youth Council* (Conselho Nacional da Juventude Indígena). Tratava-se de um grupo de jovens que se opunha ao paternalismo governamental e ao tipo de liderança negociadora nas tribos, desenvolvendo um activismo político a que chamaram “poder vermelho”. Num primeiro momento as manifestações políticas deste grupo favoreceram grandemente a difusão dos seus problemas entre o público norte-americano; mas, no final dos anos 60, tinham igualmente provocado divisões no seio da comunidade indígena.

Reunificação e fortalecimento

Por sua vez, os indígenas das reservas que tentavam opor-se à

influência dos “educados”, formaram a *National Tribal Chairmen's Association* (Associação Nacional dos Chefes Tribais), a qual contribuiu para a pacificação do ambiente político, proporcionando a reunificação indígena e o fortalecimento da sua posição no governo federal e perante a sociedade. Em 1968, a Lei dos Direitos Cívicos dos Índios e, em 1975, a Lei de Autodeterminação dos Índios aceitaram que os programas governamentais anteriores foram prejudiciais e concedem aos nativos o direito de “controlar as relações entre si e com os governos, organizações e pessoas não-indígenas”. Foram devolvidos assim, pelo Congresso, 192 mil hectares de terra pertencentes a reservas de 18 tribos.

Nos últimos 20 anos, houve maior actividade judicial relativa aos índios do que em qualquer outro período anterior. Por sua vez, os grupos radicais ficaram mais marginalizados e o grosso dos jovens índios educados e de procedência urbana encontrou no regresso às reservas ou no respeito às mesmas, uma espécie de herança perdida que os fez dirigir para aí o

seu activismo. Ao mesmo tempo, a atitude reivindicativa dos líderes índios aproximou mais as duas posições.

A política "indigenista" de Reagan

Os analistas que procuraram examinar a política indigenista do actual governo concluem que a administração norte-americana não elaborou realmente uma política particular em relação à população indígena. Tentam-se aplicar automaticamente os princípios gerais da política económica às reservas, o que faz com que eles resultem mais inapropriados que para o restante da população norte-americana. O corte orçamental (pedra-de-toque da política económica da actual administração dos Estados Unidos, cortes estes fundamentalmente em gastos sociais) e o *New Federalism*² podem provocar sérios problemas sociais, o que os torna quase impraticáveis. Metade dos fundos das comunidades indígenas provém de programas federais, que sofrem cortes ou são eliminados, e não existe uma base de arrecadação de impostos para que a reserva indígena recupere e administre os seus próprios recursos, como estabelecem os novos programas dos *block grants* do Novo Federalismo. Cabe lembrar que os governos estaduais da União — possíveis fontes de ajuda económica — não podem arcar com estas responsabilidades, já que eles próprios enfrentam problemas de cortes no orçamento, além de nunca terem sido responsáveis por políticas voltadas para as comunidades nativas.

No orçamento que Reagan propôs para o ano fiscal de 1982, considerava-se o corte ou a eliminação dos programas de ajuda aos índios, principalmente os que não estivessem controlados pelo *Bureau* de Assuntos Indígenas do Departamento do Interior. A proposta consistia em abolir as entidades de assessoria e ajuda aos índios e foram suspensos os compromissos do governo em assumir determinados gastos, derivados da Lei de Autonomia dos Índios de 1975. É interessante notar que os programas dirigidos aos indígenas no orçamento do ano fiscal de 1981

aplicados por Reagan constituíram menos de 3% do orçamento aprovado anteriormente pelo ex-presidente Carter.

De 1980 a 1981, a receita *per capita* da população indígena sofre uma queda (de 2200 a 1700 dólares anuais no caso dos índios *navajo*, por exemplo), enquanto o desemprego cresceu e se manteve num nível várias vezes maior do que a taxa geral. Para 1983, o conjunto de programas federais aplicados em 1982 foram reduzidos em 22%, fundamentalmente em educação e saúde.

Auto-suficiência?

As comunidades indígenas não estavam preparadas para este retrocesso e apresentam dificuldades em enfrentar o agravamento dos seus problemas económicos. Por isso, tanto os líderes índios como as pessoas interessadas no estudo desta comunidade minoritária criticaram a política governamental. Apesar disso, as recentes declarações da administração norte-americana em relação ao problema não significam uma mudança na sua posição.

Durante uma entrevista, em Janeiro deste ano, o secretário do Interior James Watt referiu-se à vida nas reservas de maneira depreciativa e afirmou que este tipo de organização constituía, "mais do que o caso da URSS, o melhor exemplo das falhas do socialismo" e que "os líderes índios estão interessados em conservar isolado este grupo de pessoas, onde não há trabalho nem agricultura potencial nem água, já que se os índios fossem libertados, sairiam, teriam trabalho e não ficariam com a mão estendida para o governo".

A 24 de Janeiro passado, o presidente Reagan divulgou a sua política indigenista, a qual na realidade era a continuação das actividades já iniciadas. O objectivo, segundo o seu ponto de vista, seria fazer as reservas "economicamente auto-suficientes". Concretamente, trata-se de "reduzir a dependência das comunidades aos fundos da União", o que não é senão um eufemismo para disfarçar a falta de atenção das autoridades federais para com as minorias indígenas. Reagan propôs como forma de de-

envolvimento que as reservas admisssem empresas privadas para exploração dos seus recursos.¹

Um dia depois, foi realizado o Congresso Nacional dos Índios Americanos, no qual as lideranças indígenas afirmaram que o discurso de Reagan era uma promessa vazia e que significava apenas maiores cortes nos programas dirigidos aos índios. Durante o Congresso, o secretário do Interior apresentou-se para se desculpar das declarações anteriores, afirmando que a política anunciada por Reagan mostrava as boas intenções do governo. No entanto, a formalização desta política apenas confirma que ela é simplesmente uma tentativa de subordinar os problemas indígenas à política geral do governo. □

O presente artigo baseia-se, entre outros, em dados publicados pelo boletim do Centro de Investigación y Docencia Económicas (CIDE), do México, "Estados Unidos: perspectiva latino-americana", vol. 8, n.º 4, de Abril de 1983.

¹ *New Deal* — "Novo Acordo", expressão usada para descrever as atitudes e actividades políticas da administração do presidente Franklin D. Roosevelt.

² *New Federalism* — "Novo Federalismo", expressão usada para a política da actual administração norte-americana encabeçada pelo presidente Ronald Reagan, que propõe uma brusca transferência dos programas sociais para os governos estaduais.

³ Cabe observar que, actualmente, calcula-se que dos 36 milhões de hectares, propriedade das tribos indígenas (distribuídos por 26 estados da União), 21 milhões contêm valiosas matérias-primas: carvão, enxofre, urânio, cobre e petróleo. A exploração destes recursos pelas próprias comunidades tem contribuído para a elevação do nível económico de algumas tribos, apesar de muitas vezes apenas terem a concessão da sua exploração. Em todo o caso, os intercâmbios já realizados com a OPEP (Organização dos Países Produtores de Petróleo) ou a compra de tecnologia avançada, directamente por parte das comunidades que possuem estes recursos, mostra que elas próprias são capazes de conduzir os seus negócios, mesmo que — como muitas vezes se comenta não sem malícia — ainda tenham muito que aprender sobre administração de empresas.

Guia do terceiro mundo



Economia
História
Geografia
Política
Mapas
Fotografias
Dados Estatísticos
de Todos os Países
do Mundo.

Guia do
terceiro
mundo
1983

1983

Indispensável elemento
de consulta para melhor
conhecer 3/4 da humanidade

Uma edição da Tricontinental Editora, Lda.

POR FAVOR! POR FAVOR!
POR FAVOR! SENHORES
BANQUEIROS
OCIDENTAIS ...



SOMOS NAÇÕES
POBRES QUE NÃO HAVERÁ
PRECISAM DE MAIS AJUDA! VOCÊS QUE
PARA PAGAR- SE VIREM ...
MOS NOSSAS DÍVIDAS



É ... PARECE QUE
VAMOS TER QUE
DEIXAR DE PAGAR ...



POR FAVOR! POR FAVOR!
POR FAVOR!



WASSERMAN

*Os diamantes
de Angola
são mais
brilhantes*

*Estão agora a serviço do povo
e da reconstrução nacional*

Companhia de Diamantes de Angola



TAAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA
★
ANGOLA AIRLINES